PROBLEMAS POLITICOS CONTEMPORANEOS

N.º 19

TASSO DA SILVEIRA

Estado Corporativo

LIVRARIA - JOSÉ OLYMPIO - EDITORA
RIO DE JANEIRO

No prelo,

M. MANOILESCO (autor de *"O Século do Corporativismo"*)

O Partido Unico

Tradução de PLINIO SALGADO

AZEVEDO AMARAL

Estado Autoritario (a Realidade Brasileira)

Edições da

Livraria JOSE' OLYMPIO Editora

Tasso da Silveira

Estado Corporativo

1937

Livraria — **JOSE' OLYMPIO** — *Editora*

Ouvidor, 110 — Rio de Janeiro — 1.º de Março, 13

SUMARIO

O ESTADO NOVO NA EUROPA

O PENSAMENTO INTEGRALISTA

LIMIAR

LIMIAR

Brasileiros que, de bôa fé, porventura ainda vos conservaes, não só apenas fóra das hostes integralistas, mas numa intima indifferença, ou numa explicita hostilidade contra o Movimento do Sigma: escutae-me!

Não é possivel, brasileiros de bôa fé, que continueis assim...

Não é possivel que ao fundo de vossa intelligencia não chegue, por fim, a pulsação tremenda do poderoso pensamento creador, que nasceu, não apenas da cabeça de um homem: — este, o grande Chefe, foi simplesmente o condensador prodigioso — mas do fundo mesmo da ansiedade brasileira, das origens telluricas de nossa alma de povo, do substrac-

to de nossos sonhos, desejos, inquietações collectivas!

Não é possivel que não venhaes a romper com o habito de scepticismo e descrença que vos cega, e que vos conduz a apoiar-vos, por displiscencia, a grupos politicos em cujas promessas não acreditaes, mas a que adheris por vos parecerem menos perigosos.

Não é possivel que não seja a substancia de vossa sensibilidade tocada, emfim, pela angustia verde. Angustia, reparae bem! Angustia creadora e heroica, mas angustia...

Angustia, porque em face da vossa hostilidade ou da vossa indifferença, sente a alma integralista a inefficacia da mais profunda e ardente palavra de verdade, quando anteparos de impureza e preconceito se oppõem a que essa palavra fecundamente se communique á totalidade dos espiritos que ella desejaria salvar.

Angustia, porque na vossa bôa fé desprevenida, acceitaes, muitas vezes,

senão como verdadeiras, pelo menos como verosimeis, as calumnias, infamias e labeos de que, por tactica estudadissima, cobrem o Integralismo os inimigos, não propriamente da doutrina verde, mas do Brasil e dos seus formidaveis destinos.

Angustia, porque, por simples conveniencias partidarias, ou por lamentavel, surprehendente inconsciencia, estão os eternos politiqueiros, que, com a vossa attitude, auxiliaes, obscurecendo a visão nitida das coisas, escondendo os aspectos mais amargos da realidade presente, e permittindo, assim, que se processe a desagregação do Brasil.

Brasileiros que, de bôa fé, ainda vos conservaes á distancia do Sigma: escutae!

Já vinte e sete integralistas pagaram com o sangue e a vida a audacia de sonhar um Brasil maior. Tem vinte e sete martires a Idéa Verde, e terá, talvez dentro em pouco, cem, duzentos, quinhentos, se a insania continuar lavrando. Terá quantos martires se fizerem necessarios para que

no sangue innocente lave o Brasil a mancha dos seus peccados. Ha um milhão de camisas-verdes promptos para o sacrificio pela Patria. Para o redentor sacrificio pela Patria.

Não é possivel que não venhaes a comprehender o sentido desse fenomeno. Não é possivel que vós, brasileiros de formação christã, não vos deixeis impressionar pela transcendente realidade do martirio. Pela abnegação com que todos nós, camisas-verdes, acceitamos o pensamento de morrer a qualquer instante para que vingue a Idéa, para que vença a Idéa, para que a Idéa seja a grandeza vindoura do Brasil!

Não é possivel que vós, brasileiros de formação christã, não vos deixeis impressionar pela obra de devotamento que nós, camisas-verdes, sob uma inspiração christianissima, vimos ha quatro longos annos desdobrando através do Brasil inteiro. Nós já creamos tres mil e poucas escolas de primeiras letras por todo o ter-

ritorio brasileiro, exclusivamente á custa de nossos recursos pessoaes. Nós já creamos, de norte a sul do paiz, perto de tres mil ambulatorios medicos, através dos quaes fornecemos remedio e medico a dezenas de milhares de criaturas desvalidas. Nós já creamos numerosos lactarios, restaurantes, campos de sport e de educação física, bibliotecas, oficinas de costura, — destinados, sempre, a attender ás necessidades mais prementes da massa humilde de que os partidos politicos só se lembram nas vesperas de eleições.

Nós ajudamos a dominar a intentona communista de 1935, e tornamos difficil a actuação do Komintern no seio de nossas forças armadas, pela alegria com que receberam nossa palavra os nossos soldados e marujos, de alma accessivel á verdade, pela pureza em que permaneceu.

Não é possivel, brasileiros de bôa fé, que não venhaes a impressionar-vos com tudo isso.

Nós não pregamos nenhuma vaga ideologia, nem vivemos a encher os ares de expressões vasias de conteudo. Elaboramos uma doutrina profundissima supremamente realista, no sentido de que está em perfeita adequação com a nossa realidade. Quem primeiro a propoz foi o grande Chefe, mas, após, recebeu ela a adesão de grandes poetas e pensadores patricios, de insignes sociologos e pedagogos, que vinham de ha muito procurando a significação essencial do espirito, da belleza, da Patria, e que nessa doutrina encontraram a satisfacção plena ás suas ansiedades interiores. Quem primeiro a propoz foi o grande Chefe, mas, após, recebeu ella a adhesão de milhares de trabalhadores humildes, que vinham de ha muito vergando ao peso excessivo do soffrimento, e que nessa doutrina vislumbraram uma certeza de felicidade e de paz. Quem primeiro a propôs foi o grande Chefe. Este, porem, não a fabricou artificiosamente de peças desencontradas. Não a

construiu como um esquema inspirado de alheias realizações, e inadaptavel, portanto, á realidade brasileira. Arrancou-a da sua meditação, da sua enorme dôr, da sua intuição profundissima, do seu conhecimento magistral da vida politica dos povos e, sobretudo, dos dados essenciaes do nosso proprio destino. Por isto, á analise lucida dos criticos desprevenidos, apresenta-se hoje essa doutrina como nascida do fundo mesmo da ansiedade brasileira, das origens telluricas de nossa alma de povo, do substracto dos nossos sonhos, desejos, inquietações collectivas.

A respeito dessa doutrina, dizem infamias sobre infamias os inimigos da Patria. Ella, porem, brasileiros, não está escondida na cabeça do grande Chefe. Não existe apenas no coração dos camisas-verdes. Tem sido largamente propagada pelo livro, pela tribuna, pela revista, pelo jornal, pela folha volante, pelo boletim, pelo cartaz.

Ha mais de sessenta volumes doutrinarios, de autores diversissimos, que a põem ao alcance de todas as intelligencias. Ha oito ou nove jornaes diarios, de extensa circulação, em que sinteses sabias ou ligeiros apanhados dessa doutrina são continuamente offerecidos á comprehensão geral. Em cada um dos nossos tres mil e quinhentos Nucleos, disseminados por sertões, villas e cidades, ao longo da faixa littoranea, á beira dos grandes rios, — ha sempre uma tribuna do alto da qual um orador de palavra simples e clara, duas, tres vezes por semana, quando não todos os dias, ensina a doutrina integralista aos que a desejem comprehender melhor. A propaganda do pensamento do Sigma, brasileiros, é feita por cerca de quinze mil oradores!

Não é possivel que aos vossos ouvidos não venham a vibrar penetrante e agudamente todas estas verdades, brasileiros de bôa fé que ainda vos mantendes afastados das fileiras integralistas.

Não é possivel que continueis por muito tempo a pactuar com a injustiça.

Haveis de suffocar em vós o scepticismo e a descrença. Haveis de sentir, dentro em pouco, que a vossa attitude actual é um crime. Um crime, contra a Patria e contra o Espirito.

Não é possivel que continueis nessa cegueira. Não é possivel que continueis nessa surdez.

Não é possivel, brasileiros!

O MOVIMENTO DO SIGMA

O MOVIMENTO DO SIGMA

O Movimento do Sigma não nasceu do desespero, como os movimentos que geraram o Estado novo europeu sob os seus varios aspectos. A' entrada deste capitulo sobre a doutrina integralista, sinto-me instintivamente compelido a assentar essa afirmação. Mussolini, Dollfuss, Hilter, Carmona-Salazar surgiram no trágico momento em que a Italia, a Austria, a Alemanha e a patria lusa imergiam no abismo da desagregação final. Com todos os seus gravissimos problemas e todas as sinistras ameaças que sobre o seu destino pairavam, o Brasil do após-guerra era ainda um pais em que se respirava a pulmões plenos. Isto porque, do ponto de vista economico, a sua vitalidade é surpreen-

dente. E do ponto de vista humano, a sua mansuetude é infinita. Havia o drama vivo das populações sertanejas, abandonadas, ou pouco menos do que isto, á sua propria miseria fisica, moral e intelectual. Havia o drama acerbo das populações dos grandes centros de atividade, submetidas a um processo lento de proletarização geral. E havia o trabalho surdo de erosão de toda a vasta realidade brasileira por parte de secretas e desagregadoras energias, que misteriosamente consumiam os resultados do nosso esforço construtor. Mas, não obstante tudo isto, era sensivel, no país inteiro, a pulsação das forças de crescimento. Em vez de atirar-nos para a desesperança e o desalento, a catastrofe mundial como que nos foi acordando, aos poucos, para a consciencia das nossas possibilidades formidaveis. Enquanto no Velho Mundo os povos se debatiam em transes de agonia, com a Exposição do Centenario da Independencia nós davamos, como que por

instinto, um balanço completo á nossa capacidade de realização. E ensaiavamos um grande esforço de cultura, que resultou no periodo presente de multiplice atividade da inteligência.

Não foi, pois, do desespêro que nasceu o Movimento do Sigma. Foi de uma condensação subìtanea da nossa vontade de vencer. Tanto assim que as suas origens se confundem com as origens do movimento de renovação estética, de tão profunda significação criadora como mais tarde se verá, com que os artistas e pensadores da geração a que pertenço abriram perspectivas ilimitadas para o espirito no Brasil. Tanto assim, que foi da pena e dos labios de um poeta que partiu a palavra transfiguradora a que o Brasil deverá sua grandeza futura e que hoje ressôa como um grito novo da America em face da realidade universal.

Mas se o Brasil, apezar de tudo, crescia, e por essa forma se mostrava exube-

rante de força, por que, para que, essa palavra de revolução, de transformação, de integração? Porque havia um destino de povo a realizar-se, destino que dados concretos, estatisticos, apresentavam como susceptivel de uma efetivação maravilhosa, — e vinha sendo, no entanto, retardado, frustrado, negado, por obscuras contingências, extrinsecas á sua propria essencia superior. Para que, num fundo impulso de animo heroico, nos libertassemos de peias seculares ou recentes, que nos prendiam músculos e membros, e nos afirmassemos perante o mundo como sentimos que podemos ser.

I

A face profunda do movimento "modernista"

No despertar da ansiedade nova de beleza que se expressou no chamado "movimento modernista" da literatura

brasileira ao fim da segunda década do século, os primarios nada mais viram do que um vão prurido de imitação de movimentos congêneres europeus. Os primarios nunca perceberam que cada grande periodo de nossa historia literaria — Romantismo, Naturalismo, Simbolismo, — oriundo, embora, por força de leis universais do espirito, de impulsos iniciais vindos de fora, representam, para nós, algo de profundamente diferente dos periodos literarios europeus do mesmo nome. Nunca se aperceberam de que nós não "refletimos" simplesmente, por que não podemos simplesmente "refletir"', em razão de não sermos simples superfície. Mas "refractamos" sempre, e com violencia, por motivo de extrema densidade do nosso ambiente de alma.

Assim, o Romantismo, que foi na Europa afirmação do individuo e ruptura da hierarquia interior, com a superposição do sentimento á inteligencia, constituiu no Brasil, embora conservando muito do seu

caracter europeu, uma afirmação de nacionalidade. *Y-Juca Pyrama* e os *Tymbíras*, de Gonçalves Dias, são o anseio de heroicidade de um povo tentando ingenuamente explicitar-se por meio da ingênua alegoria. Toda a novelistica de Alencar é uma tomada de posse da realidade física e espiritual brasileira, e nas paginas de *Iracema* — o nosso poêma védico, se se pudesse dizer, — aparece como primeira tentativa de interpretação simbolica de nosso misterio racial. Os Naturalistas e Parnasianos foram filhos, sem duvida, do espirito negativista e cetico que caracterizou a geração europeia de que provieram. Coube-lhes, no entanto, para além de tal sentido ideologico, entre nós, refundir o idioma e descobrir melhor a realidade aos nossos olhos, com o apuramento do nosso senso de observação. Os simbolistas vieram, inegavelmente, marcados de muitas das taras lamentáveis que a obra de um Baudelaire, de um Rimbaud, de um Verlaine, na velha Eu-

ropa registou. Mas o que, sobretudo, a obra de um Cruz e Souza, de um Emiliano Perneta, de um Silveira Neto ficou significando foi o retorno de nossa inteligencia á fonte da espiritualidade profunda, a procura do sentido de eternidade do espirito, — o despertar da ansiedade metafisica no Brasil (1). Os primarios não repararam em que, com os poetas simbolistas, apareceram Farias Brito, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Nestor Vitor...

Assim como não repararam em que o "movimento modernista" surgiu — não obstante o puro caracter estesiaco de alguns dos seus corifeus, e não obstante o animo destrutivo de alguns dos seus propugnadores — de funda fermentação de pensamento, não apenas estético, mas, principalmente, politico, filosófico, religioso.

---

(1) Esta exegese "em profundidade" dos nossos periodos literarios, no presente livro apenas indicada em "Historia da Literatura Brasileira" de minha autoria traços esquematicos, vem longamente desenvolvida na e proxima publicação. Para tal obra remeto o leitor curioso de penetrar melhor meu pensamento a respeito

Teriam notado os primarios, se lhes sobrasse capacidade para tal, que havia uma ligação subterranea entre o apostolado pela "ordem", de Jackson de Figueiredo, (que acordou nossa inteligencia, com a sua palavra, para o interesse profundo pelo destino coletivo), e a procura do "pitoresco" e dos temas originalmente nossos, na poesia, e ainda o "Rappel a l'ordre" da campanha restauradora do chamado "grupo da Festa" (1). Que havia essa mesma ligação entre os "poemas continentais" de Ronald, ou o canto admiravel de Murilo Araujo em *A Cidade de Ouro*, ou as estrofes raciais de *Martim Cererê*, e o fascinio que arrastou um Tristão de Atayde, por exemplo, com muitos outros de seus companheiros de luta, á renuncia de uma "filosofia" propria, para se darem, com fervor incontido e humildade perfeita, ao pensamento da Igreja.

---

do assunto. E faço a advertencia contida nesta nota para evitar malentendidos possiveis.

(1) Veja-se, a este proposito, meu livro *"Definição do Modernismo Brasileiro"*.

Teriam notado, sobretudo, que na obra de Plinio Salgado havia, não uma dispersiva multiplicidade de direções, como pareceu de começo, nas uma totalização de anseios, desejos e tendencias, que forçosamente deveria corresponder — por ser uma totalização — a um qualquer sentido particular profundo.

II

O manifesto de Outubro

Este sentido que, para irromper, forçava os paredões da construção estética e filosofica que toda uma geração, mal consciente dos seus supremos motivos interiores, vinha erguendo, aflorou, por fim, explicitou-se, nos escritos politicos do "visionario" de *O Estrangeiro*. Excuso-me a historiar as diferentes tentativas de entrada em ação, feitas pelo lutador solitario e incompreendido, durante os quatro ou cinco anos que precederam o hoje ce-

lebre "Manifesto de Outubro". Este documento politico, lançado em S. Paulo no mês referido do ano de 1932, é, por um lado, a cristalização depurada de toda a vasta experiencia e meditação anteriores do fundador do Integralismo, e, por outro lado, pois que as suas fundamentais disposições são as que ainda neste instante dirigem o movimento na sua expansão prodigiosa, a prova da estabilidade e da solidez do pensamento do Sigma.

Que dizia esse manifesto? Que Deus é que dirige o destino dos povos. Que o homem só vale pela sua espiritualidade, pela sua capacidade de sacrificio, pelo seu poder criador. Que os homens e as classes podem viver em harmonia, desde que os conjugue uma suprema finalidade comum. Que a riqueza é um bem passageiro que a ninguem engrandece, desde que não sejam cumpridos pelos seus detentores os deveres que rigorosamente se impõem, para com a sociedade e a patria. Que a Nação brasileira deve ser organizada, una,

indissoluvel, forte, prospera e feliz, sendo mister para isso abolir no seu seio os motivos de divisão, coordenando-lhe os homens em classes profissionais. Que uma Nação, para progredir em paz, para ver frutificar os seus esforços, para lograr prestigio no Interior e no Exterior, precisa ter uma perfeita consciencia do principio de autoridade. Que o cosmopolitismo, isto é, a influencia estrangeira é um mal de morte para a realidade que sonhamos. Que precisamos afirmar-nos como somos na essencia de nós mesmos, procurando sublimar esta essencia numa extrema tensão da inteligencia e da vontade. Que o materialismo historico é um erro grande e uma mentira, e o seu tragico fruto, o extremismo sovietico, uma negra ameaça contra nós. Que os partidos políticos, no Brasil, fazendo o jogo do espirito naturalista-negativista, por um lado, e dos consorcios financeiros por outro, são uma causa precípua de desagregação. Que são uma indignidade todas as conspirações,

todas as tramas, conjurações, conchavos de bastidores, confabulações secretas, sedições, porque quem se bate por principios não precisa combinar coisa alguma nas trevas, e quem marcha em nome de idéas nitidas, definidas, não precisa de mascaras. Que a questão social deve ser resolvida com a cooperação de todos, conforme a justiça e o desejo que cada um nutre de progredir e melhorar. Que o direito de propriedade é fundamental, considerado no seu caracter natural e pessoal. Que o capitalismo atenta hoje contra esse direito, baseado como se acha no individualismo desenfreado, assinalador da fisionomia do sistema economico liberal-democratico. Que é mister adotar novos processos reguladores da produção e do comercio. Que é preciso não destruir a pessoa humana, como o comunismo, nem oprimí-la, como a liberal-democracia, porém dignificá-la. Que o operario deve gosar do seu pleno direito de vida e de felicidade, por uma organização racional

do trabalho, da produção e do consumo. Que a familia é a base, na Terra, das unicas venturas possiveis. Que o Homem e a sua familia precederam o Estado, e que o Estado deve ser forte para manter o Homem integro e a sua familia. Que a liberdade moral da familia é o sustentaculo da liberdade e da força do Estado. Que o Municipio, centro das familias, é a célula da Nação. Que o homem e a mulher, como agentes de producção e de progresso, devem inscrever-se nas classes respectivas, afim de que sejam por estas amparadas, nas ocasiões de enfermidade e desemprego. Que os municipios devem ser autônomos em tudo o que respeita a seus interesses peculiares, mas diretamente ligado aos designios nacionais.

E' nos termos abaixo que se desdobra o artigo final do Manifesto:

"Pretendemos realizar o Estado Integralista, livre de todo e qualquer principio de divisão: partidos politicos; estadualismos em luta pela hegemonia; lutas

de classes; facções locais; caudilhismos; economia desorganizada; antagonismos de militares e civis; antagonismos entre policias estadoais e o Exercito; entre o governo e o povo; entre o governo e os intelectuais; entre estes e a massa popular. Pretendemos fazer funcionar os poderes classicos (Executivo, Legislativo e Judiciario), segundo os impositivos da Nação Organizada, com base nas suas classes produtoras, no municipio e na familia. Pretendemos criar a suprema autoridade da Nação. Pretendemos mobilizar todas as capacidades tecnicas, todas os cientistas, todos os artistas, todos os profissionais, cada qual agindo na sua esfera, para realisar a grandeza da Nação Brasileira. Pretendemos tomar como base o homem de nossa terra, na sua realidade historica, geografica, economica, na sua indole, no seu caracter, nas suas aspirações, estudando-o profundamente, conforme a sciencia e a moral. Desse elemento biologico e psicologico deduziremos as relações

sociais, com normas seguras de direito, de pedagogia, de politica economica, de fundamentos juridicos. Como cupola desse edificio, realizaremos a idéa absoluta, a sintese de nossa civilisação: na filosofia, na metafísica, na literatura, na pintura, na escultura, na arquitetura, na musica, como conclusão suprema do espirito nacional e humano. Pretendemos criar com os elementos raciais, segundo os imperativos mesologicos e economicos, a Nação Brasileira, salvando-a dos erros da civilização capitalista e dos erros da barbaria comunista. Criar numa unica expressão o Estado Economico, o Estado Financeiro, o Estado Representativo e o Estado Cultural. Pretendemos levantar as populações brasileiras, numa união sem precedentes, numa força jamais atingida, numa esperança jamais imaginada. Pretendemos lançar as bases de um sistema educacional para garantia da subsistencia da Nação no futuro. Pretendemos insuflar energia aos moços, arrancá-los da des-

crença, da apatia, do ceticismo, da tristeza em que vivem; ensinar-lhes a lição da coragem, incutindo-lhes a certeza do valor que cada um tem dentro de si, como filho do Brasil e da America Latina. Movimentar as massas populares numa grande afirmação de rejuvenescimento. Sacudir as fibras da Patria. Erguê-la da sua depressão, do seu desalento, da sua amargura, para que ela caminhe, dando começo á Nova Civilização, que pela nossa força, pela nossa audacia, pela nossa fé, faremos partir do Brasil, incendiar a America Latina e influir mesmo no Mundo. Para isso, combateremos os ironicos, os 'blasés', os desiludidos, os descrentes, porque nesta hora juramos não descansar um instante, enquanto não morrermos ou vencermos, porque conosco morrerá ou vencerá uma patria.

Esses são os rumos da nossa marcha"

III

Estrategia

O manifesto de Outubro de 32 foi seguido de outros documentos de sentido relevante, notadamente do Manifesto-Programa, do anno de 1936, com que os Camisas-Verdes disputarão a Presidencia da Republica nas proximas eleições presidenciais, e de uma serie enorme de livros doutrinarios, da autoria de Plínio Salgado e outros vultos do Movimento, — nos quaes esse documento inaugural é longamente explicitado e desenvolvido até as suas ultimas consequencias.

No entanto, sob forma esquemática embora, nele se contem a totalidade da doutrina. Não se faria mistér explicá-lo, explicitá-lo, desenvolvê-lo, se todas as inteligencias no Brasil houvessem atingido um nivel razoavel de cultura historica, filosófica e política. Estudando-o em face,

por exemplo, da *Carta das Liberdades de Carnaro*, do Programa dos *Fasci di Combattimento* e do *Statuto per il Partito Nazionale Fascista* da Italia, do *Programa politico e economico do Partido Nacional-Socialista do operariado alemão*, dos discursos fundamentais de Salazar, — verifico que os seus conceitos se integram de maneira mais perfeita num corpo total de doutrina do que a destes outros documentos igualmente inaugurais, e que uma logicidade mais profunda e mais intima presidiu á sua coordenação.

Apenas, eles aparecem, no "Manifesto", em condensadíssimas sinteses, obra, que são, de um poeta acostumado ás fusões extremas de expressão, e a inteligencia desatenta ao sentido certo dos vocabulos e desprovida de amplos recursos culturais ou, ainda, obscurecida pelo preconceito, haveria, sem duvida, de passar por êles sem perceber-lhes a profundidade.

Algo de semelhante acontece, ainda em mais alta escala, com os grandes documentos pontificios modernos a respeito do problema social. As enciclicas *'Rerum Novarum"* e *"Quadragesimo anno"*, respectivamente de Leão XIII e Pio XI, contém toda uma vasta substancia de sabedoria divina e humana com relação ao destino dos homens no planeta. Só, no entanto, a exegese apurada de dezenas de pensadores e a explicitação que lhe deram os fatos historicos posteriores nos abriram, de par em par, como portas de um palacio surpreendente, os sentidos multiplices que nelas se contêm.

Ouvi comentarios de pessoas de aguda inteligencia, mas tomadas de prejuizos invenciveis, ou de deficiente cultura historica, ao Manifesto inicial do Integralismo: e de uma vez por todas me convenci da necessidade, para os doutrinadores do Sigma, de pôrem hombros á tarefa de ensinar a imensa lição desde o *abc*, afim de

possibilitar a muita gente a lúcida compreensão do documento.

Eis por que fiz preceder a sucinta exposição da doutrina integralista que dou neste livro das partes a seguir do volume presente: de uma critica cerrada á liberal-democracia, com a explicação das suas origens e do seu sentido interior e a analise das suas consequencias historicas, para deixar patente que ela corresponde a um desagregado pensamento negativista, funestissimo para o destino humano; de uma sintese da historia das associações profissionais em todos os tempos, para mostrar que a profissão é um dos circulos fundamentais infrangiveis de toda a organização social; de um ligeiro apanhado das realizações do Estado Novo na Europa, para esclarecer a inteligencia, no Brasil, com relação á significação verdadeira da reação anti-liberalista que se opera no mundo, como movimento espontaneo e necessario de defesa do espirito e do destino da humanidade. Serve ainda a

parte relativa ao Estado Novo europeu a outros dois fins diversos: a acabar com o pavor á *ditadura fascista*, bicho papão de tantos timoratos espiritos entre nós, e a definir claramente a diferença essencial que separa o Integralismo dos citados movimentos de reação do velho mundo.

Creio que, após isso tudo, a palavra de Plinio Salgado, no "Manifesto", apresentar-se-á mais significativa e nutriente ás mais dificeis inteligencias patricias. Todavia, essa palavra já foi objeto, como disse, por parte do condutor admiravel e de muitos dos que, com ele, orientam a avançada do Sigma, de explicitações e exegeses, a que devemos atender. As paginas que se seguem representam, exatamente, uma tentativa de totalização, em sintese, da doutrina, feita á custa dos elementos acumulados pelos mais ardentes trabalhadores da vinha.

Antes, porém, de dar inicio á tarefa, premeditadamente relembro a circunstancia que acentuei nas linhas iniciais desta

pagina introdutoria: o Movimento do Sigma não nasceu do desespero, mas de uma condensação subitanea da nossa vontade de vencer. Isto é: da nossa determinação de realizar em plenitude o surpreendente destino que nos foi reservado. A' primeira vista, pode parecer gratuita esta insistencia. Mas é que muito nos importa afirmar o caracter de força nascida das profundidades do espirito, do Movimento integralista. Ninguem terá o direito de ver nele, de futuro, uma resultante exclusiva de incoerciveis exigencias economicas e sociais. Ninguem terá o direito de ver nele uma pura reação do instinto vital, em face de esmagadoras energias adversas. Porque ele representa uma construção livremente ideada pela inteligencia, quando esta podia ainda dispôr de si mesma inteiramente, e nenhuma poderosa pressão lhe imprimia o rumo que tomou. De todos os movimentos politicos de reação construtiva no planeta, o Integralismo ficará pela circunstancia referida, e pelo seu triunfo

completo, como a que mais claramente expressa o poder da idéa na dialetica da historia, em formal desmentido á doutrina marxista.

DA LIBERAL-DEMOCRACIA

DA LIBERAL-DEMOCRACIA

A raiz ultima de um fato historico, — de um fato historico qualquer, — está sempre na criação do primeiro homem. Ou, se quiserem os naturalistas, no fenomeno do surgimento dos primeiros seres humanos no planeta. Cada periodo da historia deriva do precedente e é por ele explicado. De sorte que se quizessemos absolutamente exgotar o estudo do desenvolvimento genetico de um fato, teriamos de caminhar para tras de causa em causa até a causa inicial que, no dominio da historia da civilização e da cultura, é exatamente esse repontar da realidade humana na Terra.

Talvez porque nunca se perca deste ponto de vista é que tão segura e penetrante se mostre a psicologia católica;

dela nunca está ausente o pensamento de que o homem, criado por Deus para um destino superior, subverteu, no entanto, pelo pecado original, as leis desse destino, enchendo-o de antinomias, e enchendo-se de treva e confusão. Embora tambem nunca esteja ausente o pensamento de que Deus desceu a este mundo de sofrimento e de miseria para repô-lo naquela superior destinação...

Os evolucionistas perceberam claramente a continuidade, por assim dizer infinita, do processo genetico da realidade total. Enganaram-se, porém, gravemente, pelo menos num ponto: em suporem que esse processo continuado seguia uma linha ascendente ininterrupta, inclusivemente na historia, do que resultaria alcançar o homem, a cada novo momento historico, uma etapa mais alta do que as anteriores, na realização dos seus destinos totais. Daí o mito do progresso indescontinuo e inevitavel que fez delirar o seculo XIX de falaciosas esperanças.

A psicologia catolica, interferindo neste modo de ver as coisas, advertiu que o homem de todos os tempos é o mesmo, *in specie*, que, pelo pecado original, encheu de antinomias seu destino, e a si mesmo se encheu de treva e confusão. E que, portanto, se, pelo socorro divino, lhe é muitas vezes possivel avançar na direção do ser — isto é: das suas finalidades transcendentes, — isto é: das realizações de sabedoria verdadeira, — muitas outras vezes ha de desandar, e fundamente, no caminho, por efeito do influxo da sua vontade e da sua inteligencia corrompidas.

Ocorre-me lembrar enquanto é tempo, e antes de proseguir em tais considerações, que, no fim de contas, a teoria spengleriana da civilização e da cultura representa uma reação contra o falso pressuposto do progresso rectilineo, dos falsos filosófos do seculo XIX. Spengler opõe, de fato, a esse mito, a idéa de que, em vez de uma cultura em continuo e pro-

gressivo desenvolvimento, tem havido no mundo diferentes culturas, independentes, até estranhas, umas ás outras, nascendo e desenvolvendo-se cada uma á maneira dos organismos: fechados em si mesmas, com o seu cyclo completo de crescimento, esplendor, decadencia e morte. O pensador germanico, todavia, como facilmente se percebe, caíu no extremo oposto, o que vale dizer: no erro contrario. E' questão de simples bom senso compreender-se que tambem essa descontinuidade jamais se produziu na historia. "O passado, como diz Miguel Reale tratando do mesmo assunto, sempre condiciona o presente, e é um absurdo querer partir a historia, como se no homem não houvesse um fundo permanente, *apezar das varias atitudes que ele possa assumir em face dos problemas.* (1)

---

(1) Miguel Reale — "Formação da politica burguesa" — prefacio, pag. 9.

Considero, igualmente, inaceitavel a separação estanque que estabelece Spengler entre os conceitos de civilização e de cultura. Todo mundo hoje sabe que, para o pensador de *A decadencia do Ocidente*, "cultura é o momento de trabalho interior, na pura esfera do espiritual, e do qual resultam todas as grandes construções que caracterizam o homem como inteligencia sobre a face da Terra. Civilização é o momento de esgotamento dessa energia interna. Desprovido do íntimo impulso de ascenção espiritual, o homem se desinterioriza e encaminha para o mundo exterior a sua subsistente necessidade de agir. A meditação se faz ação, o pensamento se faz técnica. O homem desprende-se do seu destino eterno (expressão esta que, para Spengler, não tem sentido), para tornar-se apenas transitorio instrumento de dominação, — transitorio e sem nenhum significado transcendente, — sem motivo nenhum, portanto, para trans-

cender-se a si mesmo como pura e efêmera expressão fenomênica". (1)

No livro de que extráio estas linhas, longamente analisei o caracter sofístico do pensamento spengleriano. Quero, agora, acrescentar que não se justifica, em face da realidade, aquela estanque separação entre os dois conceitos referidos. Civilização e cultura, em verdade, não passam de dois aspectos de uma mesma coisa. As catedrais medievas, por exemplo, são, a um só tempo, expressão de cultura — porque nasceram de uma espiritualidade profunda, de uma enorme ansia de Deus, — e de civilização, porque representam o florescer de uma técnica surpreendente: no fim de contas, são "fabricas", ao mesmo titulo que os arranhacéus contemporaneos. E nos contemporaneos arranhacéus não é apenas um espirito técnico que se manifesta, mas, igualmente, uma inter-

---

(1) Tasso da Silveira — "Tendencias do pensamento contemporâneo" — Civilização Brasileira — Rio, 1935. Pag. 110-111.

pretação nova da vida, erronea possivelmente, mas com todas as caracteristicas de espontanea e viva elaboração cultural. Seria mais certo dizer-se que, no desenvolvimento da "cultura-civilização" de cada época ou de cada povo — sempre condicionada pelas "culturas-civilizações" das epocas anteriores ou dos povos circunstantes, — o homem se nos apresenta mais cheio, ou menos cheio, de vida interior, com maior ou menor plenitude de espiritualidade, em *deficit* ou *seperavit* de inteligencia criadora e ordenadora, — segundo um ritmo, aliás, imprevisivel.

Mas não era este o rumo que eu queria tomar.

1 — *A FONTE*

Vinha dizendo que, se quizessemos absolutamente esgotar o estudo do desenvolvimento genetico de um fato historico qualquer, teriamos de ir ao fenomeno primordial do surgimento da realidade hu-

mana no planeta. E, a dar-se credito aos evolucionistas e aos gnosticos, ainda muito além. Mas como, em verdade, esse desenvolvimento não se processa em linha reta ascendente ininterrupta, e, sim, por ações e reações, por marchas e contramarchas, que o complexo — vontade divina + liberdade humana degradada — na alma do homem, perfeitamente explica para os crentes, é evidente que, para interpretarmos um fato de maneira menos deficiente, basta-nos ir á mais direta de suas causas, que nem sempre, por força do complexissimo jogo de energias na historia, é a menos remota ou a mais patente a olhares pouco penetrantes.

O fato que mais profundamente nos impressiona, na hora em que vivemos, é o acêrbo desmentido que as condições presentes da vida humana impõem, não apenas ás esperanças insensatas dos nossos avós do seculo passado, mas por assim dizer, ás mais humildes esperanças do homem. O incontestavel é que o mundo deste

instante é uma incrivel balburdia. Erguem-se as massas oprimidas em reivindictas catastroficas. Desagregam-se tristemente as aristocracias de todas as ordens. A economia universal mergulhou num sorvedouro. Ouve-se um bárbaro grito de guerra á velha cultura, quer dizer, á obra milenaria do homem criador. Extende-se por todo o vasto orbe a imensa miseria proletaria: a miseria de meios materiais e, talvez peior do que esta, a funda miseria de alma. E desdobra-se por toda a curva do planeta a tragica inquietação das classes superiores, que mal têm tempo de pensar no seu proprio destino, lugubremente ameaçado.

No entanto, a sciencia foi além das suas mais audaciosas promessas: deu-nos o avião, o radio, o trem eletrico, o automovel, — o conhecimento da intima estructura do atomo, da relatividade do tempo e do espaço absolutos da mecanica classica, da genetica das volições obscuras, — a posse total da terra, o dominio sobre

doenças invenciveis, a capacidade de produzir miraculosamente na esfera das industrias, a higiene, a eugenia, — tudo o mais...

Os ideólogos da liberal-democracia, no ambiente da qual se produziram os dois fenomenos opostos: o das surpreendentes acquisições da ciencia e o do afundamento da existencia humana, — em virtude de intrinseco impecilio interior, que é a sua mentalidade incoercivel, não podem estabelecer um vinculo de causalidade entre essa miseria e inquietação e as suas proprias idéas. Não podem, sobretudo, porque o pensamento dos enormes progressos da ciencia é, em seu espirito, uma sugestão permanente, e funestissima, do acerto do seu rumo. Daí o perguntarem-se, perplexos, a si mesmos, em face da colossal antinomia, por que será que os homens não aproveitam melhor, no terreno da organização do seu destino, a fecundidade e a verdade dos imprescriptiveis principios liberalistas. E' que, do-

minados ainda pelo mito do progresso ininterrupto da totalidade humana, não sabem ver que um grande avanço na direção de realizações materiais pode não corresponder exatamente a avanço igual no sentido das efetivações de vida harmoniosa, que são mais do dominio moral e espiritual: pode mesmo corresponder a um recuo grave em tal sentido, como tão eloquentemente os fatos no-lo demonstram.

Os que vivem mergulhados de corpo e alma em pleno liberalismo, sem nenhum movimento de reação porque deixaram de o sentir, surpreendem-se de que haja quem se levante para combatê-lo e destrui-lo. Como se estivessem em face de alguem que pretendesse, em nome de fantasias sem fundamento, subverter a ordem milenaria do mundo.

Ora, a verdade é que a ordem milenaria do mundo é outra, constituindo o liberalismo uma simples e passageira interrupção. O espirito liberal presente ocu-

pa espaço curtissimo de tempo na historia da humanidade. Tem menos, talvez, do que um seculo e meio de existencia. Nasceu, precisamente, com a "grande revolução", como ao movimento de 1789 chamou Kropotkine.

O proprio *laisser faire, "laisser passer, le monde va de lui-même"*, dos fisiócratas, só foi proclamado no seculo XVIII, com Quesnay. Esta é a data da fundação do liberalismo economico, como a "Declaração dos Direitos do Homem" marca a definitiva implantação do liberalismo politico. Quanto ao liberalismo social, nasceu da fusão dos dois anteriores. A todos precedeu como fonte primeira (no sentido restricto, que antes definí), a vasta fermentação de liberalismo filosofico, moral e religioso, que nos deu o pensamento dinamitico de um Kant, de um Hegel, de um Feuerbach, e o enciclopedismo, e o rousseauismo, e tudo mais que, com identico caracter, produziram o Renascimento e a Reforma.

O concreto regime liberal só tem cento e cincoenta anos. Antes, porém, de continuar a analisá-lo, devo demorar-me em algumas considerações exatamente sobre o Renascimento.

2 — *RENASCIMENTO & CIA.*

O problema do Renascimento, — da sua significação intima, da sua complexa estructura, da sua dialectica interior desdobrada nos tempos subsequentes, — tem sido debatidissimo, mas acha-se hoje suficientemente esclarecido, — e é de interesse capital para o nosso tempo. Apenas, muita gente ainda não atentou na vasta exegese procedida, e muito menos em certas conclusões rigorosas alcançadas por interpretes sagazes dos acontecimentos historicos no estudo do enorme fenomeno renascentista e suas repercussões até os nossos dias. Vejo-me, por isto, obrigado a incluir nestas paginas algumas breves indicações a respeito, como farei depois

com relação ao sentido verdadeiro da Idade Media.

Foi Jacob Burckhardt, segundo nos informa Nordström, o primeiro que, "com uma arte incomparavel", esboçou o panorama de conjunto do periodo renascentista italiano, "reivindicando para o mesmo com uma autoridade magistral um caracter de reforma revolucionaria. Após ele, um numero incalculavel de escritores apresentaram-no como a epoca cheia de forças criadoras da qual nasceu nossa civilização moderna. (1)

E porque, para assentar essa these, concorreram inteligencias poderosas, — que, no entanto, no deslumbramento da primeira hora, não puderam perceber o fundamento secreto das coisas, — ficou estabelecido como um dogma que o Renascimento foi uma miraculosa alvorada do espirito após a "tenebrosa noite" me-

---

(1) Johan Nordström — "Moyen-Âge et Renaissance" — Trad. francesa de T. Haunnas — Stock, Paris, 1933 — pag. 7.

dieva. A respeito desta noite cheia de trevas — que foi em verdade uma noite, mas refervente de mundos acesos como a dos espaços infinitos, — falarei, como disse, adiante.

Aos apologistas do Renascimento não occorreu que a flor provem do caule, e o caule da profunda raiz. Por isto, foi-lhes possivel considerar os homens do Renascimento como os inauguradores, por um subitaneo despertar do poder criador do espirito, ha tanto adormecido, de uma prodigiosa cultura diferente, que a Meia-Idade atrazára por dez seculos.

"Todos os que são, todavia, — comenta Nordström, — um tanto familiares com as descrições correntes do Renascimento, não podem deixar de sentir-se tocados pelo violento contraste entre "Idade Media" e "Renascimento" segundo a concepção tradicional: talvez tenham em seguida percebido o que apresenta de inverossimil e contraditorio essa revolução subitanea da cultura. De fato, no correr

das ultimas décadas, assistimos a vivos debates relativamente ao alcance e á justificação destas duas noções: Idade Media e Renascimento; e á luz de pesquizas modernas, a consagrada divisão em periodos, com tudo o que comporta de prejuizos historicos, aparece de cada vez mais dificil de sustentar. Para apreciar exatamente a natureza e a importancia do Renascimento italiano, importa que o consideremos como um momento na evolução continua dum conjunto europeu de civilização. O Renascimento italiano não é uma vitoria alcançada sobre a "meia-idade", não constitui uma renovação da vida civilizada e da humanidade graças a uma ressurreição da cultura antiga. Em si mesmo, não passa de um ramo florido da arvore poderosa da cultura medieval". (1)

A prova total deste asserto desenvolve-a Nordström no seu livro admiravel,

---

(1) J. Nordström, op. cit., p. 8.

de que voltarei a tratar oportunamente. E, como o eminente sueco, numerosos historiografos contemporaneos de todos os paises o têm confirmado vigorosamente. O que não impede que, em todo o mundo, pensadores mal informados e irrefletidos — para não falar das massas semi-cultas e incultas — continuem a laborar no antigo erro.

A analise do sentido interior do Renascimento foi, no entanto, levada muito adiante do ponto em que ficámos. Seria relativamente simples o fenomeno — e de consequencias mais felizes para os homens, — se se houvesse apresentado como pura floração de teluricas energias medievas. Teriamos tido, então, uma plenitude da afirmação de espiritualidade que a Meia-Idade lentamente condensou, e que os tempos modernos viram dispersar-se.

Aconteceu, porém, que no seio desse intimo tumulto criador dos homens do Renascimento se insinuaram correntes de negação. Uma delas nascida da propria de-

cadencia da filosofia escolastica, com o postulado nominalista, que logo após S. Thomás começou a tomar vulto, o voluntarismo de Duns Scoto, o ceticismo parcial de Occam, emfim todo o processo dialetico que veiu a negar por inteiro a objetividade dos nossos conhecimentos intelectuais, desprestigiando a especulação metafísica e produzindo, com outros fatores, uma funda degradação da inteligencia filosófica contra a qual somente agora começa o mundo a reagir. Outra, nascida de um como espontaneo espirito de rebeldia que, surdindo do interesse político contrariado, nos seculos XIV e XV ergueu "principes e soberanos contra o dominio dos Papas". Outra, nascida da propria inconsciencia dos homens do Renascimento com relação á origem medieval da sua energia criadora, o que os levava a atribuirem-na justamente á circunstancia de haverem abandonado a Idade Media e se voltado para o passado helenico e a natureza.

Dai resultou uma formação complexissima, que deve ser examinada por partes para que seja devidamente compreendida em si mesma e nas suas consequencias atravez de toda a Idade Moderna.

A filosofia, na epoca do Renascimento, se caracteriza, sobretudo, pela sua mediocridade e por uma desorientação geral. "Na realidade, escreve Victor Cousin, esta epoca mediocre não conta nenhum homem de genio que se possa pôr em paralelos com os grandes filósofos da antiguidade, da idade media e dos tempos modernos; não produziu nenhum monumento duradouro, e, a julgá-la pelas suas obras, ha motivos para sermos severos com ela". O Padre Leonel Franca, estudando a filosofia renascentista, põe em categorias á parte as "humanistas", os "helenisantes", os "naturalistas", os "juristas" e os ceticos do fim da epoca.

"Os humanistas, de preferencia filologos e literatos, combateram a escolastica em nome do bom gosto artistico. A lin-

guagem sobria e singela dos doutores medievaes destôa-lhes aos ouvidos afinados pelos periodos numerosos de Cicero. A' dialetica de Aristoteles, querem substituir as instituições retoricas de Tulio e de Quintiliano. Afigura-se incompreensivel a estes refinados cultores da forma que sob frases tão barbarisantes se pudesse ocultar um pensamento tão profundo e robusto". Um deles, Petrus Ramus, sustentou em tese publica não se encontrar em Aristoteles uma só proposição verdadeira (1). Os outros, entre os mais celebres, são Lourenço Valla e o nosso conhecidissimo Erasmo de Rotterdam...

Os "helenizantes" são produto direto do exodo de sabios gregos para a Italia, sobretudo depois da queda de Constantinopla. Inflamados de entusiasmo pela cultura helenica, "procuraram repristinar em

---

(1) P. Leonel Franca, S. J. — Noções de H. da Filosofia" — 2.ª ed. — L. Drummond — Rio, 1921 — pag. 94.

sua forma primitiva alguns dos sistemas da antiguidade".

Implanta-se o platonismo na Florença dos Medicis, mas o platonismo desfigurado e literario de Jorge Gemistos, Marsilio Ficino, Pico Della Mirandola.

Reaparece Aristoteles, em condições surpreendentes: despresando ou desconhecendo, em sua essencia, a tradição tomista, os aristotelicos renascentistas inspiram-se de Afrodisio (Pedro Pampo-nazzi, Julio Cesar della Scala) ou de Averroes (Alexandre Achilini, Augustino Niphus, Zimara), para, em nome do grande experimentador da antiguidade, apresentarem doutrinas espurias e violentamente se opôrem ao processo das ciencias experimentaes.

O estoicismo volta á baila com justo Lipsio, o epicurismo com Gassendi, e até a tradição judaica da Cabala, com João Reuchlin, Agripa de Nettesheim, Paracelso e Jeronimo Cardan.

Os "naturalistas" tentam uma construção original, baseada na observação da natureza. Do que, no entanto, resultaram o empirismo de Telesio e Campanela e o panteismo de Giordano Bruno.

Os "juristas", — Machiavel, Tomás Moro, Malthusius, Hugo Grocio — têm significação mais relevante de certo ponto de vista: deram, após todo o periodo de degradação da escolastica, e movidos pelas profundas transformações operadas nos costumes e instituições politicas dos povos europeus, "novo e vigoroso impulso aos estudos de direito social".

"Anunciando a bancarrota da filosophia da Renascença, — escreve ainda Leonel Franca — veiu o ceticismo pôr termo a este periodo turbulento de transição. Como consequencia das contradições de sistemas vacilantes e inconsistentes e preludio de uma nova era já o encontramos nos sofistas do primeiro periodo da filosofia grega. Os que na aurora dos tempos modernos mais refletem este estado

mental de duvida e ansiedade são: Miguel de Montaigne (1533-1592) que segue as pisadas de Pyrrho, Pedro Charron (1541-1603) e Francisco Sanchez (1562-1632)..." (1)

A concurrencia desses elementos de negação, — o amesquinhamento do espirito filosofico, a rebeldia contra a autoridade do Papa (que iria resultar na Reforma), e que importava em degradação tambem do sentimento religioso, a ignorancia das altas aquisições do pensamento aristotelico-tomista, a inconsciencia das raizes medievas do "fervor de alma" renascentista, — com a real, surpreendente capacacidade criadora no dominio das letras e das artes dos homens do Renascimento, — teve por grave consequencia uma super-valorização do homem, que iria influir fundamente nos tempos posteriores. Porque esta super-valorização im-

(1) P. Leonel Franca, op. cit., 99.

portou em assentar-se no fundo da quasi totalidade das consciencias uma noção naturalista da existencia que, nos tempos modernos, serviu de fundamento explicito ou secreto a grandes e funestos desvios.

Quem, a meu ver, mais penetrante e agudamente procede á analise da dialectica interior da historia moderna, fazendo-a proceder diretamente do estado de espirito renascentista, é Nicoláu Berdiaeff, no seu celebre livro *Uma nova Idade Media* que, para servir á inteligencia no Brasil, trasladei para o vernaculo (1).

Depois de descrever em grandes traços o estado presente da civilização, com toda a sua feição catastrofica, isto é, de fim desastroso de alguma coisa, diz o eminente russo: "A historia moderna que termina foi concebida na época do Renascimento. *Nós assistimos ao fim do Renascimento*".

E um pouco adiante, explicando esta expressão:

(1) N. Berdiaeff — "Uma nova Idade Media — Livraria José Olympio — Rio, 1936.

"O fim do Renascimento é precisamente o fim do humanismo que lhe servia de base espiritual. Ora, o humanismo não significava simplesmente um renascimento da antiguidade, uma nova moral e um movimento das sciencias e das artes; era ainda um novo sentimento da vida e uma relação nova com o universo, aparecidos, estes ultimos, á aurora dos tempos modernos para reger-lhe a historia. Acontece que este novo sentimento da vida e esta nova relação com o universo chegaram ao seu termo, tendo-se-lhes esgotado todas as possibilidades. Caminhou-se até o fim das vias do humanismo e das vias do Renascimento; não se pode ir mais além por essas vias" (1).

Que significava, porém, — qual o conteúdo desse humanismo renascentista que, desdobrando-se atravez de toda a Idade Moderna numa 'dialectica imanente de auto-revelação, depois de auto-negação" dos seus principios, chega presentemente ao seu termo fatal? Esse humanismo con-

(1) Berdiaeff — op. cit. — pgs. 10 e 11.

tinha uma contradição destrutiva: "de um lado, engrandecia o homem e lhe atribuia forças ilimitadas e, de outro lado, não via nele senão um ser limitado e dependente, ignorante da liberdade espiritual. Para engrandecer o homem, o humanismo privou-o da similitude divina e sujeitou-o á necessidade natural. Estabelecido sobre o humanismo, o Renascimento descobriu as forças criadoras do homem enquanto ser natural, porém, não espiritual. Arrancado, porém, ao homem espiritual, o homem natural não possue fontes inesgotaveis de criação; destina-se a esgotar-se, vem á superficie da vida. Demonstraram-no os ultimos frutos da historia moderna, que conduziram ao fim do Renascimento, á auto-negação do humanismo, ao vasio de uma existencia superficial e decentrada, ao resecamento da capacidade criadora". (1)

---

(1) Berdiaeff — op. cit. — pag. 25.

Para engrandecer o homem, o humanismo privou-o da similitude divina e sujeitou-a á necessidade natural: quer dizer, instaurou, no Ocidente, o pleno dominio do espirito naturalista.

Poderia dizer ainda, á maneira de René Guenon: instaurou no ocidente o pleno dominio do individualismo, que é "a negação de todo principio superior á individualidade e, por conseguinte, a redução da civilização, em todos os dominios, aos sós elementos puramente humanos". (1)

Naturalismo, individualismo, — eis as caracteristicas essenciaes da Liberal Democracia, — dos quaes decorrem todos os erros e desastres da idade historica a cujo termo angustiado ora assistimos, como veremos a seguir.

---

(1) René Guénon — "La crise du monde moderne" — Editions Bossard, Paris, 1927, pag. 119 — Para René Guénon, humanismo, individualismo, "espirito profano", são uma só e mesma coisa.

3 — *LIBERALISMO POLITICO*

O liberalismo politico nasceu, propriamente, para o mundo, com a "Declaração dos Direitos do Homem" de 1789. Suas raizes, porém, mergulham mais fundo no passado. Serviu de modelo á Declaração dos Direitos a Declaração de independencia dos Estados Unidos, de 4 de Julho de 1776, na qual já se falava da "categoria de igualdade a que tem (um povo) direito em virtude das leis da natureza e do Deus da natureza", e em "certos direitos inalienaveis do homem", entre os quaes se devem colocar, "em primeiro lugar, a vida, a liberdade e a procura da felicidade". Dê-se a estes vocabulos e expressões um profundo sentido transcedentalista, e eles só conterão a verdade pura. Ha, sem duvida, uma categoria de igualdade a que tem direito cada povo, em virtude das leis da natureza e do Deus da natureza. As leis

da natureza, com relação aos povos, mandam que exerça cada um sua particular tarefa, porque tem cada um o seu "temperamento" e, portanto, a sua "vocação" particular. Só dentro de sua vocação particular é que poderá cada povo — como cada individuo — realizar o maximo de suas possibilidades. O maximo de realisação, pois, das possibilidades totaes da humanidade só será alcançado de maneira indirecta, — pela somma das realizações de cada povo dentro da sua particular vocação. Eis o que faz dos povos, das patrias, das nações, instituições naturaes e necessarias, que o vão internacionalismo do começo do seculo pretendeu anular. O Deus da Natureza por esta forma ordena as coisas para da diversidade obter a unidade, — porque o mundo é uma fragmentação da unidade na diversidade.

Ha certos direitos inalienaveis do homem, entre os quaes se devem colocar, em primeiro lugar, a vida, a liberdade e a

procura da felicidade. Mas o Deus da natureza e dos homens, e de tudo quanto existe, é "mais nós mesmos do que nós". E' o ser absoluto e necessario, e nós, com tudo quanto existe, somos apenas contingentes. De sorte que da fonte do "ser que é ser" é que vivemos, e, portanto, em nosso proprio interesse, os direitos de Deus devem primar os direitos do homem. Ou, por outras palavras, os direitos de Deus é que são os profundos, infinitos direitos do homem. A vida é um direito inalienavel do homem. Não, porém, reduzida á sua expressão negativa, organica, animal: a vida com o seu sentido espiritual e transcendente, banhada de eternidade, e haurindo da fonte mesma do ser a sua energia de manifestação gloriosa: portanto, a vida sujeita ás incoerciveis hierarquias que condicionam a plenitude do ser criado. A liberdade é um direito inalienavel do homem. Mas livre é a força que diretamente caminha para a sua finalidade suprema. Que conhece as

leis do seu destino, e se adstringe á sua mais rigorosa observancia, para de cada vez melhor realizar-se a si mesma. A procura da felicidade é um direito inalienavel do homem. Mas a felicidade superior pretere a felicidade inferior. A felicidade infinita, que é a que o homem consciente ou inconscientemente procura, só é alcançada atravez de condicionamentos que muitas vezes contrariam as fugazes felicidades terrenas.

Infunda-se tal sentido transcendentalista naqueles vocabulos e expressões, e eles só conterão, como disse, a verdade pura. Mas se, na Declaração da independencia dos Estados Unidos, eles ainda conservam, por força do espírito puritano que as ditou, um pouco desse sentido, ao se traduzirem nos termos da 'Declaração" de 1789, perderam-no completamente. A "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", da Revolução francesa, é uma pura expressão do naturalismo e do individualismo vindos, atravez da Reforma e

do enciclopedismo, do movimento renascentista. O que se tinha em vista quando, no art. 1.° dessa Declaração, se estabelecia a igualdade de direitos de todos os homens, e no art. 6.° que todos os cidadãos têm o direito de colaborar pessoalmente ou pelos seus representantes na formação da lei, e no art. 10.°, que ninguem deve ser inquietado pelas suas opiniões, mesmo religiosas, contanto que a sua manifestação não perturbe a ordem publica estabelecida pela lei, — era precisamente o sentido de auto-afirmação do homem, no qual se continha a invencivel antinomia humanística que Berdiaeff esclareceu. O que se tinha em vista era este sentido de auto-afirmação, e foi assim que o entenderam as massas rebeladas da "grande revolução", e as massas rebeladas que em todo o curso da historia contemporânea vieram preparando o golpe de negação final e total que o bolchevismo representa.

Toma um profetico acento, em face do presente tumulto de angustia, a frase

conhecida de De Donald: "A Revolução começou pela declaração dos direitos do homem. Não poderá acabar senão pela declaração dos direitos de Deus" (1).

De fato, no seio das nações em que plenamente se desenvolveram os principios politicos liberalistas, só este resultado, a par da desordem economica e social em algumas delas levadas ao paroxismo, de maneira positiva se alcançou: o total desprestigio do pensamento democratico, que, no entanto, tem a sua razão de ser profunda. Total desprestigio, porque do direito de cada cidadão "colaborar pessoalmente ou por seus representantes na formação da lei", resultou, por influxo da atomização da sociedade pelo individualismo liberalista, a dispersão das grandes correntes ideológicas em multiplices pontos de vista opinativos, expondo de cada vez mais a cidadela do espírito ás in-

---

(1) George Cogordan — "Joseph de Maistre" — Hachette — Paris, 1922 — pag. 41.

vestidas vitoriosas do arrivismo irresponsavel e audacioso. Resultou a selecção ás avessas dos valores, em virtude mesmo do impeto maior das forças menos conscientes da gravidade da vida. Resultou o ambiente de mediocridade e mediania de que se viram repelidas as expressões mais genuinas e depuradas da inteligencia de cada povo. Resultou ser a massa geral das populações ludibriada pelas camarilhas que se arrogaram o direito de representá-la, e que, em verdade, a excluiram inteiramente de qualquer influição nos destinos coletivos. Resultou, na França cristianíssima, no predominio de uma exigua minoria negativista, movida por secretas forças inimigas da civilização cristã. Resultou, na poderosa Republica da Norte America, nos pleitos colossais em que, no entanto, não eram, como as aparencias insinuavam, formidaveis correntes democraticas que se batiam, mas interesses de consorcios financeiros que procuravam, num campo e noutro, impôr-se, á sombra

da ficção do sufragio universal: no ultimo destes pleitos (reeleição do Presidente Roosevelt, em 1936), foram ainda os consorcios que levantaram enorme votação contra a massa de eleitores que, assustados pela debacle organica a que o liberalismo economico levou os Estados Unidos, sufragaram o nome do estadista que vinha operando o movimento de reação. Diga-se de passagem que foi elemento dominante na vitoria de Roosevelt a atuação decidida e energica do eleitorado catolico americano, devidamente orientado para uma perfeita compreensão do problema, e suficientemente esclarecido sobre os "beneficios" da liberal democracia. Resultou, em síntese, no regime dos partidos politicos multiplices, assunto sobre o qual muita coisa ha a dizer-se.

Pode aplicar-se a todos os povos liberalistas do presente o dito chistoso de Ramalho Ortigão a respeito de Portugal: "A politica converteu-se em uma vasta associação de intriga, em que os socios com-

binam dividir-se em diversos grupos, cuja missão... é entrar e sair do governo".

Não é demais continuar a citação: "A opinião publica, marasmada pela indiferença, deshabitua-se de pensar e perde o justo criterio por que se julgam os homens e os fatos" (1).

A expressão: "marasmada pela indiferença" merece que se a retenha com particular atenção. O artigo 6.° da "Declaração dos Direitos do Homem" tendia, não apenas a assegurar, mas a promover a efetiva colaboração de cada homem, por si ou pelos seus representantes, na formação da lei. Quer dizer: tendia a despertar nas multidões o verdadeiro interesse politico e a acordá-las para a consciencia do seu valor efetivo. O que se obteve, todavia, foi a completa indiferença multitudinaria com relação aos destinos politicos dos povos, por efeito do ceticismo e da

---

(1) R. Ortigão — "Farpas".

descrença que o jogo das camarilhas criou. Dos pleitos liberais-democraticos mais renhidos, e não obstante todas as medidas coercitivas para estimular o voto, fazendo-o obrigatorio, só uma fração relativamente pequena — em alguns paises insignificativa — das populações participa. Considere-se que, em grande parte — em muitos paises totalmente — a massa eleitoral é elaborada pelos partidos, ao jôgo de puros interesses individuais, e ter-se-á uma noção clara de como corresponderam os fatos ao sonho ingenuo da "Declaração".

No instante em que as multidões abandonaram a sua postura de indiferença e marasmo, foi, não para manifestar aquela almejada livre-consciencia da gravidade do destino dos povos, mas para se comprometerem nos ideologismos funestos — frutos diretos da liberal-democracia — e se entregarem á desordem total das reivindicações materiais e grosseiras. Disto tratarei em capitulo á parte.

No Brasil, pelas nossas condições peculiares, o fenomeno apresenta aspectos característicos. Aspectos como tão dolorosos, pelo seu sentido final, não se encontrarão, talvês, no seio de nenhum outro povo.

O Brasil, no fim de contas, significa um milagre de unidade territorial e, até certa medida, espiritual. Enquanto a America hespanhola se fragmentou numa dezena de nacionalidades diferentes, nós não só mantivemos integra a estructura do territorio de conquista portuguesa como enormemente lhe alargámos o ambito por instrumento da audácia bandeirante. Hoje representamos o maior imperio territorial do mundo em continuidade de terras aproveitaveis.

Pois bem: desse milagre historico fizemos, com a plena instauração da liberal-democracia em 1889, o precario fenômeno de um país artificialmente dividido em vinte Estados, no seio de cada um dos quais se foi elaborando, com

o correr dos anos, sob o regime novo, uma consciencia de autonomia funesta e comica a um só tempo. Nisto se manifesta intensamente a tendencia incoercivel do espirito liberalista para a fragmentação, para a tragica negação de todas as grandezas totalitarias. Nisto se manifesta o tropismo do nada do espirito naturalista. Cada Estado arranjou o seu, ou os seus partidos — estes, por mais numerosos que fossem, nunca impediram a organização das oligarquias absorventes — e da multiplicidade dos partidos no grande conjunto nacional advieram os conchavos ignobeis, em que o verdadeiro interesse publico jamais foi consultado, — em que as verdadeiras inclinações populares foram sempre contrariadas, — e de que, por fim, se formou o ambiente de ansiedade e rebeldia que favoreceu a serie enorme de revoluções, levantes e motins que têm degradado a Republica.

Não faço, longe de mim, a apologia do regime monarquico no Brasil presente.

Sou suficientemente realista para saber furtar-me a contrasensos historicos. O Brasil desta hora, por força de complexíssimas circunstâncias, é republicano e democratico. E é dentro da Republica e da Democracia — entendidas ambas, porém, no seu profundo sentido de livre criação politica — que o verdadeiro sentimento patriotico pode propôr-se construir uma vasta obra de erguimento moral e material. Mas ninguem, de bôa-fé, e com uma clara consciencia dos acontecimentos, negará que a Republica nos trouxe o espirito de divisão — com a criação dos "Estados" excessivamente autônomos, — e o amortecimento do senso espiritual da vida — com a escola leiga que, em verdade, foi, durante quarenta anos, uma escola de ateismo, de anti-clericalismo, de naturalismo, — e, sobretudo, um triste desprestigio no conceito das demais nações do continente, — com a pêrda da aura de unica nação solidamente estructurada, sob a sua forma imperial, entre as inquie-

tas republicas sul-americanas de pouco menos de meio século atrás.

A proposito deste assunto, guardo amargamente na lembrança o que nos disse, uma vez, a mim e a Andrade Muricy, um ministro de país amigo junto ao nosso governo: "O Brasil manteve incontestavel e incontestada supremacia politica, moral e espiritual na America do Sul até o advento da Republica. Hoje, no entanto, — *perdonenme usteds* — parece que perdeu esta posição para sempre. Será dificil que a recupere. *No lo creo.*"

O *no lo creo* do estrangeiro — aliás do grande amigo estrangeiro, cujo nome, é obvio, não devo revelar — feriu-nos mais fundo que uma punhalada. E a mim por muito tempo me desorientou na pesquiza da nossa destinação coletiva. Esse *no lo creo*, que será, possivelmente, uma secreta impressão de todos os povos irmãos do continente a nosso respeito, e o fato inegavel de havermos efetivamente perdido a hegemonia continental, após a

fundação da Republica, levam-nos facilmente a perdidas e profundas reflexões. Porque a verdade é que o Brasil de hoje, — o Brasil Republicano — representa uma realidade, do ponto de vista material e economico, muito mais poderosa do que a do Brasil monarquico. Como se deu que não só perdessemos a primazia antiga, o velho prestigio moral e politico entre os povos ibero-americanos, mas perante nós mesmos, no segredo do nosso coração, chegassemos a sentir-nos, como hoje acontece, amesquinhados, desesperançados, desiludidos, — não obstante o crescimento das metropoles, o desdobramento da atividade criadora, os triunfos sobre a natureza hostil, o advento da policultura em grande escala, dos novos portos, das novas ferrovias, da aviação? Deu-se exatamente porque, com um golpe imprudentissimo, ferimos fundo o principio de unidade, que era o eixo central de nossa formação. A Republica Argentina — que foi a sombra que cresceu sobre nós, apa-

gando-nos — por instinto profundo de sabedoria e defesa, manteve o catolicismo como religião de Estado. A' custa desta atitude, e beneficiando de uma posição geografica e de condições climatericas que concorriam para o mesmo trabalho unificador, constituiu-se de cada vez mais solidamente em bloco resistente, que poude suportar com galhardia o embate da onda do liberal-democratismo, — não sem sofrer, comtudo, com as suas investidas. Nós, politicamente, com a super-autonomia dos "Estados", fragmentámo-nos, dispersámo-nos, diluimo-nos. Perdemos, em grande parte, o sentimento da grandeza do todo magestoso, separámo-nos em rivalidades regionais, estabelecemos o regime das combinações multiplices entre interesses divergentes de grupos dominantes para, através de dificuldades extremas, e ás vezes á custa de tremendos choques, chegar á solução precaria dos mais urgentes problemas nacionais. De tal contingencia re-

sultou a catastrofe interior da desaparição do animo afirmativo, — desse nobre orgulho de totalidade que mantinhamos ainda á sombra da corôa, não obstante a diversidade enorme de condições materiais em que viviamos. A escola leiga, quer dizer: anti-clerical e anti-religiosa, dissolveu em nosso espirito os fundamentos da crença antiga sobre que assentava a nossa "impressão" totalitaria do mundo e pôs em flutuação perigosa os nossos sentimentos morais. Os eternos conchavos entre grupos desinteressaram-nos da politica. E, enquanto prodigiosamente crescia, alcançava-nos, superava-nos a Republica Argentina, movida, malgrado certas aparencias, por secreto e ativo principio de unidade, nós desapoiavamos as nossas surpreendentes virtualidades de crescimento e prestígio exactamente da força que mais necessaria lhes era: a das profundas e unificadoras convicções morais totalitarias.

O *no lo creo* do estrangeiro, contudo, bem examinadas as coisas, não tem razão de ser. Mostra-lo-emos dentro de algumas décadas.

4 — *LIBERALISMO ECONOMICO*

O *laissez-faire, laissez passer, le monde vá de lui-même,* dos fisiócratas, que é, por essencia, a maxima do liberalismo economico, só começou a formular-se em fins do seculo XVII e só se condensou no seculo XVIII, com Boisguillebert, Vauban, Quesnay. O sistema fisiocratico surgiu como oposição aos principios fundamentais do mercantilismo, que J. Conrad, ao contrario de outros historiadores modernos das doutrinas economicas, considera um sistema completo, pois embora os seus conceitos não tenham sido explicitamente coordenados, "representavam um conjunto de idéas fundamentais, aparecidas com mais ou menos força na literatura e na administração publica e por

isto podem muito bem ser tomados como um signo dos tempos". (1).

Os mercantilistas professavam, principalmente, que o poder publico tem o dever de intervir em tudo, não só para dar o impulso e a direção á atividade economica, mas tambem para, quanto possivel, tomá-la a seu cargo. J. Conrad demonstra a perfeita adequação deste ponto de vista ao momento historico em que se produziu. "Tal conceito era elementarissimo numa época em que a maior parte do povo se achava sumida num gráu de cultura ínfimo e em que dele não se podia esperar a adequada compreensão das necessidades impostas pela época, nem tampouco suficiente inteligencia para agir como era necessario, ao passo que, por outro lado, na direção do Estado se reuniam as forças intelectuais mais poderosas, como tambem os recursos necessarios, que mui-

---

(1) J. Conrad — "Historia de la Economia" — Trad. de J. Algarra — Madrid — pag. 31.

tas vezes só nela se poderiam encontrar. Os notaveis resultados que conseguiram homens de Estado ilustres, como Colbert, Frederico Guilherme I e Cromwell, e a circunstância de terem podido conduzir em breve prazo os dominios a eles confiados a um florescimento excepcional, demonstram até a evidencia a justeza do nucleo central dos conceitos para aquele tempo." (1). Assim, pelo menos em grande parte justificam-se as direções impressas á doutrinação economica por um Antonio Serra em seu "*Breve tratato delle causa que possono far abondare li regni d'or e d'argento, dove non sono minieré*". (Napoles, 1613), um Antonio Broggia, nos "*Tratati dei tributi e delle monette*" (1743), um Thomas Mun, em suas obras de 1609 e 1644 sobre o comercio exterior inglês, um Francis Melon, em seus "*Essais politiques sur le Commerce*

---

(1) J. Conrad — op. cit., 31, 32.

(1731), um Forbonnais, um Gaspar Klock, etc. Havia nessas direções, pelo menos, fundo influxo do espírito realista.

A onda do economismo liberalista já tinha sido, no entanto, desencadeada pelo Humanismo e pela Reforma.

As criticas de Erasmo, de Ulrico de Hutten, do proprio Luthero ás concepções fundamentais da ordem economica e espiritual medieva abrem caminho para o economismo naturalista que, tomando força no embate contra o rochedo do mercantilismo, se apresenta em plenitude com os fisiócratas. Quesnay, abundando no conceito de Boisguillebert, de que só as industrias extrativas podiam acrescentar a riqueza publica, afirma que a agricultura só poderá prosperar quando a venda dos seus produtos chegue a ser livre e obtenham eles os preços que as circunstancias determinem: "Diz que na economia politica funcionam *leis naturais*, como no desenvolvimento do organismo humano e de todos os animais. Estas leis,

atuando livremente, facultam á coletividade as maiores prosperidades, enquanto os governos só podem refreá-las e estorvá-las, mas jamais conseguir progresso algum. A missão destes, portanto, consiste unicamente em deixar que a natureza reine tambem na vida economica e em aplainar os obstaculos que se ofereçam ao imperio das condições espontaneas. Destas noções procedem a palvra *Fisiocracia* e o lema principal da escola, que conquistou logo importancia decisiva, e que se formula: *laissez faire, laissez passer, le monde va de lui-même.* (1).

Eis aí, perfeitamente definida, a fonte da ciencia economica moderna, que, no entanto, só se considera definitivamente fundada com a obra de Adam Smith (1723-1790). Vêm os liberalistas que não data de muito o surgimento, na historia da humanidade, da liberal-econo-

(1) J. Conrad — op. cit., 59, 60.

mia. O livro celebre de Adam Smith, "*Inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*" apareceu em 1776, ha cento e sessenta e um anos apenas...

Assim resume J. Conrad a doutrina do fundador da ciencia economica: "Partindo Adam Smith da base de que na vida economica atuam *leis naturais*, ás quais precisamos deixar em plena *liberdade*, chega este autor, em politica economica, a identicas consequencias que os fisiócratas. O *interesse individual* de qualquer homem condu-lo espontaneamente a agir de maneira proveitosa para a comunidade. O egoismo míope é refreiado pela *competição*, mas, de maneira regular, só quando existe liberdade economica pode produzir o devido efeito e ser proveitoso; do que se deduz que o Estado tem o dever ineludivel de acabar com os anti-naturais obstaculos presentes. Trata pormenorisadamente dos prejuizos provindos de todos os monopolios e a supremacia dos grandes proprietarios do solo, do dano

causado á industria pelo regime das corporações e limitação do comercio estrangeiro por meio de aduanas protetoras e proibitivas.

Diz Adam Smith que todas essas barreiras medievais devem ser derrubadas. O individuo, que melhor do que ninguem pode julgar onde e como suas forças de trabalho são utilisaveis de maneira mais adequada, deve tornar-se independente, garantindo-se-lhe a mais completa liberdade para comerciar. Por outro lado, no entanto, manifesta temores de que os nobres e os ricos, que são os que maior influencia exercem no Estado, se prevaleçam dessa mesma liberdade para utilizá-la em seu proprio interesse e oprimir os debeis. Procurando representar o interesse individual e tomá-lo como ponto de partida, concebe o Governo estritamente como um instrumento para favorecer o bem estar de cada um (. . .). (1).

J. Conrad — op. cit., 71, 72.

Esta a indiscutivel linhagem do economismo da Revolução francesa. Precisamos derrubar todas estas barreiras medievais, dissera Adam Smith. A lei Chapelier, de 17 de Março de 1791, dissolvia as corporações de oficio de modo definitivo. Concomitantemente, a economia mundial, por efeito das grandes invenções, sofria transformação profunda. "Em 1790, Watt logrou pela primeira vez aplicar o vapor como força motriz, e deste descobrimento extraordinario derivaram consequencias incalculaveis." (1). Em 1869 aparecem as industrias hidro-eletricas, e em 1888, "Forest conseguiu que o motor de explosão, ideado já por Lenoir por volta de 1860, pudesse funcionar com essencia de petróleo, o que serviu de base ao automovel, á aviação e á navegação submarina. Estas fundamentais etapas, decisivas para o desenvolvimento do maqui-

---

(1) Eduardo Aunós — "La Reforma Corporativa del Estado", 17.

nismo e o nascimento da economia moderna, foram seguidas de uma renovação profunda na técnica e nos instrumentos de trabalho, acentuando-se de cada vez mais a tendencia para a mecanização do esforço humano.

A nova epoca se caracteriza pela concentração capitalista, o aumento em proporções gigantescas da capacidade produtora e consumidora do homem, e a extensão das permutas, que tendem a desbordar as fronteiras nacionais, apresentando aspectos de universalidade" (1).

Max e Engels descrevem, em pagina celebre, esta subita expansão de energias criadoras e destrutoras a um só tempo, em termos inesqueciveis: "Os mercados não cessaram de crescer, as necessidades não cessaram de aumentar. Chegou a vez da manufatura mostrar-se insuficiente. E o vapor e o maquinismo viéram revolucio-

---

(1) Idem — op. cit., 17, 18.

nar a produção industrial. A manufatura cede o lugar á grande industria moderna; a pequena burguezia industrial céde o lugar aos milionarios da industria, aos chefes de verdadeiros exercitos industriais, aos burgueses modernos.

O descobrimento da America tinha tornado possivel o mercado do mundo; a grande industria realizou-o. O mercado do mundo foi para o comercio, para a navegação, para as vias de comunicação por terra, o motivo de um desenvolvimento imenso, desenvolvimento que, por sua vez, reagiu sobre o desenvolvimento da industria; e cada novo desdobramento da industria, do comercio, da navegação, das vias-ferreas, marcava um novo passo á frente da burguezia, que multiplicava tanto mais seus capitais, e recalcava para longe, para a retaguarda, o conjunto das outras classes sociais, residuo e herança da Idade Media".

Esta, porém, foi simplesmente a primeira grande revolução industrial da mo-

dernidade. A segunda, mais vertiginosa e violenta, já se nos mostra por volta de 1900 em plena atuação, sem que, no entanto, como observa Georges Friedmann, lhe possamos designar com precisão os começos e os contornos. "Atravez todo o seculo XIX os descobrimentos das ciencias da natureza e suas novas aplicações a preparam nos paises de capitalismo evoluido. Ela se propaga no XX seculo ao mesmo tempo que se extendem de cada vez mais rapidamente os mercados, a batalha dos imperialismos atravez do mundo (1) Georges Friedmann, em poderosa sintese, traça o quadro impressionante dessa segunda revolução, e a esse quadro remeto o leitor por impossibilidade de reproduzi-lo aqui. Tomo, contudo, a essa sintese a indicação abaixo, de admiravel poder de sugestão:

"Beau de Rochas havia patenteado em 1862 o seu motor a compressão. Foi

---

(1) Georges Friedmann — "La Crise du Progrès" — Gallimard, Paris, 1936 — pag. 18.

somente na Exposição de 1878 que se viu aparecerem na França as primeiras maquinas desse tipo, e, após, em 1889, motores como o de Delamare, cuja potencia atingia 100 HP. Em 1905, na Exposição de Liege, os visitantes admiravam motores do mesmo genero, de 1500 HP. Então, após as primeiras bricolages de Ford, de Dion, Renault e alguns outros, começou a fantastica aventura do motor a explosão, que em vinte anos subverte o aspecto das aglomerações humanas, as comunicações, os costumes, e conquista os cinco continentes". (1)

Mas, foi aí, justamente, que ocorreu a catástrofe da grande guerra. E, depois, a catástrofe da... paz. A revolução bolchevista. O desequilibrio profundo dos povos todos. E, por fim, o panico na bolsa de Nova-York, a 24 de Outubro de 1929. O universal desmentido a todas as loucas esperanças do seculo XIX.

---

(1) G. Friedmann, — op. cit., 20,

Fôra ingenuidade atribuir-se ao liberalismo economico, — mesmo a todo o fundo desvio naturalista dos modernos tempos, — a responsabilidade total desse tragico têrmo de corrida. As duas revoluções industriais referidas estão na linha normal da marcha do homem através do seu destino criador. Em si mesmas, elas só confirmam tal destino. E só por si mesmas, embora tivessem vindo atenuadas por influxo de outra concepção geral da vida, haveriam provocado desequilibrios e suscitado serios problemas economicos e sociais. Mas a ninguem deixará de ocorrer a reflexão de que foi uma profunda pena que, sobre uma epoca de transformações violentas no dominio da tecnica do trabalho, tivesse incidido a influencia má de uma filosófia de negação, — tivesse incidido a influencia péssima de uma profunda degradação espiritual. Dentro de outro criterio, que não o do naturalismo e o do individualismo modernos, de julgamento do valor da vida, —

sobretudo da realidade do espirito, as coisas teriam, sem duvida, tomado rumo diversíssimo. O advento da maquina — inevitavel — teria resultado numa glorificação da intelligencia, ao invés de contribuir, como contribuiu, para a mais dolorosa escravização. Não se teriam formado as moloquianas empresas, e com isto, é certo, o surto surpreendente de producção se teria apresentado com feições mais modestas: o universal equilibrio economico, porém, não se haveria abalado, como aconteceu, até os seus ultimos fundamentos, — não se teria produzido o terrivel "effondrement", para empregar o termo de Georges Friedmann. Em vez do fenomeno do capitalismo absorvente, que depois se transmutou na monstruosidade do super-capitalismo internacional, tremenda e inhumana energia que vem aniquilando, um por um, todos os povos, teriamos alcançado, senão a perfeita serenidade na fartura, pelo menos uma fase de luta na

esperança, em tranquilo ambiente de jùstiça distributiva, — como deve ser do destino do homem no planeta.

A raiz do desastre moderno está, não nas conquistas novas da inteligencia cientifica, mas no espirito negativista do tempo.

Alceu Amoroso Lima estabelece magistralmente um paralelo, deste ponto de vista, entre a civilização moderna e a civilização helenistica. "A mesma predominancia da vida economica, — diz ele em conclusão de longa analise, — com o desenvolvimento de metodos cientificos, de cultura intensa do solo, de grande capitalismo, etc. A mesma intensidade da ação socializante do Estado. O mesmo brilho exterior da literatura. O mesmo cosmopolitismo. O mesmo intencionismo filosófico. O mesmo sincretismo religioso. O mesmo misticismo supersticioso das massas. A mesma incredulidade das classes cultas. Emfim, todo o processo de sacralismo descrescente e de crescente economis-

mo, de que morreu a Grecia, de que Roma ia morrer, e de que nós outros, tambem, estamos mortalmente feridos" (1).

Vale ainda transcrever, pela sua intima eloquencia, os ultimos paragrafos do capitulo em que vêm as linhas acima:

"O espirito de sacralidade que dera á alma antiga (da Grecia) aquele senso da limitação e do equilibrio, aquela *piedade natural* que faz até hoje a mocidade eterna das suas obras de beleza plastica ou da razão especulativa — cedêra de todo (na época helenistica) ao espirito do economismo doutrinante, que levava á busca imediata dos bens visiveis como ultima razão de ser da vida.

O paganismo economico, confundindo o divino e o humano, termina precisamente pelo predominio dos valores efemeros sobre os valores eternos.

E essa mesma marcha fatal ao abismo da dissolução vamos encontrar, em formas inteiramente diversas e num am-

(1) Alceu Amoroso Lima — "Esboço de uma introdução á Economia Moderna" — pag. 67.

biente infinitamente maior, na nossa civilização moderna. O néo-paganismo moderno, de uma sociedade que ha tres seculos vem tentando eliminar de si toda a tradição e a doutrina cristã que a formou, está levando o nosso mundo de hoje a uma sorte análoga á do fim do paganismo.

E por toda parte, em torno de nós, sentimos os bárbaros farejarem os restos do festim". (1)

O liberalismo economico, no espaço de um seculo e meio de atuação, produzio o mais completo e perigoso dos desequilibrios organicos por que tenha jamáis passado o mundo. No terreno econômico, a ordem é representada pelo ajustamento perfeito da produção ao consumo. Nem se a pode conceber em outros termos. O liberalismo conseguiu levar ao paroxismo o rompimento dessa ordem. O que em tal esfera está presenciando o mundo contem-

(1) Alceu Amoroso Lima — op. cit., 94, 95.

poraneo ultrapassa todos os limites da insensatez e da perda de poderio, da parte da inteligencia do homem, sobre energias que ela mesma desencadeou. A super-produção das mais indispensaveis utilidades resultou no fenomeno inhumano do desemprego, — origem primeira da vasta desordem social deste tempo, no fenomeno surpreendente da ruina dos povos mais laboriosos e experientes, no fenomeno espantoso dos atuais processos de valorização da mercadoria desprestigiada, pela destruição de grande parte da mesma, — exatamente á hora em que multidões inteiras deperecem, miseraveis, por não estarem essas mercadorias ao alcance das suas mãos...

5 — *LIBERALISMO SOCIAL*

No terreno social, a vaga e falaz promessa de "liberdade, igualdade e fraternidade" produziu como a ultima, a mais grave, a mais caracteristica das suas con-

sequencias, isto a que uma vez chamei o grande peccado da civilização contemporanea: a transformação do trabalho humano em simples mercadoria, por efeito do regime de livre concorrencia.

Como diz Paul Chanson, chegou o momento "de intentar-se um processo em regra a essa civilização liberal, que, após haver desconhecido os direitos de Deus, desconhece, ademais, os verdadeiros direitos do homem, notadamente os do trabalhador'. (1)

"O trabalho, prestação vital, prestação necessaria, — escreve ainda, — é, pois uma actividade "sui generis", e o salario, muito longe de regular-se pelo jogo mercantil da offerta e da procura, deve ser determinado pelas necessidades vitaes do trabalhador. (...)

Prestação necessaria, o trabalho é, por outra face, uma prestação pessoal.

---

(1) Paul Chanson — "Les Droits du travailleur et le corporatisme". — Pag. VII.

Alugar a sua casa ou o seu campo, é pôr uma coisa á disposição de outrem. Alugar seu trabalho é empenhar sua propria pessôa; não somente o corpo, mas a alma, criada á imagem de Deus". (1)

No mesmo sentido, que é, aliás, o determinado pelo pensamento da Igreja nas enciclicas "Rerum novarum", de Leão XIII, e "Quadragesimo anno", de Pio XI, se expressa o pensador politico lusitano, João Pinto da Costa Leite, a proposito da reforma corporativa em sua Patria: "... o homem não se conhece economicamente apenas como uma unidade de trabalho, mas na sua integridade física, moral e social, e, portanto, integrado na familia, cuja existencia material e espiritual precisa de manter. O trabalho não deve ser considerado como uma mercadoria, mas como uma contribuição para a formação do equilibrio economico na-

---

(1) Paul Chanson, — op. cit., 3, 4.

cional, que dá direito, a quem o presta, — como condição até de se atingir esse equilibrio, — a uma retribuição que lhe permita satisfazer os encargos normaes de sua existencia, na qual se compreende a da familia; o trabalho é inseparavel de quem o presta, e, por isso mesmo, o salario deve ter um caracter familiar". (1)

Ao invés disto, o que vêmos é o trabalhador de nosso tempo negado inteiramente como realidade espiritual, mais do que isto, excluido, poderiamos dizel-o, da humana comunhão, taes as condições de existencia que se lhe criaram com o trabalho transformado em mercadoria, com a lei dos salarios tão duramente expressa por Gobden, nestes termos: 'Quando dois operarios correm atraz de um patrão, o salario baixa; quando dois patrões correm atraz de um operario, o salario sobe", — com o desemprego de grandes massas,

---

(1) Dr. João Pinto da Costa Leite — "A doutrina corporativa em Portugal". — 53.

com os preços para ele pouco accessiveis das utilidades, com o sofrimento amargo a que o sujeitam contingencias multiplices, com a miseria, a fome, a morte.

A maquina... Afastemos ainda uma vez esta insidiosa objecção.

"Não é a maquina que se deve acusar, revida Bacconnier, mas o homem que se serve da maquina e que não soube dominá-la."

Seja como fôr, é dificilimo não considerar um beneficio o motor mecanico que substitue as forças dos humanos braços...

Sem duvida, u'a maquina nova arruina muitas vezes antigas industrias, mas muitas vezes tambem a maquina nova cria novas industrias e faz nascer, assim, novas necessidades. Algumas dezenas de milhar de postilhões, carroceiros e estalajadeiros viviam da estrada, na época das diligencias, mas, hoje, milhões de "cheminots", "chauffeurs", pilotos, metalurgicos, distribuidores de essencia, vivem do caminho

de ferro, do automovel, da aviação, que substituiram as diligencias.

Conhecemos a objecção: quando aparece uma nova maquina, esta produz, de começo, uma economia de braços e, portanto, o desemprego; e antes que os desempregados encontrem outra ocupação, transcorre um periodo de transição dolorosissimo muitas vezes. Isto explica o gesto dos tecelões quebrando os "metiers" Jacquard recentemente inventados.

Isto é verdade, mas faremos notar que, se a transformação do instrumental produz, de começo, o desemprego e a miseria, não cabe a responsabilidade de tal desordem á maquina, que mais não faz do que executar a tarefa exigida pelo homem, incumbe a responsabilidade de tal desordem aos homens da revolução de 1789, que aboliram o regimen corporativo fundado sobre a *produção disciplinada* e lhe deram como substituto o regimen do "laisser-faire", quer dizer, o regimen da "produção desregrada".

O regimen corporativo proporcionava a producção ás necessidades do consumo; não punha obstaculo á transformação do instrumental, mas impunha regras a essa transformação, de maneira que não tivesse a mesma por efeito transformar os trabalhadores em mendigos; em consequencia disto, a liberdade de produzir e fabricar era regulada de sorte a que não degenerasse em licença de produzir o desemprego e a miseria.

Esta licença de produzir e fabricar o desemprego e a miseria foi admittida pelos homens da revolução de 1789. "*Foi a revolução francesa, na noite de 4 de agosto, que outorgou a liberdade de produzir-se o que se quizer, como se quizer, quando se quizer e tanto quanto se quizer*". Assim se exprime o sr. Jacques Dubain, no seu livro: "La grande reléve des homens par la machine".

Precisamente porque, após a revolução de 1789 e a abolição do regimen corporativo, tiveram todos licença de produ-

zir o que quizessem, como quizessem e tanto quanto quizessem, e isto sem consideração de utilidade humana, a aparição de uma nova maquina foi acompanhada do desemprego e da miseria.

Em regimen corporativo, a aparição de uma nova maquina não teria esses inconvenientes, Jacques Valdour no-lo diz porque: "A transformação do instrumental se efetuaria metodicamente, progressivamente, de modo a suprir-lhe as consequencias perturbadoras." (1)

Já é tempo, em verdade, de apelarmos para a inteligencia reflexiva dos homens com relação ao sentido verdadeiro da maquina na economia, na vida universal. Admitirmos romanticamente, á maneira de Ruskin, que a maquina veiu apenas degradar a industria humana, pelo menos em sua feição de beleza, ou á maneira de precipitados economistas moder-

---

(1) Firmin Bacconnier — "Le Salut par la corporation". — 175, 177.

nos, que a maquina é fonte de desregramento perpetuo da producção e causa das aflicções da massa humilde, significa um ilogismo, uma incapacidade de penetração dos fenomenos complexos, uma postulação de absurdos.

Entregue á sua espontanea actividade interpretativa, quero dizer: livre de preconceitos e pontos de vista errados, a intelligencia não pode acceitar o pensamento de que a maquina é algo de imensamente prejudicial á vida do homem no planeta. A maquina é, de facto, uma extensão do homem, da sua capacidade creadora e de dominio. Multiplica-lhe a energia productiva, objectiva em realidade concreta o seu intimo sonho de surprehendentes creações, realiza, por assim dizer,as fantasmagorias da imaginação encantada do homem dos velhos tempos. Como, pois, conceber-se que tal maravilhosa conquista tenha vindo, exactamente, para deprimir o ser humano, vedar-lhe toda perspectiva de um futuro destino har-

monioso, lançal-o ao desamparo, á miseria, á fome?

E' evidente que não está, não póde estar na maquina — fructo genuino da destinação criadora da intelligencia — a raiz do mal que, apparentemente, lhe coube desencadear na historia. A raiz desse mal, como a de todos os males de que sofre a criatura na Terra, está na intrinseca concupiscencia humana que, desbordando sobre a serena intelligencia, fez com que esta perdesse o dominio da maquina, por haver perdido o dominio de si mesma. Intrinseca concupiscencia, que o espirito naturalista da historia moderna desbridou inteiramente.

"Que é o liberalismo social? — indaga Paul Chanson. — A doutrina que, para assegurar o reinado de uma pretença justiça, se reporta ao empirismo das liberdades individuais. No mercado do trabalho, o salario, como todas as mercado-

rias, se regula pelo jogo da oferta e da procura". (1).

---

(1) Paul Chanson, — op. cit., *27*.

AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS
NA HISTORIA

AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS NA HISTORIA

A origem das agremiações corporativas se perde na aurora mesma da civilização. "As organizações profissionais são tão velhas como as sociedades humanas", diz Eduardo Aunós (1). "O que habitualmente se considera como um caracter especial apenas da Idade Media, a organização corporativa, — escreve O. Spann — é em verdade um caracter que aparece em toda a historia, a qualquer época, entre todos os povos". Vai ainda além este ultimo autor citado. "Penso, acrescenta, que, em verdade pura, a historia não co-

---

(1) Eduardo Aunós — "La reforma corporativa del Estado", pag. 5.

nhece senão Estados construidos corporativamente, e que a destruição das corporações pelos Estados democraticos nunca foi realmente conseguida, porque era contra a natureza das coisas, e sempre minou, como uma doença, a realidade verdadeira e sã". (1)

Esta persistencia da organização corporativa na Historia é, sem duvida, testemunho suficiente de que tem ela raizes fundas na propria substancia do homem e representa uma de suas necessidades incoerciveis.

Egito

No Egito aparecem as associações profissionais, embora com caracter predominantemente religioso, desde as primeiras dinastias.

---

(1) O. Spaun — "Der wahre Staat", 198 — Citado por Manoilesco; — "Le siècle du corporatisme", 76.

Diodoro de Sicilia fala-nos de cinco, e Herodoto de sete corporações de oficios que, no Egito antigo, abrangiam a totalidade da população livre: sacerdotes, guerreiros, pastores, criadores, comerciantes, interpretes e pilotos. (1) A investigação juridica, adverte Aunós Perez, não poude determinar de um modo preciso a organização e funcionamento, em suas origens, de tais entidades constituidas, talvez espontaneamente, ao amparo de um direito consuetudinario antiquíssimo". (2)

India

Na India dos seculos VII e VI antes de Cristo, afora as castas conhecidas, havia os trabalhadores manuais, que eram reunidos em verdadeiras corporações cha-

---

(1) Alfredo Pino Branca — "La funzione sociale delle Corporazione nella historia" — 20.

(2) Antonio Aunós Perez — "Principios de Derecho Corporativo" — 373.

madas *shrenis*. Eram estas dirigidas por um conselho e uma assembléa. Pela sua constituição caracteristica, são as que mais se avizinham do fato corporativo moderno. Em verdade, como tambem as corporações medievais mais tarde, parece terem possuido estatutos proprios. Nelas se encontram os primeiros traços da magistratura do trabalho e dos contratos coletivos. Regiam-se por disposições de caracter social, tendentes a regular a duração do trabalho, o aprendizado, etc. (1)

Grecia

Na Grecia antiga, o principio vigente era o da liberdade de associação. (2) A agricultura, a caça, a industria da madeira e dos metais eram as principaes

---

(1) Alfredo Pino Branca — op. cit. — 24, 25.

(2) Glotz — "Le travail dans la Grèce Ancienne".

ocupações, e a elas se dedicavam os homens livres, formando associações familiares, hereditarias, unidas por vinculos religiosos e tradicionais e reunidas em comunidades (demos). (1) As primeiras associações gregas que se conhecem são as fundadas para o exercicio do comercio maritimo. Na Asia Menor, durante a epoca da dominação romana, encontram-se dados que permitem estabelecer a existencia de varias associações operarias (2). Só no conjunto organico do Direito Romano, contudo, encontramos dados concretos relativamente a taes associações.

Roma

As associações de artifices, espontaneamente formadas, existem, segundo

---

(1) Alfredo Pino Branca — op. cit., 27.

(2) Antonio Aunós Perez — "Principios de Derecho Corporativo". — 374.

Gonnard (1), em Roma, desde a mais remota antiguidade. "A influencia religiosa é nelas evidente, e perdura até os diferentes *collegia* criados em tempos posteriores. As pessoas dedicadas tradicionalmente a um mesmo genero de trabalho reuniam-se em torno do altar familiar, impetrando o apoio e auxilio de uma divindade especial". (2)

Costamagna distingue na historia das corporações na epoca romana quatro periodos: o das origens, o republicano, o do sistema imperial, o da crise do Imperio. (3)

O primeiro apresenta-nos a introdução na constituição romana dos "*collegia*

---

(1) "As corporações de artifices sob a Republica romana".

(2) Antonio Aunós Perez — op. cit., 374.

(3) C. Costamagna — "Elementi di Diritto Costituzionale Corporativo Fascista" — 120, 122.

opificum", que a lenda atribue a Numa Pompilio ou a Servio Tullio. Os "collegia", verdadeiros corpos destacados do Estado, eram, ao que parece, em numero de sete, e reuniam, respetivamente, os *aerari* (construtores), os *tignari* (carpinteiros), os *tibicines* (fabricantes de instrumentos musicais), etc.

Com o advento do período republicano, permanecem os antigos "collegia", mas as novas especializações de atividade nascidas da complexificação crescente da vida romana já se não constituem em corporações definidas, — pelo menos não ha documentos a respeito. Formam agremiações de caracter religioso e funerario, que se deixam envolver nas lutas partidarias e acompanham a sorte das facções que apoiam.

Augusto inaugura, com a *lex Julia de collegiis,* finalmente, um verdadeiro e adequado programa de politica profissional. "E' confirmada a suspensão das *associações de fato,* respeitando-se, con-

tudo, a organização dos antigos *collegia* de artifices. Daí por diante a faculdade de associar-se com fins profissionais é subordinada a uma autorização expressa do Senado (*senatusconsultum*). Tais autorizações só eram conferidas quando se verificasse que os objetivos das associações consultavam o interesse publico".

Sob Alexandre Severo, com a plena expansão da prosperidade economica do mundo mediterraneo e a multiplicação das agreminações profissionais, "chega-se a uma organização profissional quasi integral em Roma e nas provincias". Todas as corporações praticavam a assistencia e, embora nascidas, indispensavelmente, da iniciativa voluntaria, uma vez constituidas entravam a participar dos fins do Estado.

Após Alexandre Severo, ocorreu a grande crise de invasão dos barbaros, das guerras civis pela posse do trono, e de tentativas de libertação nacionalista no Oriente e na Galia (sec. III). A unidade es-

tatal foi restabelecida á custa de sacrificios que esgotaram a energia vital do Imperio.

Sofre a organização profissional contragolpe profundo. O Estado transforma as agremiações em instrumento de exação dos impostos e aprovisionamento das grandes cidades imperiais. Desaparece a iniciativa voluntaria. Para incitá-la, recorre o Estado ao sistema de privilegios (isenções militares, fiscais, etc.) concedidos aos membros das corporações, os quais ao mesmo tempo se tornam responsaveis pela execução dos serviços publicos que lhes são cometidos.

Por fim, com a exasperação da crise monetaria, a queda se precipita. Ocorre-se ás prestações pessoais de serviço, como a recurso de salvação publica, e tais prestações são consideradas obrigatorias para os membros das corporações, que aos seus *collegia* ficam ligados para sempre, com a sua familia e os seus bens. A obrigação transmitia-se aos seus proprios filhos, pois nem mais os referidos privilegios basta-

vam a fazer surgirem e a alimentar as associações profissionais. Desaparece de todo a iniciativa individual. E com um retorno a formas pregressas de economia, inicia-se a Idade Media.

Idade Media

Ao historico da organização corporativa no correr da Meia Idade, devo, por força de intrinseca necessidade da inteligencia brasileira, fazer preceder breve ensaio de retificação do conceito da Idade Media entre nós.

No mundo inteiro, como já tive oportunidade de notar, ainda existem os que teimam em atribuir ao longo periodo que decorreu entre os seculos V e XV da historia do Ocidente um sentido puramente negativo. Mas são de cada vez menos numerosos, e não figuram entre os representantes de solida, honesta, despreconceituosa cultura historica.

No Brasil, contudo, ainda é dogma — salvo para um pequeno grupo de pensadores autônomos destes dias (digo autônomos com relação aos profundos erros e prejuizos dos seculos XVIII e XIX) que a Idade Media não passou de uma noite caliginosa, durante a qual deperecem todas as energias criadoras do homem e se perdeu a tradição das imortais conquistas da inteligencia antiga. Os que assim pensam, opõem, como contraste vivo, á imensa noite medieva, a fresca alvorada renascentista, em que o homem, redescobrindo-se a si mesmo, surgiu para as realizações formidaveis dos modernos tempos.

O que, em verdade, foi o Renascimento em seu íntimo sentido, e em suas repercussões atravez da Idade Moderna e contemporanea, já o mostrei, á luz do criterio novo de grandes pensadores presentes, em pagina anterior. (*) Vou agora

---

(*) Renascimento e Cia., pag. 57.

proceder á exegese rápida, ainda á luz desse criterio novo, dos fermentantes séculos medievos.

A noite, com os seus mundos acesos.

Na propria absoluta oposição que entre a "clara alvorada" renascentista e a "noite medieval" estabelecem os panegiristas inconscientes do espírito de negação, ha um ilogismo historico que salta á vista.

De um total esquecimento de si mesmo, do fundo de seculos de amesquinhamento e depressão, não poderia de forma alguma surgir o homem, de repente, armado para realizações imorredouras. O raciocinio se impõe com força de evidencia. No entanto, os que, celebrando o Renascimento, atribuem á Idade Media um caracter de estagnação universal, são os mesmos que postulam o sentido de continuidade evolucionista da historia e se prendem ao mito do progresso retilineo

e constante como á propria fonte da sabedoria.

Como se estabeleceu esta surpreendente negação do valor criador da Meia Idade? Como poude tão longamente mantê-la o homem moderno, não obstante o seu extase em face das catedrais medievas e do poema do Dante, igualmente medieval? Não seria facil aprofundar a psicologia do caso no instante mesmo da explosão renascentista. O que se pode concluir com alguma segurança é que, dominado pelo proprio impeto criador, cujas fundas raizes medievas não percebia por absoluta carencia de auto-crítica, e já desviado para a direção naturalista pela decadencia da escolástica que havia dois séculos se processava, e, ainda, despido de profundo senso filosófico, — o homem do Renascimento simplesmente se esqueceu da Idade Media, para entregar-se inteiro ao seu labôr de auto-afirmação.

Depois vieram os descobrimentos e a maquina: o homem moderno, digamo-

lo em seu favor, tinha do que se embriagar até a total obnubilação do seu senso historico, como em verdade aconteceu. O homem moderno, porém, aqui é simples maneira de dizer. De fato, entre os homens modernos, sobretudo entre os da Idade Contemporanea, sempre houve alguns que souberam fugir á embriaguez. Os estudos historicos foram por estes renovados. Classificaram-se e criticaram-se documentos autênticos inumeraveis. Percebeu-se o ilogismo do brusco salto da treva espêssa para a claridade solar. E a apologia da Meia Idade se compôs, como a do período de mais gloriosa gênese, e de mais gloriosa afirmação de espiritualidade de toda a vasta historia humana, — ou de toda a breve historia humana, segundo o ponto de vista...

Antes, porém, de entrar na materia informativa — ainda hoje, infelizmente, necessaria, no Brasil, pelo menos, — a respeito desse trabalho de restauração do conceito da Idade Media, cabe-me, sem

duvida, perguntar: como poude na consciencia geral persistir o conceito errôneo, depois desse trabalho feito?

Nos varios, preciosíssimos volumes da sua *Histoire partiale, Histoire vraie*, fornece-nos Jean Guiraud, em grande parte, a explicação necessaria.

Jean Guiraud analísa, nesses volumes, os erros e mentiras — alguns deles espantosos — enfeixados nos manuais escolares de historia impostos pelo Estado ás escolas publicas da França. Não foi o primeiro a fazê-lo. Adversarios da Igreja — são eles os maiores negadores da Meia Idade —, insuspeitos, portanto, na materia, como Maurice Allard, deputado socialista e anticlerical do Var, Jaurés, o ilustre lider, e varios outros (1) ergueram a voz da tribuna parlamentar, o primeiro, para declarar que os autores dos manuais laicos tinham falhado inteiramen-

(1) Jean Guiraud — "Histoire partiale, histoire vraie" — 1.º volume — 37.ª edição — pags. 4 e passim.

te na empreitada, tombando no ridiculo e na estupidez, o segundo para assinalar os "grandes erros" contidos nesses manuais. Guiraud, porém, faz obra mais completa. Marca a fôgo esses erros, vae ao fundo de todas as leviandades e incongruencias, mentiras e deturpações a que foram conduzidos seus autores por um estreito e preconceituoso sectarismo negativista. Para começar, tais livros escolares estão cheios de erros materiais, dos quaes Jean Guiraud nos aponta algumas dezenas. Exemplos: "Gauthier et Deschamps (autores de um desses manuais), fazem viver Brunelesco de 1337 a 1444, quando ele viveu de 1377 a 1446"; "Catarina de Aragão, *sobrinha* de Carlos Quinto". *Tia*, é que deveriam dizer, pois Catarina era irmã de Joana a louca, mãe de Carlos Quinto". "Todos os monarcas da Europa tinham assinado um tratado chamado de Santa Aliança". Gauthier et Deschamps se esquecem de que nem o rei da Inglaterra nem o sultão quiseram aderir

ao mesmo". "Guiot et Mane colocam em 1882 os descobrimentos sobre egyptologia de Champollion. Ora, Champollion morreu em 1832 e publicou em 1824 o seu *Precis de systeme heroglyphique* que é o resumo dos seus descobrimentos". "Aplicam falsamente á realeza ingleza do XIII seculo a formula do XIX sceulo: o rei reina e não governa". "Ensinando que "no XIII seculo a livre ciencia tem seu martir, Etienne Dolet", o manual Guiot e Mane comete um anacronismo de tres seculos. Etienne Dolet morreu, com efeito, não no XIII seculo, mas a 3 de Agosto de 1546". Da mesma forma, aponta Guiraud numerosas e grosseiras contradições, e provas superabundantes da mais absoluta falta de senso critico da parte dos historiadores oficiais da 3.ª Republica.

Ora, foram os fabricantes de compendios desta ordem, oficializados na França e copiados no mundo inteiro, que contaram a seu modo, para inumeraveis gerações de estudantes, a historia da Idade

Media, do Renascimento, da Revolução... Contaram-na falseando dados, omitindo acontecimentos primaciais, errando datas, nomes, atribuições, com o fim de, por odio á Igreja, denegrir a Meia Idade e exaltar a obra dos criadores da liberal-democracia. Foram os fabricantes de manuais desta ordem que propagaram a noção falsíssima da Idade Media, que ainda hoje domina o espirito de todos os primarios, não obstante a profunda revolução de pontos de vista que neste sentido operou o trabalho dos grandes pesquizadores.

Ora, vejamos até que ponto foi essa violenta inversão de valores premeditada e levada a efeito pelos apologistas inconscientes do neo-paganismo naturalista da nossa época.

A Idade Media descrita nos manuais referidos, e que é a mesma que dansa como sinistra imagem no cerebro obscuro dos primarios de todos os paises, foi uma epoca de fomes espantosas, de continuas guerras, de escravidão cruel, de exasperada ti-

rania, de ignorancia absoluta, de miseria total. Guiraud transcreve trechos inteiros, e todos nós os conhecemos, dos compendios adotados nas escolas de França, em que tais afirmações aparecem como sentenças inapelaveis. Ora, como observa o historiador francês, os documentos protestam contra os traços de semelhante quadro. Permito-me transcrever aqui mais longamente Guiraud, pela precisão dos seus informes e honestidade de sua critica. "Possuimos inventarios de granjas, sitios, casas de camponeses na Meia Idade. A enumeração das suas provisões nos provam que viviam, não de herva, — a não ser que se trate, como em nossos dias, de salada! — mas de carne de carneiro e de porco — mais raramente de boi, — de vitela se estavam doentes, de conservas, de peixes frescos ou salgados, e de legumes. Possuimos varias leis dos imperadores cristãos do IV seculo interditando formalmente que se separasse um escravo de sua mulher e seus filhos. Quanto á familia do

servo (. . .) não podia ser dispersada pelo senhor, pois que era vinculada á gleba e, consequentemente, se não lhe era permitido deixar a terra em que vivia, tambem não se tinha o direito de arrancá-la a essa terra, para isoladamente venderem-se-lhe os membros. Enfim, M. Luchaire, professor na Sorbona e membro do Instituto, declara com razão na grande *Histoire de France* de Lavisse, que ao fim do XII seculo, quer dizer, em pleno feudalismo, poucos servos havia e que, em todo caso, não deviam todo o seu trabalho ao senhor. (. . .)

Camponeses assinando contratos livremente discutidos com os senhores, deles recebendo, para as suas aldeias, constituições e cartas em que seus direitos eram nitidamente definidos, elegendo os seus maires e administrando-se por si mesmos, como os habitantes de nossas comunas, viviam, porventura, em continuo pavor como o escrevem os srs. Guiot et Mane? Tinha o senhor sobre eles todos os

poderes, e particularmente o de saquear as suas douradas messes? Os documentos dizem precisamente o contrario. Mas, então, são falsarios os snrs. Guiot et Mane? Não, por certo. São, apenas, espiritos insuficientemente informados que generalizaram casos particulares, exagerando-os desmedidamente por ignorancia e por excesso de imaginação e paixão.

Encontraram, em algumas historias, citações de Raul Glaber ou outro qualquer cronista da meia idade, assinalando, a uma data determinada, em tal pais, uma carencia ou simplesmente um encarecimento de viveres, alguns atos criminosos sugeridos pela miseria; alhures, viram um senhor abusando do seu poder e impondo aos seus camponios arbitrarias vexações ou esmagadores impostos. Aceitaram estes fatos sem controlá-los — porque, como bons primarios, carecem de critica, — não viram, por exemplo, com M. Gebhart — professor da Sorbona e membro da Academia francesa — que Raul Glaber tinha

uma imaginação desbordante que impelia até o drama todos os fatos e que, por consequencia, faz-se mister desconfiar de suas afirmações. Mais ainda, admitidos esses fatos não perguntaram a si mesmos se, porventura, não teriam sido assinalados precisamente por serem excepcionaes; não perceberam que eles produziam sobre o espirito do cronista que os refere impressão tão mais profunda quanto mais raros e monstruosos eram. E, por uma indução prematura e por isto mesmo anti-cientifica, fizeram da excepção a regra. Raul Glaber cita como acontecimento particularmente abominavel e inaudito, o facto de haver um bandido assassinado e devorado um homem; os srs. Guiot et Mane escrevem que "durante toda a Edade Media todos os fortes devoravam os fracos (...)".

Deixemos, no entanto, Jean Guiraud, com a sua exaustiva analise, fartamente documentada, dos erros, mentiras e falsidades dos compendiozinhos

franceses, e acerquemo-nos de outros autores.

Joahn Nordström, professor na Universidade de Upsal, no seu livro "Edade Media e Renascimento", para fundamentar as suas conclusões a respeito da época renascentista, aprofunda de maneira notavel o estudo da realidade mediéva.

Vimos, em capitulo anterior, que Nordström diz do Renascimento italiano que ele não constitue uma vitoria alcançada sobre a "meia-edade", não constitue uma renovação da vida civilizada e da humanidade graças á resurreição da cultura antiga. Mas, sim, em si mesmo, é um ramo florido da arvore possante da cultura medieval.

O livro todo de Nordström é a justificação, solidamente fundamentada, deste conceito.

"Certamente, diz o insigne historiador sueco, a Edade Media teve os seus seculos de obscuridade, durante os quaes,

tanto quanto podemos julgar, toda a alta cultura passou por decadencia profunda; não obstante todas as energias, foi só ao fim de um novo milenio que se puderam conjugar as condições de uma cultura fertil e continua. Mas, então, a scena se transforma com subitanea rapidez, e a civilização européa que cria em dois ou tres seculos intenso e admiravel trabalho, merece, de facto, com justeza maior, o nome de "renascimento". Não foi de maneira alguma o Renascimento italiano que fez reviver na Europa a herança da cultura antiga, assim creando as condições necessarias a um desenvolvimento independente; o essencial deste trabalho já fôra feito no curso dos seculos precedentes, cuja energia se applicou á assimilação da cultura classica".

Salto por sobre os paragrafos de Nordström. Infelizmente não posso transportar para estas paginas mais do que uns poucos fragmentos, á guisa de indicações. "Bem antes que se encontrasse a

Italia em condições de conquistar a hegemonia da cultura, a Europa da Edade Media, com a França á frente, já havia lançado os fundamentos dessa ciencia da natureza cujo desenvolvimento é o maior triunfo da nossa civilização moderna.

A arte e a literatura reflectem e exprimem esta vida que desperta. A arquitectura gothica é uma das mais soberbas creações que tenha registado a historia da Arte e, malgrado seu exterior imitado do antigo, egrejas e palacios do Renascimento italiano não poderiam dissimular aos olhos do historiador da arte a sua origem medievalesca. Desprezada havia 500 anos, a escultura refloresce por volta de 1100 com rapidez incrivel, e evolue durante dois ou tres seculos de uma producção excepcionalmente luxuriante para um realismo que, continuado e desenvolvido pelo Renascimento italiano, constituirá a principal caracteristica da arte moderna. A pintura segue o exemplo da escultura. Torna-se, em seu desenvolvimento na Eu-

ropa medieval, e de certos pontos de vista mais cêdo ao Norte do que ao Sul, essa arte veridica cujos progressos, em materia de fidelidade á natureza na representação dos seres humanos, do espaço e das paizagens, e cuja força de expressão particular são as condições essenciaes ao desenvolvimento da pintura do quatrocento italiano.

Assim como a arte do Renascimento italiano não se poderia compreender sem o conhecimento do gothico, a sua literatura permaneceria historicamente incompreensivel se não a considerassemos em suas relações com as grandes tradições literarias nascidas da poesia provençal e francesa do XII seculo, que se desenvolveram, como a um golpe de vara magica, em maravilhosa floração".

Nordström, além de suas pesquizas pessoaes, se apoia sobre estudos de Thode (*Franz von Assisi und die Anfange der Kunst der Renaissance in Italien*), de Bendach, que aceita com reservas e de cerca de oitenta outros pesquizadores

atentos da realidade historica. Cabe-me observar, ao fim destas citações de Nordsström, que não posso mais alongar, o seguinte: não é por amor á Igreja que o historiador sueco desenvolve a sua fervorosa apologia da Meia Edade. Muito pelo contrario, será, talvez, por desamor, como perceberá quem lhe manuseie o livro.

Baseado sempre em autenticos documentos e bebendo ás fontes mais puras da genuina informação historica, — por exemplo os "Annaes", de Tacito; os Cezares", de Suetonio, Dion Cassius, Herodiano, etc., para a historia do Imperio Romano; ainda Tacito, Julio Cesar, Vellejus Paterculus, Dion Cassius, Herodiano, Amiano Marcellino, para a do mundo germanico; Amiano, Aurelius Victor, Rufus Festus, Eunapio, Olympiodoro, Priscus, Malchus, Candidus, Zosimo, o "Codex Theodosianus" e a "Notitia Dignitatum", para a da queda do Imperio Romano no ocidente; os quarenta e oito volumes do "Corpus Scriptorum Byzanti-

norum", publicados por Niebuhr em 1928-35 para a de Bysancio; Jordanes, S. Izidoro de Sevilha, Procopio, Agathias, Ennodius, Victor de Vita, Agnellus, etc., etc., para a dos reinos arios; — bebendo sempre em taes fontes e baseado em documentos dessa ordem, outro historiador, Godefroid Kurth, estabelece nos dois volumes do seu admiravel livro "Les Origines de la Civilisation Moderne", um panorama da Meia Edade até Carlos Magno, de fato muito diferente do que estamos acostumados a imaginar sob a suggestão da classica "noite tenebrosa". A longa noite se transforma, para Kurth, "num longo periodo da historia da humanidade durante o qual se realizava em seu seio o trabalho sagrado da renovação moral e intelectual".

Para essa obra magistral remeto o leitor desejoso de uma honesta e clara visão da historia, dado que não me fôra possivel resumir toda a sua materia nestas paginas destinadas a outro fim.

As corporações

Não fosse, aliás, puro erro de visão ou simples prejuizo o conceito de "immensa noite medieval" — e a historia das corporações de oficios da Edade Media não nos poderia apresentar o quadro de harmoniosa estructura que nas linhas seguintes procuro tracejar.

As corporações medievas se constituiram de maneira diversa segundo o tempo e o logar. "E' dificil precisar a sua verdadeira origem historica, diz Antonio Aunós Perez. Zancada afirma que provêm dos Colegios romanos, distinguindo-se umas dos outros em que estes ultimos tinham uma esféra de ação muito limitada, ao passo que aquellas abarcavam toda a vida economica, politica e social do artifice. Por motivo da diversidade referida, examinal-as-ei brevemente nos seus centros de formação de maior impor-

tancia, a exemplo do que fizeram os tratadistas europeus do assunto.

Antes, porém, abro espaço para dois julgamentos de conjuncto, que definem com precisão o sentido da organização corporativa na vida total do homem da Meia Edade.

Falando das corporações medievaes e das comunas, assim se expressa Antonio Boggiano: "Triunfo supremo este, da idéa democratica, porque consentia na ascensão dos humildes, permittia a elevação dos que eram economicamente pequenos, e barrava o caminho do poder áquelles que não tivessem para o governo da coisa publica uma preparação sufficiente, mas apenas se apresentassem com o lastro de um nome, coisa vã quando não a acompanham virtudes de engenho e saber. Triunfo supremo de um grande principio egualitario, porque a todos e a cada um offerecia meios de subir, não por concupiscencia de comando, por prurido de individualistico dominio, mas para pagar

á cidade o tributo do proprio valor pessoal e projectar, ao mesmo tempo, sobre a classe de que tinha saído, a luz sempre benefica da justa gloria. (...) Idéa e principio que nos demonstram quanto se tinha aperfeiçoado na consciencia publica o sentimento da dignidade e da severidade que deve caracterizar o homem politico, começando por lhe pôr á base da autoridade, não a prepotencia, mas o merecimento effectivo. (...)

.. ..

Todo este harmonioso sistema não passou, aliás, de parcial, se bem que importantissimo reflexo daquela ordem de idéas e de principios que caracterizam a Meia Edade, e que no campo economico se nos revela principalmente pela relevancia reconhecida a um dos elementos da educação, o trabalho".

Arturo Segre se manifesta por esta forma: "As corporações medievaes, que fortemente contribuiram para o surgimento das comunas, e que, por sua vez, da

vida comunal receberam incremento, tiveram nos ultimos seculos da Edade Media parte capital no progresso economico da sociedade, e fizeram surgir grandes industrias, das quaes proveiu porção notavel daquelle capitalismo que permittiu a nossos paes a munificencia, o esplendor e o bem estar da vida privada e publica durante os seculos amenos do Renascimento".

Mundo germanico e anglo-saxonico

No mundo germanico medieval, a origem primeira das corporações encontra-se nas "gildas", agremiações pagãs que pouco a pouco se cristianizaram, "plasmando-se pelo tipo das corporações romanas, quando os apostolos da nova fé, partindo de terras romanizadas, propagaram o Evangelho na Germania", segundo as conclusões de Bretano e Martin S. Leon.

A Egreja protegeu as agremiações assim transformadas, mas os soberanos

germanicos permaneceram hostis ás mesmas, longamente. Sob os primeiros Plantagenetas, comtudo, tornaram-se as corporações de grande força economica e politica na Inglaterra, assim como tiveram rapido desenvolvimento na Germania propriamente dita, com a ruina do Imperio Carolingio (888).

Cada "gilda" era dirigida por um chefe que velava pelos seus interesses, administrando-lhe os fundos e comprovando a bôa qualidade dos productos fabricados. Para fazer parte de uma "gilda" exigia-se que morasse o pretendente proximo ao logar, tivesse bôa conduta, pagasse a correspondente quota de entrada e houvesse feito a aprendizagem. Estas eram as condições essenciaes, pois dirigia-se cada "gilda" por seus respectivos estatutos, os quaes determinavam o tempo de duração do aprendizado, o valor da quota de entrada e outros requisitos menos importantes.

Os membros da "gilda" reuniam-se em assembléa geral que normalmente se celebrava duas ou tres vezes por anno; era obrigatorio o comparecimento a essa assembléa; alguns estatutos registam explicitamente a faculdade de impor multas aos que não a assistissem.

Nas assembléas geraes elegia-se o chefe e examinava-se a sua gestão administrativa, deliberando-se ainda sobre outros assuntos que interessavam á "gilda".

Os chefes das "gildas" tinham capacidade para administrar justiça em assuntos ou litigios referentes ao oficio, não podendo ser citado um membro da "gilda" para tais assuntos ante outra autoridade.

As "gildas", finalmente, organizavam sistemas de assistencia social para seus membros.

França

Na França, as primeiras corporações de officio se organizaram com o surgimen-

to da vida comunal nas regiões vizinhas da Flandres. Felippe Augusto (1180-1223), "soberano a quem deve a França uma exacta visão das suas necessidades economicas", elevou a importancia de Paris, fazendo della a primeira cidade do Reino. Foi o tempo da grande expansão das feiras internacionais e do comercio, do que resultou a multiplicação das corporações.

As corporações francesas se originam do resurgimento das "gildas", sob nova forma, no seculo XI. A primeira dellas, ao que se suppõe, surgiu em Ruão, em virtude da sancção legal concedida pelo rei Henrique I, da Inglaterra, a uma "gilda" ali existente. Outras repontaram em varios centros, inclusivé em Paris, onde, entre os seculos XII e XIII, se constituiram em corporações varios grupos de artifices isolados. Em 1160, Luiz VII reconheceu a existencia de cinco delas, e um seculo mais tarde, Etienne Boileau coordenava o seu "Livre des Métiers",

recopilação e reunião dos estatutos das differentes corporações existentes em Paris.

Segundo esse "Livre des Métiers", os membros das corporações dividiam-se em tres categorias: aprendiz, operario e mestre.

"Não se marca limite minimo de edade para começar a aprendizagem. Em certos oficios, limita-se o numero de aprendizes, em beneficio do proprio aprendiz, o qual tão mais rapidamente poderia adquirir os conhecimentos necessarios do oficio quanto menor fosse o numero de condiscipulos a acompanharem as lições do mestre. O periodo de aprendizagem varia, conforme os officios, entre dois e doze annos, e durante o mesmo o aprendiz devia prestar obediencia ao seu mestre, o qual podia castiga-lo em caso de insubordinação. O mestre, em compensação, era obrigado a conduzir-se com relação ao aprendiz como um bom pae de familia, albergando-o em sua propria casa, propor-

cionando-lhe alimento e o mais que lhe fosse necessario á existencia.

A morte do mestre não importava na cessação da aprendizagem, que continuava com a viuva e, em caso desta não existir, com outro mestre do mesmo oficio.

O operario era a categoria intermediaria entre o aprendiz e o mestre. Estipulava um contracto de trabalho, geralmente verbal, com o mestre, pondo-se em relação com ele em logares publicos da localidade tradicionalmente utilizados para tal fim.

Para ser operario era mistér haver concluido a aprendizagem, e para contratar se fazia necessario demonstrasse haver terminado o contrato anterior. A duração dos contratos varia em cada caso havendo contratos por dias, semanas, mezes e anos, sendo estes ultimos os mais frequentes.

Não era necessaria a condição de operario para passar ao gráu de mestre. Todo aquelle que houvesse terminado a

aprendizagem e dispuzesse de meios suficientes para estabelecer uma industria, uma vez aprovado no exame de aptidão e tendo pago os respectivos direitos de entrada á corporação e prestado o juramento profissional, podia obter o titulo de mestre.

Faziam parte de cada corporação, além dos mestres, os jurados, que eram os que exerciam a autoridade em nome da autoridade corporativa. Os jurados eram diretamente eleitos pelos membros da corporação, e antes de exercer as suas funcções deviam prestar juramento, perante a autoridade local, de que velariam lealmente pelos interesses do officio; consistiam suas principaes attribuições em controlar os contratos de aprendizagem, examinar os candidatos ao grau de mestre, proteger os direitos dos aprendizes, fiscalizar a fabricação e venda e presidir ás assembléas.

Portugal

As "corporações dos mesteres" — como se chamavam no Portugal medievo as agremiações profissionaes — são, pela primeira vez, mencionadas em documento de 1383, — do tempo da eleição do Mestre de Aviz para regedor e defensor do Reino. Por esse documento sabe-se que estavam na época os mestres agrupados em doze corporações, possivelmente de organização bem mais antiga.

"Um dos caracteres de organização dos mesteiraes, diz Fortunato de Almeida, que neste paragrafo resumo, era o arruamento deles por profissão. Em Lisboa, ainda não havia arruamento de mesteres em 1385, pois naquele ano, por carta régia, de 6 de junho, concedeu D. João I, a pedido da Camara, que fossem arruados os mesteiraes "cada uns de seu mester em suas ruas".

Animadas de espirito religioso, as corporações se constituiam ao modo de confrarias ou irmandades, sob o patronato de algum santo, e tinham por séde um templo. "Se eram em pequeno numero os artistas de uma profissão para formarem o seu gremio ou irmandade, juntavam-se com os de outras artes. Quando se apresentavam em corporação os mesteres ostentavam as suas bandeiras, quadrangulares, umas de damasco, outras de brocado, muitas bordadas a ouro, com as imagens dos santos que em vida exercitavam os diversos officios, ou de outros que a devoção escolhia para padroeiros. Do uso desta insignia veiu dar-se tambem ás corporações o nome generico de "bandeiras".

Cada corporação tinha o seu regimento. Os fins da instituição eram simultaneamente religiosos e economicos, estes ultimos traduzidos em grande variedade de providencias estipuladas no regimento respectivo, "não só para substancia dos

diversos mesteres, mas tambem para utilidade geral". Nos regimentos estabelecia-se o tempo da aprendizagem. Nenhum official poderia passar á categoria de mestre sem dar as suas provas de habilitação perante um juri. Além de regularem os exames, os regimentos limitavam os trabalhos proprios de cada oficio; nenhum official podia intrometter-se noutros trabalhos que não fossem os de sua propria arte. Com estas minuciosa regulamentação, protegiam-se ao mesmo tempo os consumidores contra os lôgros do oficial incompetente, e os artistas contra a concorrencia desleal dos imperitos".

Em 1383, pelo documento já referido, ordenava-se que vinte e quatro homens, dois de cada mester, tivessem cargo de estar na Camara, para toda cousa que se houvesse de ordenar por bom regimento e serviço do Mestre, fosse com seu acordo deles. Tratava-se, comenta Fortunato de Almeida, de estabelecer na Camara de Lisboa uma fiscalização popular

em favor da causa do Mestre de Aviz, que o povo defendia com enthusiasmo.

"Depois ficaram tendo os vinte e quatro dos mesteres assento na Camara, e nella desempenharam papel importante de fiscalização. Em 1385, já elles representavam a D. João I, que era costume estarem na Camera ás vereações, ordenações e dar dos officios; e, porque El-Rei o puzera em duvida, disso o faziam sciente "por escriptura publica, e que elles nom querem estar todos juntos se nom cada somana ou cada hum mes quatro ou seis". Ficou, então, assente que alguns dos mesteres entrassem e estivessem na Camara ao eleger dos oficios e quando se fizessem ordenações que interessassem o povo (...)

Ficaram tendo assento na Camara definitivamente quatro mesteiraes, representantes ou procuradores da Casa dos Vinte e Quatro. Todos os anos, em dia de São Thomé, cada bandeira dos mesteres elegia "dois homens bons", que deviam ter mais de quarenta annos e ser

eleitos por dois terços dos votos, pelo menos. Como as "bandeiras" eram doze, elegiam-se "vinte e quatro", e estes por sua vez elegiam quatro mesteiraes, procuradores da "Casa dos Vinte e Quatro"; e tambem o juiz do povo e seu escrivão. Ao juiz do povo pertencia levar á presença de El-Rei e da Camara todas as pretensões da classe popular desde que fossem perfilhadas pela "Casa dos Vinte e Quatro".

Na Camara, os procuradores da Casa dos Vinte e Quatro votavam apenas em negocios que interessavam ás corporações dos mesteres e ao governo economico da cidade.

Hespanha

Na Hespanha, as primeiras corporações de oficios, chamadas gremios, datam do seculo XII, e na Catalunha, desde meiados do seculo XIII, começam a ter representação no governo da cidade.

"Ao lado dos gremios, informa Perez Aunós, se constituem por essa época as cofradias, associações de caracter predominantemente religioso. A cofradia, é, talvez, a mais caracteristica fórma da associação medieval, pois admitia, ao contrario dos gremios, toda especie de fins, desde o auxilio e cooperação no trabalho até a união para a defesa armada; esta ultima caracteristica foi a causa dos receios e perseguições que as cofradias sofreram da parte dos poderes publicos".

A reconquista das terras cristãs ao Islam foi uma epopéa que gerou na Hespanha "uma civilização eminentemente religiosa e heroica". Ante as ameaças continuas do inimigo, os trabalhadores se puzeram sob a proteção da nobreza e das comunidades religiosas. A Igreja, fiel á doutrina da dignificação do trabalho, tomou a tutela das classes humildes. Fundou as primeiras cofradias, dentro das quaes se agruparam quantos exerciam oficios similares, para o culto dos pa-

droeiros e assistencia religiosa aos seus membros. Dahi passaram as cofradias a realizar obras de beneficencia (ajuda material na doença e na morte) e mais tarde a exercer funcções de organização economica e tecnica. Como todos os grandes baluartes do mundo christão, as associações profissionais são uma obra fundamentalmente religiosa.

Antonio Perez Aunós distingue perfeitamente os gremios das cofradias, que, a seu ver, coexistiram com fins e organização diferentes. Eduardo Aunós, porém, confunde-os numa unica especie de instituição, dizendo que as cofradias primitivas se transformaram em gremios.

A hierarquia profissional comprehendia tres gráus: mestre, oficial e aprendiz. O acesso era obtido mediante provas dificeis. Os direitos de cada categoria variavam segundo os oficios. Em sua diversidade, admitiam quasi todos os estatutos o descanso dominical, a taxa dos salarios (salario minimo), e a limitação da

jornada de trabalho, — medida de ordem social. As prescrições de ordem economica tendiam a perseguir implacavelmente as fraudes de todas as especies. Os inspectores gremiaes eram autorizados a visitar mercados, etc., com o direito de impôr multas em caso de infracção.

O "magisterio gremial" surgiu como consequencia da jurisdicção reconhecida a cada gremio para julgar nas materias proprias de sua competencia, sendo os seus veredicta de cumprimento obrigatorio. Tais funcções recaíam comumente num cabildo, designado conforme os Estatutos, e atuando como tribunal nos assuntos religiosos e como suprema autoridade na execução dos accordos collectivos. Os gremios eram, pois, entidades autarquicas, e, em principio, soberanos nos limites do oficio ou oficios que abrangiam.

A partir do seculo XIII, os gremios attingiram incontrastavel prestigio, sobretudo em Barcelona e Valencia. Pude-

ram, entre outras coisas, acometer a solução do problema da casa propria. Em Barcelona receberam o titulo de "próhombres" os seus elementos directivos. De uma recopilação dos usos, costumes e principios applicados pelas corporações maritimas da Catalunha, foi que nasceu o famoso Consulado do Mar.

"O patrimonio corporativo, fala Eduardo Aunós, quer pertencesse aos proprios gremios, á Igreja, á Corôa, ou a outras instituições de caracter publico, durante o longo periodo que se estende da Reconquista ao triunfo do liberalismo, resolvia multiplos problemas de caracter social, cuja transcendencia só se pôde apreciar quando foi reduzida a nada. Por sua extensão e importancia, essa propriedade coletiva serviu de contrapeso e elemento regulador á economia agraria do país. As benignas condições de trabalho que dentro dela comumente se estabeleciam chegavam a influir sobre todos os

elementos productores, impedindo possiveis abusos e explorações desleaes".

Dotados de taes condições de ampla e segura atuação, os gremios, longamente, impediram que se condensasse o ambiente de miseria, em que hoje pena o homem humilde do trabalho.

"Dentro dos gremios, continua Eduardo Aunós, se creavam vinculos de fraternidade, só possiveis quando as profissões unem os homens por indissoluveis laços de convivencia, sem que a diferença de categorias chegue a romper a harmonia dos destinos humanos, fundidos no quotidiano labor. Faz-se mistér lembrar, com efeito, que, se mestres, oficiais e aprendizes constituiram uma escala jerarquica de fôro desegual e fechado, nem por isto deixaram de viver em condições muito semelhantes, sendo, tambem, semelhante o ambiente dentro do qual lhes corria a existencia. Longe do convivio esporadico e quasi sempre transitorio que liga, actualmente, o patrão com o operario, ao ponto

de poderem eles supôr-se chegados de mundos diferentes, naquela época a profissão comum dilatava as relações de trabalho por longos periodos, dando nascimento aos afetos mais desinteressados e cordiais".

Italia

Com o advento das Comunas e o crescimento do fenomeno urbanistico, na Italia como em outras regiões do occidente, as corporações se multiplicaram, rapidamente, á proporção que se foram especificando e diferenciando novos mesteres. Têm todas, como elemento comum, a identidade do oficio e o sentimento religioso.

"Diferentes, porém, se nos apresentam, na sua organização exterior: emquanto algumas corporações parecem conservar traços da antiga dependencia do sistema feudal, mantendo o nome das velhas jerarquias: "gastaldiones", "decani",

"massari"; outras, ao invéz, permaneceram sujeitas ao poder comunal, formando, assim, um orgão da cidade, como os "giustizieri" em Veneza; outras, emfim, manifestam a livre vontade de que nasceram, e, contrapondo-se á propria comuna, ou mantendo-se independentes dela, desenvolvem uma atividade, ora paralela, ora, oposta á da comuna, da qual copiam a organização.

A sua caracteristica é reunirem num grupo unico todos aquelles que dedicam, efetivamente ou não, a sua atividade a um determinado ramo de producção, sejam grandes ou pequenos empreendedores, congregados assim para a defesa dos interesses materiais comuns, ou para a tutela dos interesses de ordem moral. Mas das corporações fazem, tambem, parte, embora indirectamente, os trabalhadores. A estes mais tarde se conferirá o direito de se organizarem separadamente, em corporações particulares. Mas, no primeiro periodo do desenvolvi-

mento das corporações os trabalhadores estão ligados aos seus mestres e acompanham-lhes a sorte.

As corporações eram, como se vê, pessoas juridicas. Reconhecia-as o Estado, e tinham um regulamento proprio e um patrimonio commum.

"Se considerarmos as funcções que estas corporações, obrigatorias, comprehendendo tanto patrões como operarios, desempenham na organização comunal, podemos distribui-las por tres grandes grupos: publicas, politicas, economicas.

No campo das funcções publicas, apresentam a caracteristica perfeita da jurisdição que lhes confia o Estado. E' uma verdadeira e genuina delegação de poderes que o Estado faz, despojando-se de prerogativa sua, mesmo da de mais delicado sentido, para confia-la á associação, a qual, frequentemente, além de sobre os seus membros, tem ainda poder jurisdicional sobre quem quer que entre em relações com os mesmos,

Outra delegação, da parte do Estado, era a da faculdade regulamentar pela qual a corporação ou, em nome dela, os "consoli", os "rettori", podiam expedir normas reguladoras da atividade dos componentes do proprio grupo.

E' precisamente esta delegação, expressa ou tacita, que dá á corporação a figura e a funcção de um verdadeiro e genuino orgão do Estado; tal caracteristica é confirmada e posta em mais viva luz pelo exame das funcções economicas de taes entidades.

A principal é a de associar, reunir as forças da produção, mestres e trabalhadores, de modo que se não dispersem, que se possam coordenar, harmonizar em preestabelecido sistema; outra não menos importante é a de contribuir para o aperfeiçoamento tecnico da produção e conservar-lhe o bom nome antigo e ditar as normas sobre as quais mesmo os produtores menores devem contribuir para a absoluta disciplina da produção. Por esta

fórma é assegurado o desenvolvimento, até da mais complexa industria; permitte-se que floresçam e se tornem remunerativas, inclusivamente, as industrias que exigiam fortes capitais; crea-se, é verdade, um protecionismo economico que confina com o monopolio, mas cujo escopo é evitar a concorrencia externa e permitir a nova produção interna; isto porque não se achava oportuno proibir a entrada de produtos estrangeiros para favorecer os nacionais, visto que isto prejudicava as finanças do principe; cream-se, depois, tarifas e se fixam salarios; limita-se o trabalho, tornando-o, economicamente, mais produtivo, ao mesmo tempo que usa menos o operario; socialmente, mais util, porque assegura possibilidades de trabalho a todos os trabalhadores; regula, tecnicamente, os mestéres, visando o seu aperfeiçoamento e a sua maior produtividade". — (A. Pino-Bianca).

O ESTADO NOVO NA EUROPA

O ESTADO NOVO NA EUROPA

O Estado Corporativo moderno teve a sua primeira expressão teorica na Carta *das Liberdades de Carnaro,* que D'Annunzio redigiu para o Estado Livre de Fiume: tão certo é que o poeta, — o vate — é o eterno anunciador das realidades futuras.

O cantor voluptuoso pôs nessa Carta, que as circunstancias não permitiriam tivesse realização pratica, mais alto esplendor lirico do que efetiva substancia cientifica. Daí vem o negarem os escritores e criticos do hodierno direito corporativo, ao documento no entanto esplendido de significação, uma importancia decisiva na historia do Estado Corporativo.

Fosse, contudo, um simples canto inaugural, a *Carta de Carnaro* já nos mereceria, só por isto, e pelo ardente fremito de entusiasmo criador que a percorre, a consideração mais atenta e comovida.

D'Annunzio, porém, de fato, já nos propõe no documento principios positivos e fecundos.

Como comenta Aunós Perez, a "teoria do Estado Corporativo, em seu principio fundamental, já está concretizada no artigo 3.º da *Carta de Carnaro*, o qual diz assim: "A Regencia do Carnaro é um governo eleito pelo povo — *res populi* — que tem por fundamento a força do trabalho produtivo e por sistema as mais amplas e variadas formas de autonomia, tal como foi concebida e realizada nos quatro séculos gloriosos de nosso periodo comunal".

"Este artigo — prossegue Aunós Perez — é uma sintese de todo o sistema ideado por D'Annunzio. Representa a transformação do Estado liberal indivi-

dualista que nos legou a revolução francesa no novo Estado Corporativo, cujo principio basico é a articulação da produção nacional em Corporações que participam dos poderes do Estado, o qual, segundo este principio, em vez de basear-se num sistema politico e burocratico, tem por fundamento o trabalho productivo. . ."

Não posso acompanhar Aunós na longa analise com que demonstra e legitimidade da *Carta de Carnaro* como fonte primeira e indiscutivel do atual direito corporativo, — o que invalida as afirmações de descaso de diferentes juristas com relação ao importantissimo documento.

Basta dizer que a *Carta* estabelece para todos os produtores, seja qual fôr a classe a que pertençam, de trabalho manual, intelectual, industrial ou artistico, de organização ou de execução, a obrigatoriedade da inscrição numa das dez corporações constituidas, cada uma das quais "eleje os seus consules, manifesta em

suas reuniões a sua vontade, realiza seus pactos, acordos e convenções, regula segundo a sua sabedoria e experiencia a sua propria autonomia. Diligencia por satisfazer as suas necessidades, impostas aos seus membros, em proporção ao seu salario, beneficios ou lucros profissionais; defende em todas as ordens a sua propria classe e procura acrescentar-lhe a dignidade. Promove o aperfeiçoamento tecnico das artes e oficios. Estuda o modo de disciplinar o trabalho, conduzindo-o em direcção do aperfeiçoamento estetico. Ensina a operarios menores estimulando-os a alcançar em seu trabalho a maior perfeição possivel. Realiza obras de socorros mutuos. Estabelece sistemas de previdencia em favor dos seus membros enfermos ou inválidos. Cria as suas insignias, seus emblemas, suas musicas, seus cantos, e suas orações. Determina as suas cerimonias e os seus ritos. Concorre da melhor maneira possivel para as festas populares, aniversarios celebres e aos jogos e fes-

tivais terrestres e maritimos. Venera aos seus mortos e antepassados e festeja os seus heróis".

As Corporações da Regencia de Carnaro seriam dez, assim distribuidas:

"I — Na primeira corporação estão inscritos os operarios assalariados da industria, agricultura, comercio e transportes, os artesãos menores e pequenos proprietarios rurais que por si mesmos trabalham a terra ou com a ajuda de parco numero de trabalhadores acidentais.

II — A corporação segunda compreende todos os que formam parte dos corpos tecnicos e administrativos de toda entidade ou companhia privada, industrial e rural, com exceção dos proprietarios da referida entidade.

III — Na terceira se reunem os membros das entidades ou companhias comerciais que não sejam propriamente operarios, com exclusão tambem dos coproprietarios.

IV — A quarta Corporação agremia os patrões das empresas industriais, agricolas, comerciais e de transportes, quando não sejam unicamente proprietarios ou coproprietarios das mesmas; mas, segundo o espirito dos novos estatutos, sejam sagazes gestores e assiduamente promovam a sua melhoria.

V — Integram a quinta os empregados publicos do Municipio.

VI — A sexta compreende a flor intelectual do povo, os professores das escolas publicas, os alunos dos institutos superiores, os escultores, pintores, arquitetos e todos os que exercem as belas artes, as artes cenicas e as artes decorativas.

VII — Da setima fazem parte todos os que exercem profissões liberais não compreendidas nas anteriores Corporações.

VIII — Constituem a oitava as sociedades cooperativas de produção, trabalho e consumo, industriais e agrarias, e só

póde ser representada pelos administradores que as mesmas sociedades nomeiem.

IX — A nona compreende toda a gente do mar.

X — A decima não tem arte, numero, nem vocabulo. Sua plenitude fica á espera como a de decima Musa. E' reservada ás forças misteriosas do povo em seu trabalho e progresso. E' quasi uma figura votiva Consagrada ao genio ignoto, á aparição do homem novissimo, ás transfigurações ideais das obras e dos dias, á completa libertação do espirito do cansaço e dos sofrimentos corporais.

E' representada no santuario civico por uma lampada ardente que traz inscrita uma antiga frase toscana da epoca *comunal,* magnifica alusão a uma forma espiritualizada do trabalho humano: *Fatica senza fatica* (trabalho sem fadiga)."

Fervor lírico, apenas? Parece que os graves exegetas do Direito Corporativo acharam que D'Annunzio deveria pagar, com a renuncia ao titulo de Inaugurador,

o pecado de haver envolvido em beleza o seu pensamento politico...

Italia

A *Carta das Liberdades de Carnaro* foi promulgada em 8 de Setembro de 1920. Somente a 3 de Abril de 1926 foi que se promulgou, na Italia nova, a lei sobre "a organização juridica das relações coletivas resultante do trabalho", na qual, aliás, ainda não figura o termo "corporação", e a 21 de Abril de 1927, a celebre "*Carta do Trabalho,* que instituiu, finalmente, o Estado Corporativo italiano.

"A reforma Corporativa italiana, escreve Raymont Devrient, não pode ser compreendida se não se tomarem como ponto de partida as concepções politicas do fascismo e de modo particular a sua noção do Estado. O Estado fascista é um Estado totalitario, que concentra em si mesmo todas as forças vivas da nação. Realiza integralmente uma unidade mo-

ral, politica e economica, tem um fim em si mesmo, está situado em esfera superior á do individuo. E' ao Estado que compete a funcção de coordenar, no interesse da nação, a atividade dos individuos em todos os dominios. Exerce, tambem, pois, uma ação reguladora nas relações sociais e economicas e o faz precisamente por intermedio da organização sindical e corporativa, que é assim um verdadeiro orgão do Estado.

Não se ergueu o edificio corporativo de um dia para outro. Procedeu-se, pelo contrario, por etapas, por aproximações successivas, completando a estructura á medida das experiencias feitas e das possibilidades e procurando-se resolver progressivamente os problemas que se apresentavam. Mas uma nitida linha directriz presidia ás reformas. E, verificação que talvez surpreenda, a Italia foi um Estado Corporativo bem antes de haver conhecido as Corporações propriamente ditas.

Desde o começo o fascismo preconisou a concepção corporativa para a regularização das relações sociais e economicas. A idéa foi aprofundada, desenvolvida, precisada e só após muitos anos de estudo foi que se deu o primeiro passo na via da realização. (1)

O lançamento do programa dos *Fasci di combattimento,* por parte de Mussolini, se deu a 24 de Março de 1919. Inspirára-se o renovador da Italia, para traçar esse programa, de uma concepção "romana, pela idéa da força, e atual, pela idéa de justiça", como diz Costamagna (2). "Numa palavra, afirmava ele que era preciso reconstruir o Estado como fim em si mesmo, organizando-o como base integral da sociedade, sob a regencia de um governo consciente e respeitado". Em 1921, finalmente, "após tres anos de

(1) Raymond Devrient — "La Corporation en Suisse — 33, 34.

(2) C. Costamagna — Elementi di Diritto Costituzionale Corporativo Fascista — 9.

guerrilhas contra os comunistas realiza-se a marcha sobre Roma, que resulta, com a entrega do governo a Mussolini, na completa vitoria do Fascismo.

E' aí que, terminado o "periodo insurrecional", começa propriamente a "constituinte fascista", como chama Costamagna aos trabalhos dos anos historicos de elaboração do Estado Corporativo.

As grandes etapas dessa elaboração, como dissemos, foram a lei de 3 de Abril de 1926 (seguida do decreto real de 1.° de julho do mesmo ano, no qual se estabeleciam as normas para a sua aplicação) e a Carta do Trabalho, de 21 de Abril de 1927.

Os principios fundamentais da lei Italiana são o sindicato unico e o controle do Estado. Estes dois principios são desdobrados por um exegeta da mesma lei nos quatro seguintes: 1.° Reconhecimento juridico dos sindicatos e sua sujeição ao controle do Estado; 2.° Discilina legislativa dos contratos coletivos de trabalho;

3.° Magistratura obrigatoria do trabalho;
4.° Proibição da greve e fechamento.

O sindicato é unico porque "a liberdade ilimitada de constituir dentro de uma mesma profissão um numero indeterminado de sindicatos de tendencias divergentes ou contrapostas é incompativel com a unidade dos interesses profissionais. Esta incompatibilidade se agrava quando se trata de elevar os sindicatos á categoria de Direito Publico e se trata de organizar um Estado sob base de representação profissional, a qual segundo Schauzer, é incompativel com o principio de liberdade sindical". (1)

A *Carta do Trabalho* preiceitúa que a organização profissional sindical é livre, acrescentando, no entanto: "só o sindicato reconhecido pela Lei e submetido ao controle do Estado tem direito de representar legalmente a especialidade de pa-

---

(1) Antonio Aunós Perez — "Principios de Direito Corporativo", pag. 158. — Devo confessar que, embora tendo á mão obras dos mestres italianos de Direito Corporativo, preferi acompanhar, por motivos

trões ou de operarios para que foi constituido, de defender os interesses dessa especialidade em face do Estado ou das outras associações profissionais, fixar contratos coletivos de trabalho obrigatorios para todos os membros da supradita especialidade, impôr contribuições a estes membros e exercer, com respeito aos mesmos, funções delegadas de interesse publico". (Declaração III).

A corporação, segundo os termos do Decreto real de 1.° de Julho de 1926, é constituida por expoentes dos sindicatos patronais e operarios legalmente reconhecidos e é um orgão de administração do Estado. São suas atribuições taxativas: conciliar as controversias que surjam entre as associações profissionais, promover e secundar toda iniciativa que tenda á melhoria da produção e instituir escritorios de colocação nos lugares em que haja necessidade. A lei prevê seis grandes cor-

---

obvios, neste resumo, o livro do grande tratadista de Hespanha.

porações, compreensivas dos seis grandes ramos da atividade nacional: Agricultura, Industria, Comercio, Banco, Transportes terrestes e navegação interior e Transportes maritimos e aéreos.

Os presidentes são nomeados por decreto real subscrito pelo Ministro das Corporações e toda corporação tem um Conselho composto de igual numero de patrões e operarios.

E' obrigatorio o contrato coletivo de trabalho, inclusive para os que, dentro da especialidade das associações profissionaes, não pertençam ás mesmas. O que resulta em transcenderem os contratos referidos o direito contratual propriamente dito e se integrarem no Direito Publico.

A Magistratura do trabalho é exercida por um Tribunal de Apelação, ao qual são obrigatoriamente submetidas "todas as controversias relativas á disciplina das relações coletivas de trabalho, referentes á aplicação dos contratos coletivos ou a outras normas existentes ou á

implantação de novas condições de trabalho...".

A Magistratura do trabalho italiano, comenta Aunós, é uma consequencia da proibição da auto-defesa de classe. E dela deriva, logicamente, a proibição da greve e do fechamento. "Proibida a auto-defesa da classe e existindo um orgão jurisdicional para resolver todas as questões que possam nascer dos dissidios coletivos entre capital e trabalho, a greve e o fechamento significam situações de rebeldia não admissiveis como licitas, do que se deduz a sua proibição legal com as decorrentes "sanções".

Não entro nos pormenores relativos ao processo de reconhecimento juridico dos sindicatos, e á formulação dos contratos coletivos de trabalho porque desbordam do quadro coletivo deste livro, destinado apenas a traçar um perfil geral do Estado Corporativo.

Ha, porém, pormenores de outra ordem que são, neste mesmo quadro, indispensaveis.

As associações podem ser locais, distritais, provinciais, regionais, inter-regionais e nacionais.

Constituidas em federações e confederações, formam associações de gráu superior, sendo as federações a união de varios sindicatos e a confederação a união de varias federações. Podem ser legalmente reconhecidos e o seu reconhecimento implica no de todos os elementos federados ou confederados.

A Magistratura do Trabalho italiano não é de maneira nenhuma um sistema de arbitragem obrigatoria. Nos sistemas de arbitragem, o arbitro é eleito pelas partes e sua decisão tem um nitido caracter transacional. A Magistratura do Trabalho, ao invés, é um orgão do Estado, investido da autoridade estatal.

As *Corte di appello* é que constituem essa Magistratura, cuja competen-

cia abrange, não apenas os contratos coletivos, mas tambem os regulamentos das fabricas e oficinas. Os seus juizes são assistidos por accessores escolhidos entre pessoas de reconhecida competencia tecnica, como engenheiros, peritos agricolas, economistas, quimicos, etc., excluindo-se expressamente os que tenham interesse direto ou indireto na controversia submetida ao seu ditame.

Por decreto real de 2 de julho de 1926 foi criado o Ministerio das Corporações, no seio do qual se constituiu o Conselho Nacional das Corporações, composto dos seguintes membros: o Ministro das Corporações, seu presidente; o Sub-Secretario de Estado do Ministro, o Diretor Geral de Trabalho do Ministerio de Economia Nacional, dois representantes deste ultimo ministerio e um de cada um dos outros, de categoria não inferior a Diretor Geral, dois representantes de cada uma das confederações sindicais da industria e de agricultura legalmente reconhe-

cidos, um representante de cada uma das demais confederações sindicais nacionais, legalmente reconhecidas, um representante de cada uma das Confederações Gerais de patrões e operarios legalmente reconhecidas e um representante das Instituições nacionais do *dopo lavoro*, dos *Balilas*, e da maternidade e infancia. Fazem parte, ainda, do Conselho, o Secretario geral do partido nacional fascista e um representante das Associações de pensionistas do Estado e de outros organismos publicos designados pelas proprias entidades e, em sua falta, pelo chefe do governo.

"O Conselho Nacional das Corporações é um orgão essencialmente consultivo, suas attribuições limitam-se a emitir opinião sobre as questões que afetem as diversas corporações ou a sindicatos que pertençam a corporações diferentes e sobre qualquer outro problema que á sua apreciação lhe apresente o titular das corporações.

O vertice, porém, da organização corporativa italiana é o Ministerio das Corporações, cujas principais atribuições, segundo a enumeração de Aunós Perez, são as seguintes:

1.° — Controlar o exercicio das funções representativas conferidas ás associações profissionais legalmente reconhecidas.

2.° — Coordenar a atividade das associações profissionais com as Instituições nacionais do *dopo lavoro*, de maternidade, infancia e outras.

3.° — Entender, numa ordem hierarquica superior, do que se refira á criação e organização de escolas para a preparação tecnica dos elementos diretivos das associações profissionais.

4.° — Promover a propaganda científica e popular, dos principios em que se basêa a organização corporativa.

5.° — Controlar e coordenar a ação das associações profissionais e orgãos corporativos.

6.° — Coordenar os dados e informações relativos á produção e ao trabalho.

7.° — Dar normas á estipulação dos contratos coletivos de trabalho e ordenar a sua publicação oficial.

8.° — Promover e dirigir a ação consultiva e normativa das Corporações.

9.° — Ratificar as decisões das Corporações e ordenar o seu cumprimento.

10.° — Controlar os serviços instituidos pelas Corporações.

O Parlamento Corporativo que, por necessidade de reajustar-se o poder legiferante á nova estrutura do Estado, sucedeu ao antigo parlamento politico, se compõe de quatrocentos deputados, formando todo o reino de Italia um unico colegio eleitoral nacional. O processo eleitoral se desenvolve através das seguintes etapas: proposição de candidatos pelas entidades autorizadas pela lei (em primeiro lugar, as confederações Nacio-

nais de Sindicatos, legalmente reconhecidas, depois, as entidades morais, legalmente reconhecidas e as associações de fato, que tenham importancia nacional e prosigam fins de cultura, educação, assistencia ou propaganda); 2.ª, designação feita pelo Grande Conselho Nacional do Facismo; 3.ª, aprovação do corpo eleitoral.

A *Carta do Trabalho*, documento que compreende quatro capitulos e trinta "declarações", não é propriamente uma norma legal, mas uma exposição programatica de princípios aos quais paulatinamente se vão adaptando as leis.

Segundo resumo de Pennachio (1) a *carta* afirma a unidade moral, politica e economica da Nação, proclama o dever social do trabalho, consagra a sua tutela, sob este aspecto, por parte do Estado, declara a solidariedade entre os varios fatores da produção, subordinada ao interes-

---

(1) Citação de Antonio Aunós Perez — "Principios de Derecho Corporativo", 200.

se superior da Nação e a igualdade juridica das classes sociais, confirma os principios corporativos já emanados da legislação, e enuncia as diretivas futuras e a vontade do Estado no que concerne á previdencia, assistencia, educação e instituição sociaes.

Servirão a completar, de alguma forma, as ligeiras indicações que acima coordenei sobre o Estado fascista as palavras seguintes do Duce, pronunciadas por ocasião do quinto aniversario da fundação do Fascio: "O conceito de liberdade não é absoluto, porque na vida nada existe de absoluto. A liberdade não é um direito, mas um dever. Não é uma *elargizione*, mas uma conquista. Não uma igualdade, mas um privilegio. O conceito de liberdade transforma-se com o tempo. Ha uma liberdade do tempo de paz que não é mais a liberdade do tempo de guerra. Ha uma liberdade do tempo da riqueza que não pode ser concedida no tempo da miseria. Esta, a luta, a grande luta entre o Estado

e o individuo, entre o Estado que concentra e o individuo que procura evadir-se, porque o individuo abandonado a si mesmo é o individuo que, a menos que seja um santo ou um herói, se recusa a pagar os impostos, se recusa a obedecer ás leis e a marchar para a guerra".

Ha margem, nas entrelinhas de tal filosofia da liberdade, para sofismas crueis? Sem duvida. Mas de tudo o que ficou exposto a respeito do novo Estado italiano se depreende facilmente que o *fascismo* que os nossos melindrosos liberais-democraticos tão fortemente combatem não passa de um fantasma, nada tendo de comum com a realidade real, de algumas faces tão fecundas, com que a energia criadora desse condutor genial que é Mussolini dotou a Italia dos nossos dias.

"O sistema italiano, escreve Raymond Devrient, (....) é completissimo. Atinge a um regime corporativo bem diferente, a um só tempo, do regime liberal

e do preconisado pelo socialismo marxista. A profissão, toda a vida social e economica são organizadas e disciplinadas, mas pelos proprios interessados. Deles é que emanam os orgãos corporativos que se integram no Estado. Deve-se precisar ainda que o Estado corporativo italiano refoje a uma economia dirigida como a que pretende praticar a Russia sovietica. Crê, pelo contrario, no beneficio da iniciativa individual e proclama que ela é o instrumento mais precioso e eficaz da salvaguarda dos interesses da nação (Carta do Trabalho, declaração VII". (1)

Alemanha

Na Alemanha, a reação contra o liberalismo não tomou caracteristicamente a forma de organização corporativa. Contudo, foi sobre o fundamento de uma nova ordenação do trabalho e da produção,

---

(1) Raymond Dévrient — "La Corporation en Suisse" — 39, 40.

que se ergueu, ou ainda se vem erguendo, todo o edificio de Hitler.

Data de 20 de Janeiro de 1934 a lei inaugural do Estado Nacional Socialista (*Gesetz zur Ordnung der nationalen Arbeit*), a qual compreende setenta e tres artigos. O "programa politico e economico do Partido Nacional-Socialista do Operariado Alemão" fôra, porém, lançado muito antes: em 24 de Fevereiro de 1923. Este programa começa com as seguintes palavras: "E' nosso fim o renascimento da Alemanha, de acôrdo com os seus ideais originarios, e a sua liberdade". Desenvolve-se em torno de algumas maximas essenciais: maxima politica: a Alemanha é a patria dos alemães; maxima economica: a tarefa da economia nacional é a satisfação do consumo, e não o maior rendimento possivel dos capitais emprestados; maxima financeira: as finanças estarão subordinadas á autoridade; as altas finanças não formarão mais um Estado dentro do Estado; maxima social :o bem

estar publico é lei suprema; maxima cultural: nossa mais elevada finalidade cultural é o desenvolvimento de todas as ciencias e belas artes na base de um Estado livre e de uma economia florescente; maxima militar: fortalecimento da Nação pelo direito geral de serviço militar para todos os concidadãos. Desdobram-se tais maximas ou postulados em corolarios numerosos, dos quais os mais interessantes são os referentes á politica racista (exclusão dos judeus e de todos os estranjeiros dos cargos de responsabilidade na vida publica); ao reconhecimento da propriedade particular, cercada de todas as garantias, mas limitada pelo interesse coletivo; á libertação do Estado e da Nação do jugo dos tributos e dos juros devidos aos grandes credores de capitais emprestados; á organização mais ampla do seguro contra a velhice, por meio da socialização das rendas individuais; á participação nos lucros de todos os colaboradores de empresas produtivas,

na proporção da idade e da capacidade; á plena liberdade religiosa e intelectual, com a supressão e a proibição, no entanto, de doutrinas religiosas "contrarias ás nossas originarias noções de moral, e cujas tendencias tenham caracter subversivo em sentido politico e social", e supressão, ainda, "de quaisquer tendencias nocivas em literatura e imprensa, teatro, arte e cinematografia"; ao sistema politico, que deverá ser o de um governo soberano, representado por um chefe supremo, e conjugando sob o seu mando "varios paises, unidos interna e estreitamente, pelo caracter etnico e historico", mas gozando de larga independencia quanto aos assuntos internos. O programa considera inimigos mortais do movimento que exprime, — "o marxismo, o parlamentarismo e, acima destes dois, os emprestimos internacionais".

A lei referida, de 20 de Janeiro de 1934, concretiza em ordenações positivas muitos dos pontos de vista expostos

no programa. Assim lhe resume Raymond Devrient os mais importantes dispositivos:

"A unidade de organização social não é a profissão, mas a empresa. O ponto de partida é o *Fuhrer prinzip*, o principio do chefe de empresa. Distingue-se, na empresa, o chefe (*Fuhrer*) e o pessoal (*Gefolgschaft*), compreendendo os operarios e os empregados.

A direção da empresa é da competencia do chefe. Contudo, o chefe e seu pessoal formam uma comunidade (*Betriebsgemeinschaft*), no seio da qual devem existir relações de confiança e de fidelidade. A lei obriga o chefe a velar pelo bem do pessoal. Desde que a empresa ocupe pelo menos vinte pessoas, o chefe não pode mais deliberar sozinho sobre questões sociais. São-lhe adjudicados "homens de confiança" (*Vertrauensmanner*), escolhidos entre o seu pessoal, e estes formam com êle e sob sua direção o "conselho de confiança" (*Vertrauensrat*) da empresa. O conselho de confiança é um

orgão consultivo para todas as questões concernentes ás relações do trabalho e ao bem da comunidade; devem tambem contribuir para a solução dos conflitos que venham a produzir-se. O numero dos seus membros não é grande: varia de 2 a 10 segundo a importancia da empresa. A lista dos homens de confiança é estabelecida em acordo entre o chefe da empresa e o chefe da "organização nacional-socialista das celulas de empresas", e em seguida submetida ao pessoal. Na falta de acordo, a designação é feita pelo "comissario do trabalho".

E' pelo "comissario do trabalho" (*Treuhander der Arbeit*) que o Estado intervém nesta organisação. Trata-se de um funcionario dependente do governo do Reich, que executa as instruções que deste recebe no sector que se lhe atribue. Tem por função essencial velar pela manutenção da paz social. Fiscaliza, pois, a formação e a gestão dos conselhos de confiança; é, para os membros deste, uma

instancia de recurso contra a decisão do chefe; pode estabelecer por si mesmo regulamentos aplicaveis á empresa. Um conselho de peritos assiste o comissario do trabalho em sua atividade.

Ha ainda uma instituição original, que é a "jurisdição de honra social (*Soziale Ehrengerichtsbarkeit*). No interior da empresa, cada um, seja qual fôr a sua situação, tem seus deveres sociais a cumprir. Qualquer infração a estes deveres é julgada como um atentado á honra social e pode ser objeto de queixa perante os tribunais de honra. São considerados como lesivos á honra social todo abuso de poder do chefe, toda perturbação causada na comunidade da empresa pelo pessoal, a repetição de queixas sem fundamento junto ao comissario do trabalho, a violação do segredo profissional. As penas são a advertencia, a censura, a multa, a privação da capacidade de ser chefe ou homem de confiança e enfim a retirada do emprego. O tribunal de honra se compõe

de um juiz e dois assessores, dos quais um chefe de empresa e um "homem de confiança". E' facultado o recurso a um tribunal de honra do Reich (*Reichsehrengerichtshof*) cuja séde é em Berlim.

A lei não prevê contratos coletivos de trabalho que, dado o seu sistema, não seriam possiveis. Institue o regulamento da empresa (*Betriebsordnung*). Toda empresa que ocupe pelo menos 20 operarios ou empregados deve ter um regulamento no qual se precisem as condições de trabalho e se contenham, eventualmente, mesmo, indicações tarifarias em materia de salario. O "comissario do trabalho" pode estabelecer diretivas para o conteúdo dos regulamentos de empresa e contratos individuais de trabalho. Pode tambem, em certos casos, promulgar regulamentos coletivos (*Tarifordnung*) prescrevendo salarios minimos para certos grupos de empresas (1)".

---

(1) Raymond Dévrient — "La Corporation en Suisse" — 41-43.

No seu livro "*As bases do Nacional-Socialismo*", (1) Gottfried Feder, um dos grandes soldados da campanha hitlerista, define o nazismo de maneira perfeita. Deste livro, que não é possivel resumir aqui, extrairei alguns fragmentos expressivos, que servirão a completar a fisionomia teorica do novo Estado alemão que vem sendo esboçada.

"Alta responsabilidade para com o povo e para comsigo mesmo — diz Gottfried nas linhas iniciais — eis a maxima fundamental do Nacional-Socialismo. A sua lei suprema é: *o interesse publico acima do interesse particular*.

Temeroso de interpretações deficientes ou falsas, Feder explica: "O interesse particular é, em primeiro lugar, um postulado da moral. E a tese mostra claramente a ordem natural nas relações entre o bem estar da sociedade e a justa ten-

(1) Trad. brasileira, de Heinrich von Wieser.

dencia dos individuos para ganhar e possuir. Esta idéa basica não nega, de forma alguma, a propriedade particular. Pelo contrario, reconhece expressamente a sua profunda importancia, e está ciente de que a propriedade particular, com o direito da ampla disposição, constitui o fundamento economico de todas as civilizações. Mas o Nacional-Socialismo, por outro lado, está convicto da absoluta necessidade de demarcar limites, afim de evitar que a propriedade degenere em instrumento de poder e de exploração da coletividade".

Após minuciosa analise dos dados do problema, acentua o expositor: o papel do Estado consiste apenas em criar as condições para que a economia se possa defender contra as horriveis depravações, que são indicio do atual estado do capitalismo tributario".

Definindo os limites do Estado e da Economia, assim se expressa Gottfried Feder: "O *Manchesterismo* e o socialismo governamental são os dois polos opostos,

que o Estado precisa evitar nas suas medidas e providencias. Aquela doutrina exige, em sentido amplo, a abolição de qualquer tutela governamental, achando desejavel atribuir ao Estado mais ou menos o papel de um guarda noturno. O socialismo governamental julga preferivel que os industrias sejam administradas e dirigidas, se possivel, pela propria autoridade. Mas os formas extremas de *socialização* e de *nacionalização* (nome, este, usado pelos russos com referencia á direcção das industrias pela mão publica) provaram indubitavelmente que semelhantes métodos de comunismo produtivo não perduram longo tempo".

A respeito do ideal politico nazista são estas as suas palavras: "A mais elevada das nossas finalidades politicas é (...) a união de todos os Estados germanicos dentro de um Estado nacional. Internamente restauraremos e manteremos o caracter federativo dos grandes Estados, de acôrdo com as circunstancias historicas e

tradicionais. Os axiomas politicos, neste sentido, são os seguintes: todas as funções que se referem á posição internacional, são assuntos do Reich. Isso inclue o ministerio do exterior, legações e consulados, serviços de fiscalização dos passaportes, comercio externo, administração das alfandegas, e principalmente exercito e armada. Internamente, porém, cuidaremos da individualidade dos Estados. A independencia financeira é condição basica para a vida politica individual dos Estados, e, portanto, caber-lhes-á, quasi exclusivamente, a legislação sobre os impostos".

Gottfried diz ainda, sublinhando declarações do programa politico de que acima tratei: "E' evidente que a liberdade religiosa ficará plenamente mantida. Mas não gozarão de proteção as confissões cujas publicações não estejam escritas em idioma alemão, em toda a extensão, accessiveis a todos e que contenham doutrinas subversivas".

Austria

A Austria de Dollfuss, muito ao contrario do que supõe tanta gente, não foi um momento esporádico na historia do grande país católico. A Austria manteve-se quasi ininterruptamente em atitude anti-liberalista através de toda a historia moderna e contemporanea. Foi nela que teve origem, segundo nos informa Eduardo Aunós, "a reação corporativa, ora triunfante, iniciada pelo Barão Vogelsang e sua escola, que, em pleno seculo XIX, quando maior era o triunfo do capitalismo, proclamava a sua proxima decadencia, aconselhando a adopção do sistema corporativo como unico meio de evitar o desastre que do desmoronamento daquelle resultaria". Data de 1883 a criação por lei, neste país, dos *Gewerbegenossenchaften*, verdadeiras corporações de oficio dotadas de jurisdição obrigatoria. Dollfuss encontrou, pois, ao invés de uma realida-

de a transformar por inteiro, como aconteceu com Hitler e Mussolini, por exemplo, já preparados os materiais de construção para a sua grande obra politica. Eduardo Aunós explica elegantissimamente o fenomeno nestes termos: "Por ser, sem duvida, o eixo de um imperio supra-nacional, é que (a Austria) sentia melhor essas pulsações de universalidade que, como o conceito corporativo, revelam aos homens a sua origem comum, e a importancia dos vinculos que os aproximam por sobre todas as barreiras artifiais". (1)

A nova Constituição austriaca, promulgada por Dollfuss em 1 de Maio de 1934, pôs fim á inevitavel experiencia socialista do após-guerra na Austria, a qual teve, aliás, aparados os seus golpes desagregadores pela solida politica de Monsenhor Seipel. São as que seguem as

---

(1) Eduardo Aunós — "La reforma corporativa del Estado" — 166.

solenes palavras do preambulo dessa magna carta: "Em nome de Deus Todo-poderoso, de quem todo direito deriva, a Nação austriaca recebe para seu Estado federal, cristão e germanico, a seguinte Constituição". Este preambulo é suficiente a situar a reforma austriaca, não só no polo oposto do liberalismo desordenado e funesto, que faz do homem o centro do universo, como, tambem, a alguma distancia das realizações de Mussolini e de Hitler, no que respeita á concepção religiosa da vida.

O artigo 32 da nova carta austriaca trata explicitamente da organização corporativa do trabalho: "Os grupos profissionais serão por lei tornados capazes para administrar com inteira autonomia e sem a fiscalização do Estado os assuntos referentes á sua profissão. O ensino profissional e o exercicio das profissões ficam sujeitos ás disposições da lei e aos acordos adotados pelas corporações profissionais de direito publico".

Sirvo-me, ainda aqui, da rapida exposição de Raymond Devrient para dar uma idéa clara e simples da nova estructura do Estado austriaco.

"As corporações são chamadas a colaborar no poder legislativo. O orgão essencial deste ultimo é a Dieta federal (*Bundestag*) composta de quatro conselhos consultivos: o Conselho de Estado, 20 delegados; o Conselho de Cultura, 10 delegados; o Conselho da Economia, 20 delegados; o Conselho das regiões, 9 delegados. Cada um dos conselhos é representativo de certos interesses nacionais.

O Conselho federal da economia se compõe de representantes das corporações em numero de 70 a 80. São previstos 7 grandes grupos Corporativos, no seio dos quais serão escolhidos os representantes segundo um principio ainda não conhecido atualmente. São eles: a agricultura e a economia florestal, a industria e as minas, o artesanato, o comercio e os transportes, as instituições bancarias, de

credito e seguro, as profissões liberais, os serviços publicos. Trata-se agora de dar a estes grupos a forma corporativa.

Deu-se um primeiro passo com a lei de 2 de Março de 1934, posta em vigor a 1.º de Maio do mesmo ano, a qual criou a Liga sindical dos operarios e empregados austriacos (*Gewerkschaftsbund der osterreichischen Arbeiter und Angestellten*). O *Gewerkschaftsbund* deve substituir as organizações sindicais socialistas e ser organizado de maneira a formar a base do regime corporativo do lado dos salariados. As federações sindicais previstas correspondem aos grupos corporativos. O sindicalismo continua livre, mas só os sindicatos que aderirem ao *Gewerkschaftbund* representam os interesses dos operarios e empregados e só eles têm o direito de concluir contratos coletivos obrigatorios para o conjunto da categoria, isto é, mesmo para os não sindicalizados.

Leis analogas devem vir em seguida para regulamentar o estatuto dos outros

grupos e permitir a realização das corporações.

Independentemente desta legislação, uma lei de 12 de julho de 1934 criou as "comunidades de empresas" (*Werksgemeinschaften*), inteiramente analogos á instituição alemã. No seio da empresa, o chefe e seu pessoal formam uma comunidade presidida por aquele e compreendendo homens de confiança (Vertrauensmanner) delegados pelo pessoal. A comunidade tem por atribuição manter a harmonia entre o chefe e o pessoal e velar pela disciplina, pelo respeito ás leis, regulamentos e convenções coletivas; não intervém, contudo, na gestão economica da empresa". (1)

Promulgada a nova carta, Dollfuss lançou pela imprensa de Viena as seguintes palavras explicativas, de relevante e profundo sentido:

---

(1) Raymond Dévrient — "La Corporation en Suisse" — 44, 46.

"Com a Constituição que elaborámos lançamos as bases necessarias a que a vida publica austriaca se possa restabelecer apoiada na organização corporativa, consubstancial a nosso povo. Todos os elementos populares terão assim a possibilidade de colaborar diretamente nos trabalhos legislativos; mas, a um só tempo, encontrarão todas as facilidades de que precisem para desenvolver as suas iniciativas dentro de corpos autonomos e especializados, que lhes garantirão seus direitos organicos, muito mais preciosos e uteis do que os individuais, proporcionando-lhes, por sua vez, uma influencia consideravelmente maior do que a jamais oferecida por qualquer democracia formal, nascida de um direito eletivo mal compreendido e peior praticado. Para contrabalançar a necessaria concentração de poderes do Estado, a qual é indispensavel na hora presente, marcada por graves problemas, é preciso assegurar o desenvolvimento da autonomia propria das

corporações, com o que se conseguirá congregar de modo eficaz as corporações e o Estado, substituindo-se a psicose protestataria, tão caracteristica de nossos dias, pela satisfação de pertencer á coletividade organica estatal".

Dollfuss tombou ao golpe traiçoeiro pouco tempo depois da promulgação do estatuto fundamental do novo Estado austriaco. Mas a sua obra, inspirada pela palavra da Igreja na enciclica "Rerum novarum", e por toda uma velha tradição nacional, foi mantida, e o seu pensamento vem sendo efetivado na medida em que o permitem as circunstancias atuais do mundo e da Austria.

Portugal

O Estado novo, em Portugal, se apresenta com linhas muito mais originais do que o possam supôr os que, entre nós, confundem todas as tentativas presentes

de renovação politica na Europa sob o titulo generico de "fascismo".

A definir-se o Fascismo como o preconisador do Estado totalitario, o Portugal de hoje não será fascista. São palavras positivas de um dos grandes discursos de Salazar as que abaixo transcrevo:

"Nenhum de nós afirmaria em Portugal a onipotencia do Estado em face da massa humana, simples materia prima das grandes realizações politicas. Nenhum de nós se lembraria de considerá-lo a fonte da moral e da Justiça, sem que ás suas decisões e normas se sobreponham os ditames de uma justiça superior. Nenhum de nós ousaria proclamar a força mãe de todos os direitos sem respeito pela conciencia individual, pelas legitimas liberdades dos cidadãos, pelos fins que se impõem á pessôa humana. Nenhum de nós — nacionalista e amante do seu País — faz profissão de nacionalismo agressivo, exclusivo, odioso, antes, se se apega á noção de patria, é que compreende, por ins-

tinto do coração e por imposição da inteligencia, que o plano nacional é ainda o melhor para a vida e os interesses da humanidade. E no entanto, fugindo da divinização do Estado e da sua força, em nome da razão e da historia, nós temos de realizar o Estado forte, em nome dos mais sagrados interesses da Nação; temos de fortalecer a autoridade, desprestigiada e diminuida, diante das arremetidas de mal compreendida liberdade; temos de dar á engrenagem do Estado a possibilidade de direção firme, de deliberação rapida, de execução perfeita". (1).

O que se instituiu em Portugal não foi, portanto, nem o Estado "cezarista", que é o de Mussolini, nem o Estado "racista", que é o de Hitler. Estas diferenças devem ser postas em fundo relevo, porque no Brasil o primarismo dominan-

---

(1) Oliveira Salazar — "Discursos" — 1928-1934 — Coimbra Editora Ltda. — Coimbra, 1935 — pag. 285.

te não sabe distinguir as caracteristicas mais patentes das coisas.

Nem o Estado cezarista, nem o Estado racista. Mas, com toda propriedade de termos, o Estado cristão, que se reconhece ordenado em relação aos interesses supremos da pessoa humana, que o supera em profundidade de sentido pela sua destinação transcendente. E que, nacionalista embora, traça ao seu proprio nacionalismo limites definidos, tendo em vista o circulo mais largo de interesses conjugados da comunhão universal.

Tanto quanto, porém, ao Estado cezarista e ao Estado racista, opõe-se o Estado novo português ao Estado individualista da liberal democracia. Porque este acabou, de fato, negando a pessoa humana e a familia e conduzindo ao tremendo ilogismo comunista. Quer dizer: acabou negando, com a desordem total que produziu, os mais fundamentais principios do espírito cristão, e se mostra completamente incapaz, pela sua propria fraque-

za, de remontar a corrente da desordem, para restabelecer o equilibrio na esféra da economia e da justiça social. O Estado novo português é o Estado forte, que se não põe á margem do vasto jogo dos interesses economicos, sociais, espirituais, mas, pelo contrario, aparelha-se para "a direção firme, a deliberação rapida e a execução perfeita" de todos os designios relativos aos destinos profundos da nacionalidade.

Para a Igreja, o problema central da vida terrena do homem é o mesmo do seu destino de eternidade: o do fiel cumprimento da vontade de Deus. Por isto vela a Igreja pela perpetua renovação do homem interior, com o infundir-lhe energias que o mantenham de alma sempre aberta ao influxo da Graça.

Para o Estado cristão, que com humildade abandona nas mãos da Igreja o magisterio puramente espiritual, o problema central da vida humana é a reta ordenação da justiça, pela perfeita orde-

nação da economia. Por isto, o Estado Cristão fixa os olhos, de modo particular, sobre as questões atinentes ao trabalho e á produção.

No dominio da produção e do trabalho é que produziu o liberalismo os desequilibrios graves de que se gerou a formidavel angustia deste tempo. O liberalismo aboliu, com outros, um circulo necessario de relações sobre o qual, no entanto, deve apoiar-se toda atividade economica e social dos individuos e dos povos: o circulo das relações profissionais. A supressão deste élo centralissimo na grande cadeia hierarquica foi que pôs o individuo desprotegido — virtualmente negada a familia — em face do Estado indiferente. Foi que desmembrou, atomizou a sociedade, levando o trabalho ao desprestigio e escravizando o homem a forças inhumanas.

No Estado novo português atende-se precipuamente a esta circunstancia.

"O Estado português, fala ainda Salazar, deve ser organizado, segundo a Constituição, em republica corporativa; para dar começo de realidade a esta aspiração, varios decretos estabeleceram posteriormente as grandes linhas a que hade obedecer a organização das corporações.

Esta estende-se desde os interesses materiais aos interesses intelectuais e morais que os individuos prosseguem no seio da Nação; e por esse motivo, e porque cada vez mais se aproxima o momento de o trabalho remunerado ser além do dever social um fato para toda a população ativa e livre, segue-se que por intermedio da organização corporativa a vida economica é elemento da organização politica. Não só o Estado conhece a vida economica, se interessa por ela, a protege, a dirige, em harmonia com os seus fins proprios ou os seus interesses politicos do momento, mas os elementos economicos — forças produtivas — entram

na organica do Estado, fazem parte da sua constituição. Isto se faz não só por uma especie de valorização politica do trabalho, digamos assim, e de se aspirar a representação nacional mais perfeita que a inventada pelo individualismo, mas por força do novo conceito do que seja o Estado ou do que deva sê-lo no futuro." (1).

O sr. João Pinto da Costa Leite refere-nos, como características gerais da doutrina corporativa segundo a concepção portuguesa, as seguintes:

"O corporativismo é *anti-individualista*. A vida economica e a produção não podem considerar-se apenas a procura do maximo hedonístico individual, porque não é certo que o interesse coletivo resulte automaticamente das ações e reações dos interesses individuais. O equilibrio economico e social não é, assim, de formação automatica. Por isso mesmo, é ne-

(1) O. Salazar — Op. cit. pag. 284.

cessario transformar a economia na sua estructura e no seu espirito. Na sua estructura, porque a livre concurrencia individual precisa de ser substituida por uma regulamentação coletiva das relações juridico produtoras. No seu espirito, porque é necessario substituir, a uma concepção da produção como negocio de exclusivo interesse individual, a concepção da atividade produtora de cada um como uma contribuição para a produção global, e, portanto, para o equilibrio economico geral, por cujas exigencias tem de condicionar-se. (. . .).

A' concepção liberal de que cada um trata apenas de seus interesses, de que a produção é apenas uma manifestação do direito de liberdade individual que só ao individuo respeita, substitue-se a idéa de que a produção é uma contribuição para a unidade economica nacional, que interessa essencialmente a esta, e que, portanto, tem de subordinar-se aos seus fins e interesses proprios, tais como são defini-

dos e impostos pelo Estado através dos seus orgãos.

Mas *o corporativismo não é o socialismo nem mesmo o estatismo puro*. Se ao Estado compete o papel de arbitro suprêmo do interesse nacional, se é ele que a esse interesse dá interpretação autêntica, a produção, no entanto, não lhe compete, em principio. A produção deve ser realizada pelos particulares, porque é na iniciativa individual que está o principal elemento do progresso; e porque o Estado monopolizador da produção realiza o aniquilamento da personalidade individual, limita o homem na sua integridade moral, aniquila no produtor individual todo o sentimento de responsabilidade e, por isso mesmo, toda a iniciativa. (...).

A popriedade é legitima. O Estado reconhece-a como direito fundamental do individuo (Constituição, art. 3.°, n.° 15); não pode porém conceber-se como o direito de dispôr sem restrições, visto que tem de subordinar-se no seu uso, como toda a

atividade humana, aos fins superiores da Nação. (...).

O corporativismo é nacionalista. A Nação é um todo organico composto por individuos, não isolados, mas integrados em grupos naturais, titulares de interesses proprios e de um espirito proprio tambem. A Nação composta de individuos isolados e independentes, determinados apenas pelos seus proprios interesses, é uma concepção irreal.

A Nação é composta de homens que, além dos mobeis economicos, se determinam por mobeis de ordem espiritual e moral, que em vez do sentimento exclusivo do interesse proprio têm em primeiro lugar o sentimento dos interesses da familia — grupo fundamental da Nação. (...).

O corporativismo é, assim, naturalmente nacionalista, mas de um nacionalismo não exclusivista. Repudia o internacionalismo puro e nivelador, o que considera os Estados como excrescencias desti-

nadas a desaparecer pelo absurdo economico que representam, o que concebe o homem como uma unidade abstrata, fazendo parte de uma unica comunidade — a humanidade. (...).

Mas, da mesma forma que a Nação é um todo oganico, constituido por organismos dotados de um espirito proprio que, como lei da propria existencia, deve manter, tambem o conjunto das Nações deve sê-lo, e as relações que entre elas se estabelecem têm de partir do reconhecimento de sua autonomia e de sua existencia como Nações. O espírito nacionalista não é, por isso mesmo, incompativel com as relações entre os diversos Estados; antes, fornece a essas relações a base realista que não lhes deram os internacionalismos utópicos ou de méra especulação, responsaveis, em grande parte pelo menos, pela atual desorganização da economia internacional.

O corporativismo é, economicamente, uma doutrina de moderação. Já não é a

lei exclusiva do interesse individual dominando a produção; já não é a preocupação meterial da produção e do progresso absorvendo completamente a vida e a personalidade humanas — é a concepção de que a atividade economica tem por missão *servir* o homem e permitir-lhe alcançar os seus fins morais e materiais, e de que, portanto, ela está condicionada por estes mesmos fins. Já não são os conceitos de Nação, de grupo, de familia, condenados como incompativeis ou inconvenientes para o progresso economico, em nome de uma doutrina que considera o homem com os seus apetites a unica realidade basilar da vida social; é a concepção do homem como uma entidade moral e social, integrado em grupos animados de um espirito proprio e indispensaveis para a consecução dos seus fins, e subordinada acima de tudo á Nação de que esses organismos são componentes e a cujos fins proprios têm de submeter os seus impulsos individuais.

E' assim, repetimos, uma doutrina de moderação economica, uma doutrina que reconhece a necessidade de limitar ou moderar os fatores e impulsos economicos por principios de ordem espiritual e moral." (1).

Em traços largos, oferece-nos o dr. Pedro Teotonio Pereira, sub-secretario de Estado das Corporações e Previdencia Social, o esquema seguinte da organização corporativa no país irmão:

"Organização corporativa, todos sabemos o que isto quer dizer: a reintegração da Nação e do Estado nos seus orgãos de vida naturais, nas suas funções reais e efetivas. E porque tal fim procuramos, é que é necessario construir a nova ordem de coisas com solidez e com verdade.

As atividades nacionais no comercio, na industria e na agricultura, passarão gradualmente a viver em regime cor-

---

(1) Dr. João Pinto da Costa Leite — "A doutrina corporativa em Portugal". Liv. Classica Editora — Lisboa, 1936 — pgs. 50 a 61.

porativo. No Estatuto do Trabalho Nacional e na legisalção que se lhe seguiu, e vem sendo publicada, estão consignados os principios e as regras a que a nova organização deve subordinar-se. Os grandes ramos da produção tendem a enquadrar-se em gremios de entidades patronais. O trabalho organiza-se em sindicatos nacionais segundo as profissões, nos grandes centros do comercio e da industria. Gremios e sindicatos nacionais, na justa harmonia que se lhes impôs, agrupar-se-ão, quando for conveniente, em uniões e em federações. No plano mais elevado, e dominando toda a organização, teremos as Corporações e, através destas, a nossa política economica e social receberá a disciplina e a orientação que não lhe podia traçar a cegueira do Estado parlamentar e liberal." (1).

E' ainda o mesmo estadista que nos informa, em outra obra, a respeito das

---

(1) "Organização Corporativa" — Edições S. P. N. — Lisboa, 1935, pgs. 29, 30.

realizações efetivas do Estado Corporativo português:

"O quadro da legislação corporativa, pelo que respeita a diplomas fundamentais, encontra-se quasi completo. Resta a bem dizer publicar o "regimento das corporações". E quando chegar o momento destas se constituirem, ver-se-á então o que ganhamos em proceder com método, fieis á politica da realidade desde o começo traçada. Podemos afirmar com segurança que as corporações virão completar agregados de funções economicas e sociais que já se esboçam em cada grupo de atividades afins; não correremos, pois, o risco de as improvisar no espaço, por falta de bases reais em que se apoiem.

Os principios do Estatuto do Trabalho Nacional têm sido sistematicamente aplicados e desenvolvidos nos diplomas que ha tres anos vêm sendo publicados. Estão definidas as formulas de realização; e o que é mais: temos de reconhecer

que não ficaram apenas pelas paginas do "Diario do Governo".

Foi substituida a velha lei das associações de classe operarias pelo novo regime dos sindicatos nacionais; estes surgiram espontaneamente nos principais centros de atividade, agrupam hoje uma centena de milhar de associados e demonstram o espírito de colaboração que se procurava; criaram-se as "casas do povo": apezar das inevitaveis dificuldades levantadas no seu caminho, apontam-se muitas dezenas delas já com bela folha de serviços e dia a dia parece mais favoravel a atmosfera que as rodeia; definiu-se o novo principio de organização para as entidades patronais: e vê-se hoje que os gremios são magnificos instrumentos de progresso e de disciplina economica e social; impôs-se a necessidade da intervenção do Estado na organização das atividades produtoras e foi preciso encontrar fórmula que tendesse para a auto-direção da economia, de preferencia ao eco-

nomismo dos métodos estatistas; surgiram os organismos de coordenação economica e á volta de cada um deles desenham-se já os contornos das corporações; criou-se a magistratura do trabalho ao mesmo tempo que se eliminaram os vícios da luta de classes; ha quasi tres anos que funcionam no país os novos tribunais do trabalho; estabeleceram -se as bases para os contratos coletivos; logo se assinaram e vêm sendo assinadas numerosas dessas convenções cuja doutrina abre horizontes inesperados ás classes trabalhadoras; foi promulgada a lei das instituições de previdencia social, definindo conceitos novos e de excepcional alcance; existem já as primeiras caixas sindicais e parece que por elas vai encontrada a solução de um dos mais pungentes problemas da hora atual; estudou-se um novo processo de distribuição de moradias economicas: são numerosos os bairros onde a politica social do Estado Novo permitiu ao modesto empregado, ou ao operario, constituir o

lar em casa que logo pode chamar sua."
(1).

---

(1) Pedro Theotonio Pereira — "A Batalha do Futuro" — Liv. Classica Editora — Lisboa, 1937 — pgs. 11, 12.

O PENSAMENTO INTEGRALISTA

O PENSAMENTO INTEGRALISTA

I

Concepção do mundo

O pensamento do Sigma parte de uma concepção totalitaria do mundo. "Deus dirige o destino dos povos", é a primeira afirmação do manifesto de Outubro. "O Integralismo, compreendendo o mundo de um modo total, aceita a idéa de Deus e do Espirito e pretende construir a sociedade segundo o sentido de sua essencia espiritual e material e de acordo com as leis de seus movimentos", — são palavras do artigo 1.° do *Manual do Integralista*, do proprio punho do Conductor admiravel. Por isto, no livro *O que*

é o *Integralismo,* tambem de sua lavra, Plinio Salgado começa por indagar: qual o destino do homem e da sociedade?

"Durante toda a marcha da Humanidade, — esclarece ele, e sirvo-me de sua propria exposição para não parecer que modifico ou acrescento — dois conceitos de vida e de finalidade se revesaram, ou se antepuseram, ou se conciliaram, de um ponto de vista formal, para de novo se separarem nessa outra luta do Espirito, que acompanhou paralelamente o combate economico.

Um desses conceitos de vida é o materialista, isto é, o que encara a vida humana como um fenomeno que começa e que termina sobre a Terra. Para os que adotam esse conceito, não existe Deus, não existe a Alma, e, como consequencia natural, tudo o que se relaciona com essas duas idéas puramente espirituais, como sejam: a dignidade do ser humano, que se torna insubsistente por falta de base; a concepção moral, que se torna

inexplicavel e perfeitamente inutil; a idéa da Patria, que não passa, então, de simples convencionalismo; a idéa estética, isto é, da Beleza, que sendo uma disciplina dos sentidos, segundo aspirações transcendentais, perde seus pontos de referencia; o amor da familia e do proximo, que já não se explicam uma vez que se tem de adotar um criterio de felicidade pessoal egoistica, sem incomodos nem compromissos; e, finalmente, o sentimento de disciplina consciente, que será substituido pela disciplina mantida pela violencia dos mais felizes nos golpes aventurosos.

O outro conceito é o espiritualista, isto é, o que considera a vida humana como um fenomeno transitorio, condicionando uma aspiração eterna, superior. Para os que adotam esse conceito, existe Deus, existe a Alma, e como consequencia natural, tudo o que se realaciona com essas duas idéas. O ser-humano tem a sua dignidade, porque se torna superior ás contingencias materiais, ultrapassando os

limites da luta biologica e a esta impondo um ritmo proprio; a concepção moral torna-se um imperativo perfeitamente definido e compreensivel; a Patria deixa de ser uma convenção, para ser uma realidade moral, ligada á realidade da familia e á tradição do povo; a estética, isto é, a idéa da belleza, torna-se precisa, jamais descambando para as aberrações, que traduzem quasi sempre confusão dos instintos ou perversões sexuais ou da sensibilidade; o amor da familia e do proximo determina a abnegação e o sacrificio, glorificando o Homem pela libertação do egoismo; e finalmente a disciplina terá uma origem interior, criando a harmonia dos movimentos sociais, com finalidade suprêma". (1)

O esquema é admiravel exatamente pela sua extrema simplicidade e lucidez: o livro, aliás, destina-se ás massas popu-

---

(1) Plinio Salgado — "O que é o Integralismo" — 3.ª ed. — pags. 29 a 31.

lares. Seria facil, mas inutil para os meus intuitos, longamente desdobrá-lo em linguagem conceitual, *ad usum* das inteligencias mais complicadas e dificeis. Em todo caso, faz-se mister acentuar que a concepção do mundo e do destino no pensamento integralista, segundo as grandes diretrizes traçadas pela pena do seu criador e supremo chefe, não se restringe ao vago espiritualismo que das paginas acima citadas parece resaltar. São numerosos os textos de Plinio Salgado, na vasta serie de volumes que vem ininterruptamente publicando, que direta ou indiretamente definem como criador e transcendente o "Deus que governa o destino dos homens". O que, sem duvida, bastaria para resguardar-lhe o pensamento de qualquer prurido de interpretação individualista do sentido religioso da existencia. Mas o pensamento do Sigma é mais do que simplesmente espiritualista-transcendentalista. E' definitivamente cristão. E' pela restauração da patria em Cristo que,

antes de tudo mais, se bate o Integralismo. Ninguem, de boa-fé, poderia pô-lo em duvida, em face de palavras como estas, da comovente "oração de Natal da Patria — criança", dirigidas a Jesús: ". . . . E é por isto que neste Brasil, *no teu Brasil,* já se sente o halito morno dos conflitos do mundo. Já se vive aqui numa anarquia, numa desordem, que são geradas no orgulho, na ambição, porque aqui tambem se esqueceram de ti, Senhor.

Na hora em que sonhamos criar uma Nação, isenta dos males e dos crimes do materialismo do seculo, nós, os que sofremos as torturas dessas inquietações fecundas, escutamos tambem o rumor surdo das conspirações dos ambiciosos, o trabalho ardiloso dos que querem varrer, de uma vez para sempre, da lembrança do povo brasileiro, os ultimos vestigios da tua luz". (1)

---

(1) "Palavra nova dos tempos novos" — 9. — O grifo é meu.

II

O Homem

No seio da doutrina integralista não se confundem nunca os conceitos de pessôa e individuo. E é notavel que isto aconteça. A confusão perigosíssima, e tão fecunda nos mais graves erros, é facilmente assinalavel mesmo nos escritos de prestigiosos doutrinadores do Estado novo europeu. Em verdade, podemos afirmar que, no velho mundo, só os construtores do novo Estado austriaco, pela nitidez das suas diretivas filosofico-religiosas, estavam em condições de perceber a diferença essencial que separa os dois conceitos, e o supremo interesse que ha, para o estadista como para o filosofo, em manter a distinção.

Max Lamberty enxerga, de certo ponto de vista, não apenas no socialismo e no comunismo, mas tambem no fascismo

e no hitlerismo, como no liberalismo que os precedeu, derivações subtis das correntes profundas da filosofia moderna, caracterizada por um radical *particularismo*.

"Não tomaram todas estas doutrinas — pergunta êle — como ponto de partida e como fim ultimo, quer o individuo, quer a classe social, quer o Estado, quer a Nação, quer a raça?

Não destacaram todos um fragmento do universo, que em seguida acharam interessante por si-mesmo e do qual, finalmente, fizeram o eixo e a base da sua concepção do mundo?

Não tomaram uma parte do universo pelo todo, dividindo-o?

Uma parte do universo? Digamos, antes, uma parte da *natureza*. Porque esta parte do universo que elas tomam como ponto de partida ou como fim é sempre uma parte da *natureza concreta*. Eis ainda aí um indice de parentesco com a fi-

losofia moderna e o culto da natureza que ela instaurou desde o principio". (1)

Este texto precioso do pensador flamengo põe-nos na pista de verdades essenciais para o momento. Antes de tudo, esclarece-nos sobre a radical diversidade que existe entre fascismo e nazismo, de um lado, e Integralismo, do outro. De qualquer maneira, o movimento de Mussolini, com o seu caracteristico *cezarismo*, e o movimento de Hitler, com o seu *racismo* radical, são expressões de uma visão particularista do mundo: são filhos, ainda, do negativismo moderno. Não vai nesta analise nenhum desconhecimento da grandeza interior verdadeira que anima os dois grandes movimentos, nem do serviço inolvidavel que lhes ficou devendo a humanidade: na parte terceira do presente volume claramente os defini como providenciais movimentos de salva-

---

(1) Max Lamberty — "Le rôle social des idées". — 170-171.

ção, pelo menos no instante agudo da crise desagregadora. Mas é necessario acentuar-se aquela diversidade, dada a insistencia com que os gratuitos inimigos do Sigma acusam de totalitarismo estatal a doutrina integralista.

Ora, justamente por serem ainda, no fundo, como o adverte Lamberty, derivações ultimas do espirito que criou, alimentou e animou a liberal-democracia, — do espirito naturalista, particularista, — é que o fascismo e o nazismo, assim como o comunismo, não sabem distinguir individualidade de personalidade. E, vendo no homem apenas o individuo, desprendido de sua significação transcendente, que é o que constitue a personalidade, reduzem-no a uma unidade de significação nula em face da totalidade estadoal ou racial, como a liberal-democracia, com o seu conceito do homem-cívico, o havia nulificado em face da chamada "expressão da soberania nacional",

A "concepção totalitaria do mundo", fundamento da doutrina integralista, constitue exatamente o polo oposto de todos esses particularismos lamentaveis.

Quem diz "concepção totalitaria do mundo" diz, a um só tempo, combate á idéa do "Estado totalitario". E combate a qualquer pensamento de preeminencia racial, no sentido em que a proclama o nazismo. E ainda combate a qualquer fragmentação de sentido da realidade humana; como a realizaram sempre todos os movimentos negativistas da historia, — como a encontramos no *homem-civíco* da liberal-democracia e no *homem economico* do marxismo.

O homem total, o que em verdade existe, é uma realidade, a um só tempo, material, intelectual, moral e transcendente. Não pode, sem erro grave e de gravíssimas consequencias, ser considerado fóra do seu destino de eternidade, desligado do pensamento do Deus criador e ordenador,

Como individuo, o homem é pura divisão da materia, e obedece ao tropismo do não-ser. Por isto, conduz o individualismo a todas as dolorosas desagregações. Como "pessôa", porém, é, na Terra, um centro de ordenação de atividades e energias tendentes, por sua vez, a ordenal-o com relação ás realidades que transcendem o destino terreno. Como pessoa, deixa de ser a monada fechada, a que atribue o individualismo todos os direitos, mas que o Estado totalitario, o Estado racista, o Estado comunista pretendem aproveitar como passivo e inerte material de construção, — para tornar-se a realidade intangivel, portadora da alma imortal,a que o Deus criador e ordenador atribuiu um destino de *deificação*, mas a que, por isto mesmo, sujeitou aos condicionamentos e hierarquias determinados pela sua sabedoria infinita, — quer dizer: absolutamente necessarias.

O Estado Integral — tão diverso, como facilmente se percebe agora, do Es-

tado totalitario, — só pode considerar o homem desse ponto de vista. Para o Estado Integral, é o homem total que existe.

III

A Familia

O mais proximo dos condicionamentos necessarios á realização do homem total é a familia. Disse "condicionamentos". Porque o "principio" essencial dessa realização é o proprio Deus criador e ordenador.

O puro encontro dos sexos, quando fecundo, o que produz é o individuo. A familia é que constitue o ambiente afectivo e moral indispensavel á formação da personalidade. Recebendo em seu seio o ser novo, que vem, é a familia que, primeiro, estabelece a ligação desse novo ser com a sua destinação maravilhosa. O simples jogo da materia, do apetite sexual, não bastaria a atender nem ás mais

incoerciveis necessidades do mundo animal, que são a conservação do individuo e a propagação da especie. O ser novo depende, para crescer e florescer, do espirito de amor e sacrificio que, ao seu advento, desperta na alma dos que o geraram. E os que o geraram só nesse espirito de sacrificio e de amor encontram a completação verdadeira de sua realidade interior e social, que se ilumina, então, de um sentido inesperado.

Quando, arrancado ás raizes de sua espiritualidade profunda, o homem se reclue no egoismo individual, o proprio encontro dos sexos se torna materialmente infecundo, mesmo quando, por outras conveniencias, a familia aparentemente persiste. As praticas anti-concepcionistas são facilmente accessiveis ás inteligencias mais humildes. Daí o tragico fenomeno do despovoamento, que ameaça o futuro de grandes povos modernos, e contra o qual, inutilmente, pretendem

reagir os governos respectivos por meio de providencias de natureza juridica.

A familia, por isto, se reveste, para os que lhe penetram a inteira significação, de um caracter sagrado.

"O Homem, no individualismo, hipertrofia-se. Ele parte de Rousseau e vae a Nietzsche.

"O Homem, no colectivismo, anula-se. Depois de crescer nas democracias, vae terminar atrofiado, liquidado em Marx.

O Homem, no estatismo racista ou imperialista, standardiza-se, uniformiza-se nos movimentos de um todo que é a finalidade inhumana do Estado.

Mas o Homem, no Integralismo, não é o gigante, nem o pigmeu, nem o automato: é simplesmente o homem".

Por que? Porque a doutrina considera na sua totalidade de sentido a instituição da Familia.

"A Familia é que dá ao homem o senso das proporções exactas. E' ella que

lhe imprime o sentido profundo de humanidade. E' em razão dela que o Estado não absorve o individuo, nem o individuo absorve o Estado; que o interesse colectivo não atenta contra o interesse individual, nem o interesse individual se sobrepõe ao interesse coletivo".

As civilizações que desconheceram ou amesquinharam o sentido total da Familia, encontram nesse mesmo fato a razão precipua do seu deperecimento.

Tal aconteceu com as civilizações da antiguidade, levadas á desagregação moral, politica, economica e social pela depreciação da idéa de familia, que o totalitarismo estatal antigo provocou.

Realidade suprema e intangivel, o Estado pagão reduzia, não apenas o homem, mas tambem a Familia, a simples elemento de sua grandeza absorvente, tirando-lhes a ambos qualquer significação

de autonomia em face dos destinos universais.

"Em toda a Antiguidade, — escreve A. M. Weiss, — não existiu a personalidade livre, no sentido em que nós, cristãos, entendemos o vocabulo".

"O homem não conhecia a sua propria força. Bem mais, não a presentia. A importancia de cada um como pessoa privada, a idéa de que o todo se compunha de individuos, e de membros isolados subordinados, que todos tinham antes do mais deveres a cumprir em sua esfera respectiva, e segundo o lugar que ocupavam, e em seguida deveres com relação á totalidade; em sintese: o a que hoje chamamos concepção organica da humanidade, desde que São Paulo nol-a ensinou, tudo isto, salvo rarissimas excepções, era completamente estranho ao paganismo. (....) Estava nisto precisamente uma das causas principais do malestar que irrompia de todos os lados na vida dos Antigos, e que a convulsionava completa-

mente. O que devia formar o vertice da piramide era-lhe dado como base. Eis por que a sociedade não poude jamais desenvolver-se: o Estado absorvia tudo em si mesmo. Eis por que o matrimonio permanecia em situação lamentavel: o Estado oprimia a familia, em lugar de organizar fortemente a vida domestica para fazer dela um apoio..."

Consequencia de tal inversão da ordem natural das coisas foi o desprestigio cada vez mais profundo, na antiguidade helenica, como na romana, ou na germanica, do a que chamei o sentido da familia, o que resultou no afrouxamento dos laços familiais e morais, na licenciosidade exacerbada dos homens, na escravização da mulher, primeiro, e, mais tarde, na sua gradativa "libertação" dos sagrados deveres matrimoniais, e, por fim, na propagação dos vicios contra a natu-

reza como instituição verdadeiramente nacional que foram em Grecia e Roma.

Chegados a este ponto, estavam, respectivamente a seu tempo, os gregos, preparados para a conquista romana, e os romanos preparados para a dissolução do Imperio sob a enorme onda bárbara.

Os elementos em decomposição do paganismo antigo foram refundidos na Idade Media ao calor do pensamento cristão, que definiu a pessoa humana como realidade de sentido transcendente, por ser portadora de uma alma imperecivel, e por essa mesma via restituiu a dignidade á familia, — ambiente necessario para a formação e manifestação em plenitude do ser humano com o seu destino de eternidade.

Elevado á culminancia de sua integral significação na Terra, o homem, por força do seu pendor para o pecado, haveria de avançar, nessa afirmação glorificadora, para além dos limites da pura sabedoria, pondo em jogo a energia de

negação do seu proprio orgulho. Foi o que sucedeu no periodo final da Meia Idade, do qual surdiu aos poucos o espirito renascentista, que consistiu propriamente numa soberba auto-afirmação do homem como senhor dos seus proprios destinos. Essa auto-afirmação continha, em germe pelo menos, o mais extremado naturalismo, isto é, a negação de Deus e do sentido transcendente da existencia. A dialetica interior dessa visão do mundo se desdobrou longamente atravez da historia moderna, produzindo a confusão da pessoa humana com o individuo. De sorte que acabaram sendo atribuidos a este os direitos sagrados que só ao homem total cabiam.

Sabemos o que daí se originou: o individualismo liberalista, que escravizou o individuo e virtualmente negou a familia; e o coletivismo marxista, que nega o proprio individuo, transformando-o, num retorno agravado ao paganismo, em peça inerte da grande maquina inhumana, ou,

como vemos na Russia atual, tragicamente deshumana. Tanto é certo que Deus é o supremo interesse do homem.

Por tudo isto, a doutrina integralista reafirma, em plenitude de consciencia, o sentido total da instituição da familia. "O Integralismo pode ser considerado a revolução da familia", disse uma vez o chefe insigne. O mais proximo dos elos que prendem o homem ao seu destino integral devia ser, em verdade, o primeiro a merecer a atenção do restaurador dos sentidos perdidos.

Jesús indicou tal necessidade com o fato de ter operado o seu primeiro milagre publico por ocasião de uma cerimonia nupcial: para glorificar a familia, nas Bôdas de Caná...

IV

O Trabalho

Ao primeiro movimento de transposição do circulo fechado da familia pater-

na, cada homem pisa em cheio o terreno do seu particular destino economico. Pisa-o, sem desprender-se do plasma familial; pelo contrario: fazendo-se um nucleo de reprodução, por sisciparidade, desse plasma, pela constituição da nova familia de que irá ser o chefe e o ordenador. Desde esse primeiro movimento, contudo, encontra-se em plena esfera economica, pois quando, preparado convenientemente, transpõe aquele circulo, é para integrar-se na actividade productiva da collectividade humana, social, politica em cujo seio lhe coube por destino viver.

Cada homem, todavia, — supondo-se a sociedade organizada de maneira mais normal do que no confuso momento que vivemos, — deve ter a sua profissão definida. Por isto é que se pode dizer que, ao dar o primeiro passo fora do circulo fechado da familia paterna, o homem penetra o circulo contiguo do grupo profissional a que pertence.

"Os mais estreitos laços unem o homem á sua profissão, — escreve Raymond Devrient. Forçado a assegurar a sua subsistencia quotidiana, desejoso de melhorar a sua situação material, cioso de garantir a existencia de sua familia, na qual se perpetua, o homem necessariamente coloca no primeiro lugar de suas preocupações o seu labor profissional e as condições em que este se realiza. Sem duvida, conhece ele preocupações de outras ordens, nascidas de suas necessidades morais, religiosas, etc., que são mais importantes ainda, e ás quais ele está muitas vezes pronto a sacrificar a sua profissão. Esta, porém, lhe é de necessidade imediata, e a ela é que, normalmente, consagra o melhor tempo de sua vida". (1)

No ambiente da liberal-democracia perdeu-se por inteiro o senso desta realidade, a qual constitue, no entanto, o eixo

---

(1) Raymond Dévrient — "La Corporation en Suisse" — Ed. Victor Attinger, pag. 13.

central de ordenação da vida economica e social dos povos.

Intimamente identificado á sua profissão, o homem se prende, por isto mesmo, por laços fortes de interdependencia, a todos os que com ele labutam no mesmo sector de actividade. Antes de tudo, tarefas identicas ou afins criam uma mentalidade comum, que transforma numa especie de familia maior o grupo profissional e favorece o animo de cordialidade e afectividade tão necessario aos entendimentos fecundos. Em segundo lugar, só no seio do grupo profissional se verifica perfeita comunidade de interesses, exclusão feita dos antagonismos artificialmente criados pelo liberalismo entre dirigentes e dirigidos, e que a organização da economia eliminará por inteiro.

"Os individuos que exercem uma mesma profissão, patrões e operarios, estão, por natureza, num estado de mutua dependencia. Ha entre todos eles uma so-

lidariedade proveniente de sua comunhão de interesses. As condições de prosperidade do oficio são as mesmas para todos. Os actos de uns têm repercussão sobre a situação dos outros. O operario que aceita um salario inferior á taxa media prejudica os outros operarios com o abaixar o nivel do salario. O comerciante desleal que engana seus clientes na quantidade da mercadoria vendida, lança o descredito sobre toda a profissão. Os productores e trabalhadores de um mesmo estado constituem, pois, uma verdadeira sociedade, são membros de um corpo cuja existencia é tão incontestavel quanto a da familia ou da comuna. Para evitar que a acção individual prejudique o interesse Corporativo, é preciso que o corpo profissional esteja organisado, quer dizer, provido de orgãos que disponham de autoridade sobre todos os membros da profissão, afim de impôr-lhes uma disciplina e

exercer sobre a sua actividade um controle." (1)

Ora, o que mais profundamente caracteriza o liberalismo é ter ele negado este circulo necessario de relações — o da comunidade profissional, — estabelecendo, em face do Estado inerme, a infinita atomização da sociedade e a luta impiedosa dos individuos entre si, — com o que produziu a escravização do individuo e sujeitou a familia ás mais tristes condições de existencia.

Este é mesmo o ponto nevralgico do antagonismo entre a liberal democracia e a concepção corporativa do Estado. Aquela, na sua vertigem halucinatoria em torno da idéa de liberdade, desconheceu um nexo indispensavel da grande cadeia hierarquica que liga o ser humano aos seus destinos totais. O corporativismo, consultando outra vez a realidade in-

---

(1) Jean Brethe de la Gressaye. — "O Syndicalismo, a Organização Profissional e o Estado". — Pags. 3, 4.

frangivel, pretende restabelecer a ordenação organica que a convulsão de 79 aboliu para o maior sofrimento das grandes massas humildes.

O. P. Pascal considera o regime corporativo, entendido em seu sentido largo e elevado, como o regime natural da Sociedade Humana. "Ha sobre a Sociedade, diz elle, duas concepções absolutamente differentes. A primeira, a que chamarei materialista e mecanica. A segunda, viva e organica. Para os sustentadores do primeiro sistema, a Sociedade é uma aglomeração de atomos individuais, mais ou menos engenhosamente arranjados pela mão de ferro do Estado, um mecanismo de roldanas que se engrenam umas nas outras, e que obedecem á impulsão de um motor central.

Para os outros, a Sociedade é um conjunto de grupos vivos, luminosamente coordenados em vista de um fim geral, tendo cada um a sua funcção propria e sua autonomia relativa.

Olhemos, não para abstrações vasias de realidade dentro de nós, mas para as proprias coisas á nossa frente, tais como elas se desenvolvem no curso da historia, e veremos que uma sociedade é um imenso organismo corporativo, a partir dessa primeira corporação natural e necessaria que é a familia até a grande corporação, o Estado, passando por essas corporações intermediarias, filhas da primeira, origem da ultima: as comunas, as provincias, sem esquecer as associações profissionaes, que agrupam os homens votados ás mesmas ocupações e tendo, por consequencia, os mesmos interesses".

Embora, como se sabe de sua doutrinação corporativa, a tenha bem presente ao espirito, no fragmento citado o P. de Pascal não acentúa expressamente esta nota essencialissima, que, no entanto, deve mais do que tudo prender nossa atenção neste momento: é que na esfera, propriamente, do trabalho, da produção, da economia, foi que mais violentamente

se manifestou, na liberal-democracia, a ruptura com a natureza profunda das coisas e com a velhissima tradição historica: foi, sobretudo, no terreno da profissão que se negou a concepção corporativa, que hoje readquire prestigio glorioso, em face da tumultuaria desagregação a que conduziram o mundo as concepções liberalistas.

Eis como se justifica em plenitude o principio corporativista incluido como uma das vigas mestras da Doutrina do Sigma.

Os que combatem o Movimento, nem sabem direito o que quer dizer liberalismo: supõem que se trata de um comodo *modus vivendi* pessoal, de que fruem por ocuparem situações vantajosas, e que vêm ameaçado pelos doutrinadores de uma nova ordem economica e social; nem suspeitam o que seja corporatismo: confundem-no com dictadura politica, destinada a conferir preeminencia a um

partido constituido de vagos sonhadores ambiciosos.

Estão longe de perceber que o liberalismo importa num conjunto de funestas normas, não apenas de vida politica, mas, sobretudo, de produção e de trabalho, que já não podem mais ser mantidas, porque depois de haverem dado origem a tremendas injustiças sociais e suscitado a onda de rebeldia que convulsiona a esta hora os povos, chegaram ao limite extremo de suas possibilidades experienciais, eliminando-se por si mesmas como no-lo faz notar J. Belime em seu livro *L'ordre réel.*

E estão longe de supôr que a palavra *Corporatismo* envolva todo um complexo de principios de organização e ordenação economica e social como seriam os primeiros a desejar se meditassem a serio sobre os problemas humanos do presente, — principios esses submetidos a milenaria experiencia historica e em plena revivescencia nos paises que, mais fun-

damente atingidos pela onda de desagregação, tiveram de acordar mais cedo para as beneficas reacções.

Attendendo a taes circunstancias, dei, no capitulo intitulado *Da Liberal-Democracia*, um rapido resumo da critica irrespondivel que hoje se faz ao liberalismo, como no Capitulo sobre *As associações profissionaes na Historia* procurei mostrar a persistencia do principio corporativista na vida da humanidade, — persistencia que revela o seu caracter de necessidade infrangivel.

V

O ESTADO

O Estado Integral, objetivado pelo Movimento do Sigma, se contrapõe a um só tempo, como em varias passagens deste livro já deixei claramente entrever, ao Estado totalitario do Comunismo e do Nazismo, e ao Estado neutro, de estructu-

ra puramente juridica, da liberal-democracia.

Estado totalitario é o que se propõe como realidade suprêma, em face da qual nenhuma outra preeminencia se admite, o que resulta em virtual ou efetiva negação, não só de qualquer sentido transcendente, mas de qualquer significação de autonomia, para a familia e os demais grupos sociais e para a pessoa humana.

Não é invenção dos nossos dias. Totalitario, já o vimos, foi o Estado pagão antigo, que desconheceu a dignidade do espírito como no-la fez compreender o Cristianismo, isto é: do espirito com o seu destino de eternidade; que diminuiu a mulher, atribuindo-lhe uma natureza inferior; que, sob a pressão do seu autoritarismo exclusivo, desprestigiou lentamente o conceito de familia, abrindo portas largas á dissolução total que, por fim, como não poderia deixar de acontecer, atingiu a sua propria estructuração interior, dele, Estado, que teve de ceder, pela

extrema fragilidade a que chegára, ao primeiro rude embate de violentas forças externas.

Na hora presente, precisamos acentuá-lo, só ficam rigorosamente dentro do quadro de um totalitarismo estatal carateristico a Russia de Staline s a Germania de Hitler. Mussolini pôs sempre em suas afirmações totalitaristas uma tinta diversa, — coisa em que se não tem devidamente atentado —, e a realização do Estado novo na Italia mostra-nos bem que sob expressões um tanto equivocas dos grandes escritos e orações do Duce se oculta um fundamental respeito pelos direitos do homem de alma eterna. Farei em obra posterior a demonstração desta tese, que no presente volume não cabe. Quanto á Austria e a Portugal, são patentemente anti-totalitaristas, em que pese a enorme confusão que sobre estas coisas se entretessem no Brasil.

Na Russia comunista, contudo a espantosa inversão de valores se processou

do modo mais completo. O Estado bolchevista se atribue um ideal de perfeita organização egualitária, a ser alcançada dentro de uma concepção da vida que lhe confere direitos absolutos sobre o homem. O utopismo, quero dizer, o irrealizavel de tal ideal lhe escapa em virtude mesmo dessa concepção. Negando Deus e o sentido transcendente da existencia, o comunismo, derivada, embora contraditoria, do marxismo, perdeu de vista, surpreendentemente, os nexos íntimos da realidade e o senso das hierarquias necessarias. Daí o seu egualitarismo teórico, de que ele proprio constitue, com a sua tentativa de realização na historia, o mais profundo desmentido. Convencido, porém, de que ideológicamente não se engana, procura o comunismo refundir a natureza do homem, para fazê-la expressão de sua filosofia. Falhou a avançada de Lenine e Trotzki. Deu-se o recúo Stalinico, intencionalmente estratégico. Tais movimentos, todavia, não levarão jamais

á finalidade desejada, porque esta é, apenas, um tremendo ilogismo. E, enquanto se desenvolvem, até por si mesmas se esgotarem ou virem a quebrar-se de encontro a resistencias nascidas do fundo mesmo da natureza humana, vão esses movimentos de avanço e de recuo sujeitando á mais dolorosa das escravidões a massa multitudinaria.

J. Belime já o havia dito: "O estatismo generalisado, o estatismo totalitario, de ha muito se observou, é absolutamente contrario, em seu principio, á idéa comunista. No entanto, é fato que, onde o comunismo se instala, começa pelo estatismo, e nele fica. O proprio Marx concentrou sobre esta primeira etapa todos os seus pontos de vista concretos, e, salvo em vagas declarações de principios, jamais a ultrapassou. "Uma vez erigido em classe dominante, declara ele, o proletariado destroi as outras classes e, por esse caminho, a sua propria dominação como classe. Surge por esta forma uma associa-

ção em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos".

Quanto a dizer por que e de que modo, numa sociedade inteiramente proletaria, o Estado, senhor unico da economia, virá a assegurar a expansão do homem, emquanto individuo, é coisa a que Marx não se arrisca." (1)

Ha a considerar, tambem, de maneira especial, o Estado racista de Hitler. Sem duvida, põe-se em execução, na Alemanha, um plano de organização do trabalho que não deve ser levianamente criticado, pois que manifesta ainda o construtivo e disciplinado genio germanico. Mas o estabelecimento do primado da raça germanica sobre todas as raças do mundo — paradoxal expressão, aliás, de um ingenuo messianismo de fundo judaico, — já deu os seus primeiros frutos de

---

(1) J. Bélime — na revista **Travail et Liberté**, maio-junho de 1936, p. 72 — Citado por Paul Chanson, em **"Communisme ou Corporatisme"**, p. 13.

dissolução com o colocar-se o espírito religioso a serviço dessa raça e, portanto, do Estado que a personifica. A Alemanha re-cria os seus deuses pagãos, que a levarão á morte, se ainda uma vez não a salvar o Cristianismo. O totalitarismo estatal não poderia manifestar-se de maneira mais violenta do que com essa tentativa de sujeição de populações cristãs a um paganismo perempto, — do que com essa tentantiva de retorno ás fontes barbaras, impossivel de realizar-se senão á custa de desagregações dolorosas e funestas.

O Estado totalitario, portanto, de uma maneira ou de outra, se apresenta como senhor dos destinos dos povos, impondo-lhes autocraticamente os moldes que confecionou segundo ideologias que desconhecem, sempre, as faces mais reais da realidade. Significa, de fato, a negação total, não apenas da pessoa humana, ou dos grupos biologicos, economicos, sociais, mas do proprio individuo, que o demo-liberalismo, — fonte, no entanto,

da ideologia marxista, — alucinantemente endeusára.

Exatamente por haver endeusado o individuo, considerando-o isoladamente de todos os vinculos que o prendem á sua significação essencial, foi que o Estado liberalista, — que ia provocar o surgimento do Estado totalitario no presente, — se pôs, na sua estructuração puramente juridica, á margem da vida, deixando, em verdade, que o individuo fosse esmagado pelo rolo compressor das energias descontroladas. O Estado liberalista se fez, assim, por excelencia, o Estado fraco, o que o levou a apelar para recursos de emergencia para poder subsistir, mas com o que só conseguiu negar-se a si mesmo.

Em face do Estado totalitario, o Estado Integral, objectivado pela doutrina do Sigma, se define como um estimulador e realizador de virtualidades profundas da Nação, como um captador de energias dispersas, e, portanto, como um servidor humilde dos destinos coletivos, ao invés

de como seu senhor absoluto. Em face, porém, do Estado liberalista, define-se o Estado Integral como o Estado forte, pois que, intimamente solidarizado com aquelas proprias virtualidades profundas, que estuda, consulta, move e procura levar á realização, e de cuja substancia de vida se nutre essencialmente, se acha em condições de efetivamente criar e manter uma ordem nova.

Dentro deste criterio é que, como diz Plinio Salgado, "o Estado passa a ser o Grande Revolucionario, falando em nome das inquietações, dos desejos, das aspirações superiores, dos sentimentos de justiça da Nação. O Estado adquire, assim, uma autoridade nova, sobrepairando aos interesses de grupos sociais, politicos ou economicos. O Estado passa a ser o supervisionador, o mantenedor de equilibrios, a concretização do ideal de justiça e de liberdade, o criador de ritmos sociais." (1).

(1) Plinio Salgado — "Bases do Integralismo Brasileiro" — estudo publicado em 1935.

Tal efetivação, não a alcançou o Estado liberalista, nem o Estado comunista, nem a alcançará porventura o Estado racista, por motivo da unilateralidade de sua visão do homem. O homem cívico, — que é, a um só tempo, o individuo "isolado" — do liberalismo, não existe. O homem puramente economico do Marxismo significa monstruosa aberração, destinada a desaparecer vertiginosamente pela violencia com que a si mesmo se destrói. O homem dos movimentos racistas ou cezaristas mais cedo ou mais tarde se desprende de suas raizes de eternidade, tendendo ao deperecimento gradativo.

O Estado Integral considera o homem na sua totalidade, atendendo a todas as faces da realidade complexissima que ele representa, e, por isto mesmo, incorporando-se nessa realidade, na realidade total da vida, ao invés de sobrepôr-se á mesma como energia vinda de outras esferas, ou de manter-se em postura de espetador indiferente.

Desta visão nova do sentido do Estado, tira Plinio Salgado corolarios fecundíssimos: "Uma vez que o Estado se identifica com a alma de uma Nação e haure desta o poder revolucionario, ele, o Estado, tem direito e a autoridade suficientes para interferir com energia no campo economico e social, politico e financeiro, recompondo equilibrios, sempre que alguns elementos da sociedade se hipertrofiem em detrimento de outros.

E' a atitude nova em face dos problemas. Revolução, em verdade, é mudança de atitude.

Verificando que a democracia está desvirtuada por erros do sistema; que o sufragio universal é a maior das mentiras, a fonte de todo o caudilhismo político, o instrumento de opressão dos ricos contra os pobres; que a existencia dos partidos decorre do sufragio e que os partidos são hoje em numero tão grande (150 inscritos no Superior Tribunal Eleitoral) que só servem para anarquizar a

Nação, enfraquece-la, dividí-la e alimentar a popularidade facil de demagogos inconcientes; que a maior enfermidade do país é o regionalismo político, alimentado pelos partidos situacionistas e oposicionistas dos Estados, que não dão tempo aos brasileiros de pensarem um pouco nos problemas gerais da Nação; que os problemas economicos são tratados pelo criterio exclusivamente estadualista, em consequencia da estreita mentalidade que os partidos provincianos estão criando; que o povo brasileiro está dividido e, por isto, enfraquecido, e, estando fraco, é explorado pelo capitalismo estrangeiro; que os parlamentos políticos constituem um entrave ás medidas de ordem economico-financeiras que só um governo forte, etico, baseado em novos principios de economia política, poderá tomar; o Estado integralista terá de substituir imediatamente, afim de salvar a verdadeira democracia das garras de oligarquias financeiras, o arcaico aparelhamento dos parti-

dos pela organização corporativa da Nação. Declarados os partidos fóra da lei, cada qual terá de se enquadrar dentro da sua profissão. A vontade nacional será traduzida com honestidade e realidade, no ambito dos interesses de cada classe. Só os vagabundos ficarão de fóra, pois todo homem que trabalha terá de defender seus interesses dentro da sua corporação. Estará acabada a demagogia tanto civil como militar, ambas perniciosas, ambas atentatorias dos legitimos interesses de um povo, ambas opressoras, ambas fontes do caudilhismo, das oligarquias, da politicagem mais grosseira e pretenciosa." (1).

No Manifesto-Programa do Chefe Nacional, lançado em 1936, tais pontos de vista se concretizaram, no que diz respeito á organização política, nos seguintes itens:

---

(1) Plinio Salgado — Bases do Integralismo Brasileiro,

"1 — Os Municipios serão organizados sobre bases sindicais, cabendo a escolha do prefeito — Executivo Municipal) aos Conselhos Municipais formados pelos representantes das profissões organizadas. Esse prefeito terá a assistencia tecnica do Departamento Central Municipal de cada Provincia, criando-se um corpo de tecnicos de carreira.

2 — No ambito provincial, os representantes das Federações de sindicatos e associações economicas e culturais constituirão os Conselhos Provinciais, cabendo-lhes a escolha dos governadores de Provincia, com a aprovação do Chefe do Executivo Nacional.

3 — O Congresso Nacional, formado pela Camara Corporativa Economica e pelo Senado (orgão este constituido pelas corporações não economicas) exercerá o Poder Legislativo.

O Chefe da Nação será escolhido pelo Congresso; não poderá contrariar em linhas gerais o programa de administra-

ção estabelecido no inicio do primeiro governo, pelos orgãos tecnicos expressivos da legitima vontade nacional.

4 — Todas as funções electivas são temporarias.

5 — Será mantida a forma republicana, federativa e democratica, apenas com as modificações decorrentes do sistema corporativo."

Resalta, destes simples *itens*, o profundo sentido democratico do Estado Integralista que, de facto, mais não é do que a concretização do perpetuo anseio político do Brasil de todos os tempos.

VI

REVOLUÇÃO ESPIRITUAL

O Integralismo não pretende, porém, realizar apenas essa transformação concreta do Estado, a que chama "revolução cultural". Pretende ainda levar avante, por instrumento da organização

disciplinar de suas fileiras, a que uma luminosa mística da patria anima, uma obra de educação formidavel, que deverá proseguir no seio das gerações vindouras.

"Seria ridículo, escreve Plinio Salgado, que nós nos apresentassemos á Nação dizendo: "somos os homens perfeitos, somos os unicos honestos, somos os santos e os heróis, só a nós assiste o direito de governar o país." (...). O Integralismo sabe que o Brasil não é um país de santos canonizados nem de anjos pulcros. A doutrina do Integralismo, em relação ás questões do Estado, não vai buscar sua inspiração no otimismo de Rousseau e de Locke. Pelo contrario, somos pessimistas em relação á possibilidade de uma instantanea transformação dos homens, repousando toda a nossa esperança imediata na transformação do regime, de modo a policiarmos as tendencias más que uma educação materialista agravou no país. Não vamos aos excessos pessimistas de Hobbes, imaginando o Leviatan, o Estado ab-

sorvente, anulador de todas as liberdades. Conservamo-nos na linha realista, crentes de que uma obra sistematica de educação individual e das massas elevará a media das virtudes morais e civicas do povo brasileiro, cuja estructura mais intima nos revela traços de superioridade incontestavel.

Essa obra de educação é que nós chamamos a "revolução espiritual", e é em razão dela que nos distinguimos, tanto do fascismo como do hitlerismo, imprimindo um sentido profundo ao nosso movimento." (1).

Essa revolução espiritual, que deverá projetar-se, talvez, atravez dos séculos, se iniciou, contudo, com os primeiros passos do Integralismo, e já hoje, após cinco anos de campanha intensa, pode apresentar no milhão e meio de filiados ao Movimento, nos quais se operou surpreendente trasmutação de criterios intimos, um patrimonio moral ponderavel.

---

(1) P. Salgado — Bases do Integralismo.

Em que sentido se desdobra, e deverá desdobrar-se longamente, essa revolução subjectiva, indica-no-lo Plinio Salgado nas linhas que se seguem:

"Ha no Evangelho uma palavra que serve para ilustrar o nosso pensamento. E' a do fariseu e do publicano. Enquanto aquele vai se ajoelhar proximo ao altar, vangloriando-se das suas virtudes, da sua incorruptivel maneira de cumprir a lei de Moisés, o pobre publicano ajoelha-se na porta do templo de Salomão, exclamando: "Não sou digno, Senhor, de me aproximar de vós." O Divino Mestre afirma que o publicano está no caminho da perfeição, e é esse o caminho que eu indico a todos os integralistas.

O primeiro ato revolucionario do integralista é assumir essa atitude humilde diante da Patria. Em vez de viver apontando os defeitos alheios, procurar descobrir os proprios defeitos e corrigí-los. Confiar mais no genio da raça e na inspiração de Deus do que nos seus pro-

prios meritos. Ferir de morte a vaidade, aceitando muitas vezes o comando de um companheiro que tem uma posição social inferior á sua. Vencer a si proprio, contrariando-se, ciliciando-se a todo instante em coração e espírito, convencido de que num país onde cada qual é intransigente no seu ponto de vista pessoal não existe possibilidade de harmonia de movimentos nem de grandeza coletiva da nacionalidade. Dominar o comodismo, a preguiça, o ceticismo, a desilusão, o cansaço, a impetuosidade, o egoismo, o apego ás glorias falazes, convencido de que ninguem tem o direito de pretender orientar uma patria quando não é capaz de orientar-se a si proprio. Esforçar-se, instante a instante, na aprendizagem do dominio de si mesmo, pois é neste dominio que reside a essencia da autoridade pessoal de cada um. Cultivar o amor ao seu povo e a generosidade para os que se manifestam incapazes de compreender este movimento, porque a conquista de todos os brasi-

leiros muito depende da perseverança, da paciencia, da tenacidade e serenidade dos nossos doutrinadores. Despertar em si proprio as forças do sentimento nacional porque a fusão de todas as centelhas de patriotismo de cada coração formarão a fogueira que incendiará o grande coração da patria total. Pedir a Deus coragem e paciencia, fortaleza e inspiração, energia e bondade, severidade sem alarde, bravura sem ostentação, virtude sem orgulho puritanista, humildade sem indignidade e dignidade sem egolatria." (1).

VII

O CHEFE

Fôra mistér que ignorassemos o influxo dos fatores psicologicos, espirituais e misticos nos grandes movimen-

---

(1) P. Salgado — Bases do Integralismo.

tos coletivos, para atribuirmos á pura limpidez da Doutrina Integralista e á sua capacidade de penetração na consciencia brasileira a surpreendente expansão do Movimento do Sigma; mais de um milhão de inscritos em apenas cinco anos de existencia.

O fenomeno inesperado, unico em nossa historia, tem algumas de suas mais fundas raizes em nossa propria ansiedade interior por chegarmos á afirmação definitiva do que somos. Retardados, por motivos multiplices, que procuro explicar e interpretar no meu livro "Tragedia da alma brasileira", a sair breve, — retardados nessa radiosa afirmação, transformámos sem querer em angustia viva o desejo insofrido, e, ao sortilégio que venceu em nós o pessimismo e o desconsolo nascido das decepções passadas, desencadeou-se em nosso mundo intimo a infinita esperança.

Este sortilégio foi o acento diferente que Plinio Salgado poz na sua predica

patriotica. E tal acento lhe vem de uma predestinação irrecusavel, — de uma perfeita adequação do seu todo de homem á formidavel obra que empreendeu. No ensaio "Voz do limbo", incluido no volume, de autores varios, recentemente editado pela revista "Panorama", sobre a personalidade de Plinio Salgado, esboço a psicologia do seu caso: não vou, agora, repetir o que longa, embora vacilantemente, me foi dado explanar no ensaio referido: quero, apenas, resumir meu pensamento nesta ilação definitiva: Plinio Salgado é, plenamente, um Chefe.

Resta, no entanto, definir o que um Chefe seja. Aqui, cedo a palavra a outrem. Como faço de todas as vezes em que, neste ou naquele assunto, já encontro lucidamente expresso o meu proprio pensamento.

No seu livro "Por Terras de Além Mar", publicado em Lisboa, em 1922, Faria de Vasconcelos inclue a magnifica

pagina que transcrevo, e na qual aquela definição necessaria se contém, na verdade, em termos de lucidez insuperavel:

"Chefe! Eis a palavra e o acto necessario. Quem é capaz de dizer tudo quanto encerra esta palavra e este acto? Palavra gasta pelo uso da vida, carregada de anos, de pó, de tristezas e de crimes, até! Mas que vigôr e que alma não ha nela, quando compreendida como deve sê-lo e tomada no sentido profundo da vida que encerra: a vida feita com homens, com aspirações e valores supremos e ideais.

Um chefe: mas onde os ha dignos deste nome no conceito humano da palavra? Ser chefe não é estar ao serviço dos seus interesses. Realizar uma obra pessoal não é ser chefe. Tambem não é ser chefe estar a serviço dos interesses de um grupo, de um partido, de uma seita, de uma escola. Ser chefe não é ser conductor de rebanhos, mas o coordenador dos esforços

de homens, que aceitam livremente o seu dever e o cumprem firmemente.

Ser chefe é mais alto e mais nobre; é estar ao serviço total, abnegado, exclusivo, permanente de uma obra, é ser o ideal que ella representa e para o qual tende, é dar-se sem perder-se, penetrar na nalma dessa obra e viver nela cada instante da sua vida, é iluminar-se com ela e caminhar com ela dentro do seu ser.

Um chefe possue uma admiravel penetração de espirito que lhe permite vêr de alto e vêr de longe, antecipar o futuro, discernir o essencial do pormenor, o permanente do transitorio, abarcar o caminho andado e aquele que está por vir. Essa visão rapida é um mirante espiritual sobre toda a jornada ideal donde se descortinam os caminhos que são bons e os que são errados.

Mas vêr rapido não basta. E' preciso decidirmo-nos. Sem o espirito de decisão oportuna, a ocasião escapa, o momento

necessario vôa, o esforço preciso perde a sua razão de ser, a aplicação indispensavel deixa de fazer-se, a medida perde o seu alcance e a obra póde apoucar-se ou aniquilar-se. A decisão é uma flecha do espirito, que se incarna na acção.

Mas ser chefe não é somente um poder de compreensão e de decisão, é um poder de amor, porque é dom constante de si mesmo. O chefe não conta os esforços nem as dôres. Não as mede nem no tempo, nem no espaço. Oferecer o seu corpo e a sua alma, eis a sua lei.

A sua abnegação, o seu espirito de sacrificio, devem ser um apostolado vivo e constante de exemplo e de ação. Ser chefe é saber desprender-se de si mesmo, elevar-se acima de si mesmo, fazer calar em si tudo quanto levamos de pessoal. Não é vêr-se, nem escutar-se, nem sentir-se a si mesmo, mas vêr, escutar e sentir a obra que servimos. O chefe está em toda parte, começa antes de todos e termina de-

pois de todos. E' uma lampada votiva constantemente acêsa ao pé da obra que realiza.

Ser chefe é ter o sentimento vivo das suas responsabilidades, a consciencia em chamma da sua missão. E' sentir-se solidario com todos os esforços e çumplice de todos os defeitos, é sentir o seu proprio destino inflexivelmente unido e irmanado com o destino da obra, é ter sempre presente ao espirito que não ha gesto nem pormenor que não possa adornar ou desfigurar a obra em construção, é comprehender profundamente que a sua alma e a sua honradez, a sua inteligencia e a sua vontade estão integralmente empenhadas na realização perfeita do fim proposto, é saber com valor e aceitar com virilidade que o triunfo é filho do seu esforço.

Ser chefe é ter fé na obra e realizar, no seu destino: quando todos descrêm, o chefe crê, quando todos desesperam o chefe não esmorece, quando todos fogem

ele fica, e se cáe, cáe de pé ao pé da obra. Não precisa da certeza da vitoria para lutar, contenta-se com uma probabilidade de exito. O ar dos combates é um tonico para ele. As derrotas não o abatem, erguem-no mais alto. Sabe esperar, mas não céde, e se aceita o inevitavel é para vencê-lo mais tarde. O chefe sabe recomeçar e reconstruir sobre ruinas. Porque não ignora que não ha cemiterio onde não germine e floresça uma nova vida.

O chefe sabe obedecer: obedecer ao ideal que representa a sua obra, obedecer aos interesses desta e ao seu destino, disciplinar a sua vida em conformidade com essas exigencias, submeter-se a todas as imposições do dever, acceitar sem discutir, sem transigir, tudo quanto importa á vida dessa obra. O chefe é o maior exemplo de obediencia. E é porque sabe obedecer que o chefe sabe mandar. Porque mandar é na essencia ainda obedecer".

A ninguem, sem duvida, ocorrerá criticar-me por haver até aqui alongado a citação esplendida. Aliás, pela sua pulsação de beleza, pela sua substancial opulencia, na impressão do leitor ela passará como brevissima. E muitos lamentarão que ainda não seja mais longa.

O que em tal pagina me surpreendeu e, certamente, ha de surpreender a todos, é a fidelidade com que, traçada tantos anos antes, ela espelha o perfil total do creador e ordenador do Integralismo.

Plinio Salgado é, de fato, esse homem que, da funda compreensão de uma exigencia incoercivel do nosso destino de povo, extraíu força e audacia, decisão e heroismo, animo de combate e de sacrificio para impelir para a frente a formidavel tarefa ideada.

E' o homem que correu os sertões da Patria enorme, para levar á gente humilde a palavra salvadora, com mais facilidade do que no velho mundo os condutores

de multidões correm paizes que, para nós, seriam simples Provincias.

E' o homem que cada noite extrai, como na lenda conhecida, dir-se-ia que fragmentos de ouro do proprio cerebro, para com eles fundir a frase lapidar e profunda, estremecente do "fiat" creador, com que na manhã seguinte alimenta o fervor e a decisão de heroicidade de quantos o acompanham na maravilhosa aventura de impor o Brasil ao mundo.

E' o homem que repousa de uma imensa fadiga noutra imensa fadiga, bebendo alento, a cada crise mais forte de exaustão, na ante-visão luminosa de um futuro sem par para a nossa terra.

E' o homem que arrancou a sabedoria política, e a clara verdade filosofica, e o sentimento lúcido de Deus, por assim dizer, das entranhas mesmas do seu inquieto, poderoso, turbilhonante desejo de abrir a um povo o caminho do triunfo.

E' o homem que, pelo seu temperamento, pela sua inteligencia, pela sua alma, canaliza, da esfera das obscuras energias teluricas para a da plena consciencia esclarecida, a totalidade das nossas ansias de povo, de nossas virtualidades de realização, de nossos impulsos afirmativos, de nossos planos-primeiros de construção de uma ordem que seja, no planeta, expressão, a um só tempo, de nossa "diferença" essencial e de nossa comunhão intima de espirito com os outros povos.

E' o homem que nos adivinha e nos exprime e nos força a completações e a efetivações, esclarecendo-nos sobre nós mesmos, dinamizando-nos o animo de luta, multiplicando-se, pelo exemplo eficacíssimo, em chefes inumeraveis que são os decuriões e os centuriões das massas integralistas de hoje.

E' o homem modesto e simples que não reconhecerá sua imagem no espelho

que, pela mão de Faria de Vasconcellos, lhe apresento, mas que nem por um minuto duvida de que nasceu para a missão excepcional que nestes dias vae desempenhando.